

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ANTONIO MARCOS NORONHA DOS SANTOS

**A DESIGUALDADE NO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS:
REVISÃO DE LITERATURA NA PLATAFORMA SciELO**

CAMPINAS

2021

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**A DESIGUALDADE NO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS:
REVISÃO DE LITERATURA NA PLATAFORMA SciELO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Curso de Mestrado Acadêmico, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Samuel Mendonça.

CAMPINAS

2021

Ficha catalográfica elaborada por Adriane Carvalho CRB 8/9313
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

378
S237d

Santos, Antonio Marcos Noronha dos

A desigualdade no programa universidade para todos: revisão de literatura na plataforma Scielo / Antonio Marcos Noronha dos Santos. - Campinas: PUC-Campinas, 2021.

127 f.: il.

Orientador: Samuel Mendonça.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2021.

Inclui bibliografia.

1. Ensino superior. 2. ProUni. 3. Educação - Aspectos sociais. I. Mendonça, Samuel. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

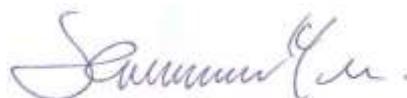
CDD 378

ANTONIO MARCOS NORONHA DOS SANTOS

**A DESIGUALDADE NO PROGRAMA UNIVERSIDADE
PARA TODOS: REVISÃO DE LITERATURA NA
PLATAFORMA SciELO**

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação de Mestrado em Educação da PUC-
Campinas, e aprovada pela Banca
Examinadora.

APROVADA: 20 de dezembro de 2021.



DR SAMUEL MENDONÇA
Presidente (PUC-CAMPINAS)



DR ARTUR JOSE RENDA VITORINO
PUC-CAMPINAS



DR MAURÍCIO JOÃO FARINON
Universidade do Oeste de Santa Catarina
(UNOESC)

Dedico esta dissertação a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a sua realização, que me incentivaram e me orientaram para sua laboração.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente à minha mãe, Maria Roza e ao meu pai, José, que infelizmente vim a perdê-lo no fim deste ano. Por todos os ensinamentos que eles me passaram e pude levar para a minha vida. Mesmo com poucos estudos, apoiaram-me a continuar estudando e acreditando nos meus sonhos.

A minha esposa Selma e aos meus filhos Arthur e Ana Beatriz, pela compreensão nestes dois anos de mestrado, pela minha ausência da família, que diante do trabalho, do cuidado que despendi com meu pai neste último ano e a dedicação ao estudo não pude estar tão presente em casa.

Ao Prof. Dr. André Pires, como meu primeiro orientador no mestrado, muito contribuiu para o meu conhecimento nas políticas públicas, por seus ensinamentos e contribuição para a formulação desta dissertação.

Ao Prof. Dr. Samuel Mendonça, que desde o início do meu mestrado pude contar com seu apoio e com seus conhecimentos em sala de aula. A sua real acolhida como meu novo orientador, a quem pude contar de forma incondicional para elaboração deste trabalho e não mediu esforços para que eu chegava até o final.

Ao Prof. Dr. Artur José Renda Vitorino, que por meio de suas aulas e seu conhecimento me trouxe muitos ensinamentos, pelo grande apoio a minha pesquisa e por sua motivação, me inspirou a aprofundar meus conhecimentos.

À Profa. Dra. Mônica Piccione Gomes Rios, que explorou e conduziu suas aulas de maneira leve e interativa com todos os alunos do curso, mesmo que de forma remota.

Agradeço a todos os companheiros (as) de classe que estiveram comigo nestes dois anos, onde podemos trocar conhecimentos e experiências.

Ao Grupo Educação e Pobreza, ao qual tive a grande oportunidade de participar, experimentando o conhecimento das políticas públicas relacionadas ao ensino, as desigualdades sociais e raciais e por todos que ali passaram, em especial a Profa. Dra. Rosana Heringer e Profa. Dra. Eugênia Portela Marques.

Resumo

SANTOS, Antonio Marcos Noronha dos. **A desigualdade no Programa Universidade para Todos**: revisão de literatura na plataforma SciELO. 127 f. Mestrado em Educação. Campinas: SP: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2021.

A dissertação tem como objeto as desigualdades sociais, em especial as manifestas no âmbito educacional, compreendidas a partir do Programa Universidade para Todos, por meio de dados coletados da Plataforma SciELO. Desde o início do século XXI, o ensino superior no Brasil foi marcado por grandes transformações, principalmente quando nos referimos às políticas públicas, mais especificamente às ações afirmativas implantadas no início dos anos 2000, sendo estas indispensáveis para o enfrentamento das desigualdades sociais e raciais no país. A implementação das ações afirmativas no ensino superior, tanto público como privado, ganhou destaque no país pela inserção das camadas mais pobres, em sua maioria pretos e pardos, pelos programas de cotas, como também pelas polêmicas em torno dessas medidas junto a professores, políticos e à sociedade em geral. Para o setor privado, que concentra a maioria das matrículas de estudantes no ensino superior brasileiro, destaca-se o Programa Universidade Para Todos (ProUni) implementado em 2005. O desenho do programa prevê que a concessão de bolsas deve acompanhar o percentual de cidadãos autodeclarados indígenas, pardos ou pretos, na respectiva unidade da Federação. O problema da investigação consiste na pergunta: como a inclusão e a permanência de estudantes pelos critérios étnico-raciais tem sido tratada na literatura especializada sobre o ProUni de 2005 a 2020, especificamente por meio da base Scientific Electronic Library Online? A hipótese da pesquisa é de que o ProUni avança na diminuição da desigualdade social na criação de oportunidades para segmentos desconsiderados de políticas sociais, mas sem conseguir efetivar plenamente a promoção de direitos de indígenas, pardos ou pretos, na consideração de que não bastam vagas em universidades, bem como sua permanência. Assim, essa pesquisa tem por objetivo analisar como a inclusão e a permanência de estudantes pelos critérios étnico-raciais tem sido tratada na literatura especializada sobre o ProUni de 2005 a 2020, especificamente por meio da base Scientific Electronic Library Online. O método refere-se à pesquisa bibliográfica, documental e exploratória. Como resultado, a pesquisa confirmou a hipótese por meio de diferentes estudos e ainda evidenciou: (i) a desigualdade social, econômica e racial está presente no Brasil, especificamente na educação superior (ii) As ações afirmativas demonstram ser necessárias no campo da educação superior e (iii) a desigualdade educacional atinge a camada mais pobre dos estudantes universitários, principalmente pretos, pardos e indígenas.

Palavras-chave: ações afirmativas, desigualdade, ensino superior, ProUni.

Abstract

SANTOS, Antonio Marcos Noronha dos. **Inequality in the Programa Universidade para Todos: literature review on the SciELO platform.** 127 pages. Master's Degree in Education. Campinas: SP: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2021.

The social inequalities are the object of this thesis, especially those manifested in the educational field, understood from the Programa Universidade para Todos, through data collected from the SciELO Platform. Since the beginning of the 21st century, higher education in Brazil has been marked by major transformations, especially about public policies, more specifically to the affirmative actions implemented in the early 2000s, which are indispensable for confronting social and racial inequalities in the country. The implementation of affirmative actions in public and private higher education was highlighted by the inclusion of the poorest sections of the population, composed mostly by black and brown people, by the quota programs, as well as by the controversies around these measures with teachers, politicians and to society in general. For the private sector, which concentrates the majority of student enrollments in Brazilian higher education, the Programa Universidade para Todos (ProUni) stands out implemented in 2005. The design of the program provides that the granting of scholarships must follow the percentage of self-declared indigenous, brown or black citizens in the respective federated state. The main question of this investigation: how has the inclusion and retention of students based on ethnic-racial criteria been addressed in the specialized literature about ProUni from 2005 to 2020, specifically through the Scientific Electronic Library Online database? The hypothesis of this research is that ProUni advances in reducing social inequality by creating opportunities for segments that are disregarded in social policies, but it is not able to promote the rights of indigenous, brown or black people. Slots for these students at universities are necessary, but so is the permanence of them in these institutions. Thus, this research intends to analyze how the inclusion and retention of students by ethnic-racial criteria has been addressed in the specialized literature on ProUni from 2005 to 2020, specifically through the Scientific Electronic Library Online database. The method is bibliographic, documentary and exploratory research. As a result, this research confirmed the hypothesis through different studies and showed: (i) social, economic and racial inequality is present in Brazil, specifically in higher education, (ii) affirmative actions prove to be necessary in the field of education higher education and (iii) educational inequality affects the poorest strata of university students, mainly blacks, browns and indigenous peoples.

Keywords: affirmative actions, inequality, higher education, ProUni.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução de bolsistas do ProUni.....	54
Gráfico 2 - Representação étnico-racial no ProUni.....	54
Gráfico 3 - Distribuição de bolsas integrais por cor/raça em 2005.....	56
Gráfico 4 - Distribuição de bolsas parciais por cor/raça em 2005.....	56
Gráfico 5 - Marcação por cor/raça.....	57
Gráfico 6 - Panorama do número de beneficiários do Prouni de 2005 a 2020.....	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução dos números de matrículas em estabelecimentos públicos e privados no ensino superior brasileiro (1933-2020)	37
Tabela 2 - Bolsas do ProUni concedidas nos anos de 2005 a 2020	58
Tabela 3 - Beneficiados com o ProUni por cor/raça - comparativo entre o ano de 2005 e 2020	59
Tabela 4 - Bolsas do ProUni concedidas nos anos de 2005 a 2020	67

LISTA DE SIGLAS

ProUni = Programa Universidade para Todos
LDB = Lei de Diretrizes de Bases
ENEM = Exame Nacional do Ensino Médio
FIES = Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IPEA = Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OCDE = Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PISA = Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
IES = Instituição de Ensino Superior
MEC = Ministério da Educação e Cultura
CNE = Conselho Nacional de Educação
LDBEN = Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ENC = Exame Nacional de Cursos
GTI = Grupo de Trabalho Interministerial
IFES = Instituições Federais de Ensino Superior
PNE = Plano Nacional de Educação
UAB = Universidade Aberta do Brasil
SISUTEC = Sistema Unificado da Educação Tecnológica
IFs = Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
Cefets = Centros Federais de Educação Tecnológica
UERJ = Universidade do Estado do Rio de Janeiro
ONU = Organização das Nações Unidas
UNEB = Universidade do Estado da Bahia
Creduc = Programa de Crédito Educativo
UF = Unidade de Federação
MP = Medida Provisória
SIDRA = Sistema IBGE de Recuperação Automática
FEG = Fundação Educacional Guaçuana
CAMP = Círculo de Amigos do Menino Patrulheiro
FUVEST = Fundação Universitária para o Vestibular
FEOB = Fundação Educacional Octávio Bastos

UNIFEOB = Centro Universitário da Fundação Octávio Bastos

CNPq = Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FAPESP = Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

OMS = Organização Mundial da Saúde

CAPES = Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

ENADE = Exame Nacional de Desenvolvimento do Estudante

Proies = Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior

REUNI = Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

UNIAFRO = Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior

SciELO = Scientific Electronic Library Online

INEP = Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

PPP = Parceria público-privada

PNAD = Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 A DESIGUALDADE NO ENSINO SUPERIOR E O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS	20
1.1 A desigualdade: questões propedêuticas	20
1.2. Reflexões sobre a desigualdade, a inclusão e a equidade no ensino superior ..	24
1.3. A privatização do Ensino Superior	29
1.4. A Constituição de 1988 e o marco democrático do ensino superior	38
1.5 Políticas públicas e as ações afirmativas	43
1.6 ProUni: um benefício público por meio do setor privado.....	49
2 METODOLOGIA: REVISÃO DE LITERATURA NA PLATAFORMA SciELO: PROUNI, AÇÕES AFIRMATIVAS E A DESIGUALDADE	60
2.1 – Memorial: trajetória do pesquisador - um desaguear no ensino privado	61
2.2. Método de Pesquisa	63
2.2.1 As dimensões analisadas	65
2.2.2 Leitura e análise dos trabalhos	67
2.2.3 Trabalhos descartados	68
2.2.4 Produções aproveitadas	69
3 O CASO PROUNI: RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO	72
3.1 Análise dos resultados	72
3.2 O perfil dos beneficiários	72
3.3 As oportunidades do programa.....	75
3.3.1 A inserção de classes no ensino superior	80
3.3.2 Ações afirmativas e equidade no ProUni	82
3.3.3 O combate à desigualdade social através do ProUni.....	86
3.3.4 A questão racial no ProUni	89
3.3.5 A realização pessoal através do ProUni	92
3.3.6 Rede de apoio	94

3.4 Os desafios do ProUni	98
3.4.1 A Permanência	101
3.4.2 A Exclusão no ProUni.....	107
3.4.3 Evasão dos alunos prounistas	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116

INTRODUÇÃO

A dissertação tem como objeto a desigualdade social, em especial aquela que se manifesta no âmbito educacional, compreendida a partir do Programa Universidade para Todos¹, por meio de dados coletados da Plataforma SciELO. A investigação se desenvolve no Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), vinculada à Linha de Pesquisa: Políticas Públicas em Educação, no contexto do grupo de pesquisa Política e Fundamentos da Educação. Sabemos que toda investigação é realizada por um pesquisador e, neste caso, apresentar algumas características da trajetória do mestrando é fundamental para a compreensão do próprio texto.

Em minha caminhada escolar, sempre percebi o pequeno número de estudantes negros, pardos e indígenas nos bancos escolares pelos quais passei, e isto tornou-se ainda mais marcante por ocasião de meu ingresso no Ensino Superior. Notadamente em um curso de Direito, por compor as “carreiras imperiais” (VARGAS, 2010), mesmo em uma faculdade de pouco prestígio como a que estudei, o destaque e reconhecimento no município por quem estudava Direito eram grandes. A turma tinha 66 estudantes no início do curso, no interior de São Paulo, e apenas um estudante de cor parda e mais dois pretos. Neste caso, uma delas era uma mulher casada, com 40 anos de idade, aproximadamente, e dois filhos adolescentes. Abandonou o curso no primeiro semestre por não conseguir acompanhá-lo e pela necessidade de cuidar da família. O segundo, também com idade por volta dos 40 anos, abandonou o curso no final do segundo semestre, por dificuldades financeiras, pois era casado, sua família morava fora da cidade, e sentia-se obrigado a dormir em um espaço público onde funcionava uma escola profissionalizante de cursos gratuitos oferecidos pela prefeitura de Mogi Guaçu, estado de São Paulo.

Assim como ambos os estudantes supracitados, eu também estava fora da idade esperada para cursar o Ensino Superior, pois já tinha 38 anos à época. Conforme dados do

¹ Exatamente no dia da finalização da escrita da dissertação, fomos surpreendidos com uma Medida Provisória, de nº 1075/2021, editada pelo governo federal, que “[...] altera a legislação do Programa Universidade para Todos (Prouni) para ampliar ao acesso de estudantes que cursaram o ensino médio em escolas privadas às bolsas de estudo da modalidade” (AGÊNCIA CÂMARA, 2021). A alteração é radical e compromete o espírito de uma política pública que combatia a desigualdade social ao aceitar apenas estudantes de escolas públicas ou bolsistas de escolas privadas. Na prática, a alteração é o prenúncio do fim do Programa, ao menos no espírito de sua formulação inicial. Se todos os jovens podem pleitear vaga no Programa, ele deixou de enfrentar o problema da desigualdade com a falácia de que todos são iguais em uma sociedade desigual.

INEP de 2018 (BRASIL, 2019), os alunos universitários de 19 a 24 anos, é a faixa dominante do ensino superior com 56%. Deste percentual, 59,2% são matriculados em instituições públicas e 53,7% nas instituições privadas. Enquanto os alunos com idade entre 25 e 29 anos somam 18%.

Devo admitir que não foi fácil seguir com o curso, apesar de não ser o primeiro curso superior em que estava matriculado. Porém, a dificuldade financeira me levou a pensar em desistir do curso em diversas oportunidades, tendo em vista que já me encontrava casado, com dois filhos em idade escolar, o cuidado da família e trabalhando como profissional autônomo. Muitas vezes via-se a necessidade de estender meu horário de trabalho, com isso chegava atrasado às aulas e outras vezes a falta de tempo para o estudo, aliado ao cansaço, a preocupação com as provas, a grande carga de matérias para estudo, a pressão psicológica para enfrentar e conseguir passar na prova da OAB era uma angústia vivida por muitos. Eram dificuldades enfrentadas naquele período, equivalente às dificuldades de outros que estão no Ensino Superior.

Vencida esta fase, a desigualdade social é uma característica presente em todas as sociedades capitalistas modernas, mostrando o Brasil como um dos 10 países mais desiguais do mundo, como afirmou o sociólogo Luis Henrique Paiva(2021), coordenador de estudos em seguridade social do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Com a publicação da Síntese de Indicadores Sociais, divulgada pelo IBGE em 2020, de acordo com o Banco Mundial, baseado no índice de Gini², o Brasil apresenta 0,539 baseado em dados de 2018, o que demonstra que o Brasil é mais desigual que Botsuana, um pequeno país vizinho da África do Sul, com 0,533, utilizando o mesmo índice (SASSE, 2021).

A educação também contempla a desigualdade social. Podemos dizer, inclusive, que o ambiente escolar repercute a desigualdade que se apresenta nas cidades. Conforme estudos elaborados pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa)³, que levantou a avaliação de 79 países em 2018, mostraram que o Brasil está entre uma das cinco economias

² Instrumento criado pelo matemático italiano Conrado Gini para medir o grau de concentração de renda no grupo a ser avaliado. A variação numérica é de zero a um, sendo zero quando todos têm a mesma renda e um representando o extremo oposto.

³ O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), tradução de *Programme for International Student Assessment*, é um estudo comparativo internacional realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Pisa oferece informações sobre o desempenho dos estudantes na faixa etária dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países, vinculando dados sobre seus *backgrounds* e suas atitudes em relação à aprendizagem, e também aos principais fatores que moldam sua aprendizagem, dentro e fora da escola.

mais desiguais do mundo em relação à educação (INEP⁴, 2020). É por este motivo que políticas públicas educacionais se mostram fundamentais para o enfrentamento da referida desigualdade. Em outros termos, o Programa Universidade para Todos, como será desenvolvido na sequência, é um tipo de ação do poder público que busca diminuir justamente a desigualdade social no ambiente educacional, por meio de parceria com o setor educacional privado.

No Brasil, com uma população em sua maioria autodeclarada negros e pardos, de acordo com dados do IBGE (2018), não é difícil perceber que a exclusão aos menos favorecidos social e financeiramente é uma realidade nos bancos escolares e não raro nos deparamos com ela. Apesar do abandono escolar ter diminuído entre os jovens pretos ou pardos de 18 a 24 anos, de 2016 a 2018, ainda é mais forte que entre os brancos, declaram os dados. A proporção de pessoas pretas ou pardas de 18 a 24 anos de idade com menos de 11 anos de estudo e que não frequentavam escola caiu de 30,8% para 28,8%, mas a proporção de pessoas brancas na mesma situação, em 2018, era de 17,4%.

Observamos que existe uma questão a ser enfrentada no ensino superior, que é a desigualdade social e racial, e isto ocorre tanto no ensino público quanto privado, por um conjunto de fatores existentes em nossa sociedade. Nesta perspectiva, o enfrentamento do problema se dá por meio da tentativa de reduzir as desigualdades. Há perguntas contundentes e necessárias a serem respondidas, como, por exemplo: como é possível superar a desigualdade social e racial no ensino superior no Brasil? É claro que a resposta a uma pergunta tão abrangente e complexa demanda o trabalho de muitas pessoas e de diferentes instituições, mas o pano de fundo desta dissertação é justamente este. Em outros termos, desejamos somar a outros estudos feitos por diferentes pessoas no Brasil na busca por soluções em relação ao problema da desigualdade social.

O problema da dissertação se expressa por meio da pergunta: como a inclusão e a permanência de estudantes pelos critérios étnico racial têm sido tratadas na literatura especializada sobre o ProUni de 2005 a 2020, especificamente por meio da base Scientific Electronic Library Online? Como objetivo geral, buscamos compreender como a inclusão e a permanência de estudantes pelos critérios social e étnico racial tem sido tratada na literatura especializada sobre o ProUni de 2005 a 2020, especificamente por meio da base Scientific

⁴ O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), responsável pelas avaliações e exames, pelas estatísticas e indicadores, e pela gestão do conhecimento e estudos educacionais. (BRASIL, 2021)

Electronic Library Online. Os objetivos específicos consistiram em: (i) analisar como as ações afirmativas no ProUni são caracterizadas pela literatura selecionada; (ii) classificar como as produções tratam a questão da desigualdade social e racial no ProUni; (iii) classificar como a literatura trabalhou esses grupos específicos dentro da política pública de inclusão; (iv) identificar as oportunidades (ingresso e rede de apoio) e os desafios (permanência e exclusão) destes grupos no ensino superior privado através do ProUni.

O método refere-se à pesquisa bibliográfica, documental e exploratória. A revisão de literatura considerou os descritores “ProUni”, “Programa Universidade para Todos”, “desigualdade social”, “ações afirmativas” na Plataforma SciELO. A hipótese da pesquisa é de que o ProUni avança na diminuição da desigualdade social na criação de oportunidades para segmentos desconsiderados de políticas sociais, mas, sem conseguir efetivar a promoção de direitos de indígenas, pardos ou pretos, na consideração de que não bastam vagas em universidades, bem como a sua permanência.

Determinado o problema, surge a necessidade de apresentar as razões pelas quais nos levaram a realizar a pesquisa aqui desenvolvida, levando em conta as contribuições do ProUni, o que justifica analisar também os desafios enfrentados pelos prounistas quanto à inclusão e permanência no ensino superior privado e quais as possíveis soluções para o enfrentamento das dificuldades encontradas no ensino superior. As políticas públicas direcionadas ao ensino superior demonstram ser iniciativas necessárias para o ingresso das classes historicamente excluídas do ensino superior no Brasil, especificamente para indígenas, pretos e pardos, através do ProUni, como política pública de inclusão afirmativa no ensino superior privado.

Nota-se que, a partir de 2005, este cenário ganha uma nova face quando falamos do ensino superior na rede privada, com alunos contemplados por uma bolsa de estudos implementada pela parceria público-privada (PPP) chamada ProUni. O programa é uma política pública, com um viés de ação afirmativa, e desde a sua criação vem beneficiando pobres, negros, indígenas, deficientes físicos e professores do ensino público em sua inserção no ensino superior privado, como forma de democratização do ensino superior.

A justificativa pela escolha do tema surge da necessidade de buscar as conquistas adquiridas pelo ProUni e os pontos a serem melhorados no processo da consolidação dos direitos e garantias destas classes e identificar quais os desafios para sua efetivação no ensino superior. Para atender ao objetivo de nosso estudo buscou-se um questionamento sociológico ao ProUni, se o programa atingiu o objetivo no atendimento as principais expectativas as

classes minoritariamente desprivilegiadas no ensino superior, pelo acesso e da permanência de jovens pobres, bem como negros, pardos e indígenas e sua relação no processo de democratização do acesso ao ensino superior.

O marco teórico se sustenta, no primeiro capítulo, com os escritos de Pierre Bourdieu (1979), Moacir Gadotti (1983), John Rawls (2000), Rosana Heringer (2013), Alícia Bonamino *et al* (2010), Maria L. O. Barbosa (2019), Helena Sampaio (1991), Amarílio Ferreira Junior (2010), Demerval Saviani (2010), Luis Antonio Cunha (2003), Valdemar Sguissardi (2006), Otaíza O. Romanelli (1986), Sabrina Moehlecke (2002), Luis C. Z. Caseiro (2016), Arabela C. Oliven (2002). No segundo capítulo, discorremos sobre a produção dos dados coletados, utilizando-se, principalmente, escritos de Maria C. S. Minayo (2001), Telma C. S. Lima, Regina C. T. Miotto (2007), José D'Assunção Barros (2012), Joana P. Romanowski (2012) e Romilda T. Ens (2006). Por fim, no último capítulo, são demonstrados os resultados obtidos pela investigação, citando, principalmente, os autores Clarissa Eckert Baeta; Leandro Raizer e Rochele Fellini Fachinetto (2007), Vera Lucia Felicetti e Paulo Fossatti (2014), Alípio Márcio Dias Casali e Maria José Viana Marinho de Mattos (2015), Clarissa Tagliari Santos (2012), Célia Elizete Caregnato e Arabela Campos Oliven (2017), Dilvo Ristoff (2014), Afrânio Mendes Catani; Ana Paula Hey e Renato de Sousa Gilioli (2006).

Do ponto de vista formal, a dissertação foi construída em três capítulos. No primeiro, buscamos trazer uma perspectiva histórica do ensino superior brasileiro, marcado pelo acesso e exclusão de determinados grupos, beneficiando apenas as classes dominantes, o que nos permite entender melhor o avanço das políticas públicas ocorridas no final da década de 90 e início dos anos 2000, por meio de lutas por grupos e de alguns políticos que se empenharam para que essas transformações ocorressem, até o surgimento do ProUni, que possibilitou a realização de reflexões sobre a criação em 2005 até o ano 2020.

No segundo capítulo discorremos sobre a produção dos dados coletados, sendo a metodologia utilizada como base para esta dissertação a pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa da legislação pertinente ao tema na base SciELO no período de 2005 a 2020. A escolha dessa metodologia tem como propósito analisar as conquistas e os desafios para os grupos menos favorecidos ao ensino superior por meio do ProUni.

O terceiro capítulo tem como escopo demonstrar os resultados obtidos pela investigação, trazendo as oportunidades, bem como também confirma que o ProUni foi além de beneficiar indígenas, pretos, pardos, a população de baixa renda e deficientes, professores

do ensino público, beneficiando as IES privadas através de benefícios fiscais e na ocupação das vagas ociosas.

Nas considerações finais, foram apresentados os grandes ganhos das políticas públicas, mais especificamente do ProUni, que foi o foco deste estudo, com relação ao ensino superior no período analisado, mesmo reconhecendo que muito há de ser feito para a plena consolidação do direito à educação e do combate à desigualdade social e racial na educação, principalmente à permanência e acolhimento.

A singularidade e importância do estudo está na afirmação de uma política pública que não é defendida pelo poder público atual, por razões ideológicas, então, vê-se a necessidade de proteção de políticas educacionais existentes em tempos de autoritarismo e de retrocessos pelo governo federal.

1 A DESIGUALDADE NO ENSINO SUPERIOR E O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

Este capítulo tem por objetivo contextualizar o Programa Universidade Para Todos e, para isto, está estruturado em cinco partes. O ponto de partida é uma breve análise sociológica sobre o Ensino Superior. A seguir, a apresentação de reflexões sobre a desigualdade, a inclusão e a equidade no ensino superior e a discussão acerca de sua privatização. A partir dessas referências propedêuticas, passa-se a evidenciar a Constituição Federal (CF) de 1988 como marco democrático do ensino superior, analisam-se políticas públicas e as ações afirmativas e só então são apresentadas análises sobre o ProUni.

1.1 A desigualdade: questões propedêuticas

A desigualdade social se mostra cada vez mais evidente na atualidade, marcada nos grandes centros urbanos com disparidades gritantes diante de diferentes grupos sociais. Nessa perspectiva, construir uma sociedade mais justa requer a compreensão dos interesses e necessidades dos mais diversos grupos, criando assim uma sociedade mais equilibrada, com diretrizes mais efetivas de enfrentamento às desigualdades.

A busca contra a discriminação e a marginalização em prol dos menos favorecidos econômica e socialmente é uma luta mundial. Para que isto se concretize cada nação deve fazer a sua parte, para que as diferenças na formação de cada indivíduo não tenha tanta discrepância, com a intenção de concorrer de forma mais igualitária à conquista de seus projetos de vida e realizações. A discriminação é algo impeditivo em vários campos, como afirma Dubet (2015): “A discriminação é um mecanismo objetivo que faz você dizer ou constatar que se fecham oportunidades, como as de empregos a negros, mulheres, imigrantes, etc” [...] em entrevista a Éder da Silva Silveira (2015).

Conforme Bourdieu e Passeron (1992), os espaços de reprodução social como o escolar são eficientes na dominação e legitimação de desigualdades, sendo a escola o local onde o legado econômico da família se transforma em capital cultural, pois, com o uso de exames, é capaz de selecionar tecnicamente os mais competentes, e isto ocorre desde os primeiros anos de vida escolar, podendo assim, interferir no futuro e nas oportunidades do indivíduo, em prejuízo com os mais carentes e menos preparados tecnicamente, diminuindo significativamente as chances de ingresso no ensino superior.

De acordo com Barbosa e Gandim (2020), a educação, seja em qualquer sociedade, é o elemento-chave do processo de socialização, tornando assim o processo mais elementar da humanização e da integração social dos indivíduos. Com isso, nas sociedades modernas, a educação passou a ser o processo mediador entre origem e destino social; sendo recurso social e como fator de hierarquização, o ambiente escolar passou a ser considerado um local de disputas pelos retornos sociais e econômicos dos diplomas, levando ao cerne de políticas de qualificação para o trabalho e de democratização das relações sociais.

Neste mesmo sentido, Heringer (2013) destaca as preocupações sobre a inclusão na educação superior tomando como ponto de partida a percepção da grande distância entre o Brasil e os demais países com situação econômica similar quando o assunto é o acesso à educação superior.

Heringer (2013) salienta que o sistema de educação básica brasileiro é composto de escolas públicas e privadas; esta última em sua minoria, porém, em geral, com ensino de melhor qualidade e ocupadas principalmente por estudantes de classe média e alta. Por seu turno, os alunos, por serem melhor qualificados, são em sua maioria aprovados nas mais conceituadas universidades brasileiras. Ironicamente, conforme assinala a autora, em sua maioria universidades públicas; todas as instituições sem custos para os estudantes que ali ingressam.

A consequência disso, conforme destaca Heringer (2013), é uma perpetuação na concentração de estudantes brancos e de famílias de maior renda nas universidades públicas. Sendo assim, os estudantes procedentes de famílias de menor renda, em sua maioria pretos e pardos, que em geral frequentaram escolas públicas de menor qualidade na educação básica, se veem sem muitas opções, senão a tentativa de ingresso às instituições de ensino superior privadas, pelas quais têm que pagar.

Bourdieu (1998), por meio de seus estudos, abordou as desigualdades escolares alicerçadas nas desigualdades sociais e introduziu dois conceitos de capital na análise social para se referir não apenas à sua forma econômica, mas também cultural e social. Sendo o capital social como o pertencimento a determinado grupo e sua rede de relações, que permite a este indivíduo ter acesso aos recursos que o favorece, sendo a sua posse reproduzida através de relacionamentos duradouros, capazes de garantir ganhos simbólicos e materiais.

Nessa toada, Bourdieu (1998) aponta que o capital cultural surge da necessidade de compreender as desigualdades, capaz de existir em três estados: incorporado, objetivado e institucionalizado, e sua acumulação inicial “começa desde a origem, sem atraso, sem perda

de tempo, pelos membros das famílias dotadas de um forte capital cultural” (Bourdieu, 1979, p. 76).

Tais perspectivas dão uma ideia de que as relações sociais constituem um patrimônio não visível, capaz de beneficiar os sujeitos possuidores de tais capitais no ambiente educacional, Bonamino *et al* (2010) concordam com Coleman (1966) e reconhece-se que o desempenho escolar não depende única e exclusivamente, de dons individuais, mas sim da origem social dos alunos.

Conforme Bonamino *et al* (2010), os estudos de Bourdieu acentuaram que a origem social dos alunos leva às desigualdades escolares e, conseqüentemente, reproduzem o sistema objetivo de posições e de dominação.

Nas considerações de Bonamino *et al* (2010), o termo capital econômico empregado por Bourdieu e Coleman foi utilizado no estudo das desigualdades escolares como referência das vantagens culturais e sociais, que, embora desenvolvam o conceito de capital em bases teóricas distintas, ambos compartilham concepções similares, notadamente ao conceito de capital econômico:

A problemática que leva Bourdieu e Coleman a uma concepção ampliada do conceito de capital repousa fundamentalmente sobre evidências empíricas que apontam as limitações do conceito de capital econômico para explicar plenamente a relação entre origem socioeconômica e resultados educacionais, levando esses sociólogos a considerar que outras formas de capital, tais como o capital social e o cultural, contribuem e interagem diretamente com o capital econômico para fortalecer essa relação. (BONAMINO *et al*, 2010, p. 2)

No sentido do capital econômico, Heringer (2018) analisou em seus estudos que:

Estudantes menos privilegiados não podem contar com a família (ou contam de forma reduzida) para os apoiarem nas demandas surgidas em função de uma escolarização prolongada. Assim, acabam tendo que criar suas próprias práticas e estratégias ou contar com eventuais mecanismos institucionais de apoio à sua permanência no ambiente universitário e/ou para assisti-los na oferta de algum recurso. (HERINGER, 2018, p. 13)

Desta forma, observamos que a permanência no ensino superior está diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico do aluno e de sua família. Entretanto, os recursos financeiros sozinhos não garantem resultados positivos para os alunos. Nesse sentido, estudos realizados, como o de Coleman e Hoffer (1987), demonstram que o envolvimento e desenvolvimento social da família contribuem para o melhor rendimento no ensino escolar.

Bonamino *et al* (2010) descrevem o espaço social como sendo um campo de lutas no qual os agentes (indivíduos e grupos) constroem estratégias que permitem manter ou melhorar sua posição social, considerando que:

O capital econômico, na forma de diferentes fatores de produção (terras, fábricas, trabalho) e do conjunto de bens econômicos (dinheiro, patrimônio, bens materiais), é acumulado, reproduzido e ampliado por meio de estratégias específicas de investimento econômico e de outras relacionadas a investimentos culturais e à obtenção ou manutenção de relações sociais que podem possibilitar o estabelecimento de vínculos economicamente úteis a curto e longo prazo (BONAMINO *et al*, 2010, p. 2)

Por sua vez, é relevante compreender que capital social, na perspectiva de Bourdieu (1998), teoriza que o indivíduo traz consigo um histórico socialmente herdado, que se denomina de capital social, assim descrito:

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (possíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos, mas também são unidos por ligações permanentes e úteis). Essas ligações são irredutíveis de relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas. (BOURDIEU, 1998, p. 67)

No Brasil, especialmente, a educação é o principal mecanismo de diminuição de desigualdade social. Conforme cita Vargas e Heringer (2017), verifica-se que a recompensa econômica média para os indivíduos com educação superior é duas vezes maior do que para os que só possuem o ensino médio. Em conformidade com a comparação feita pelo IBGE, de dados brasileiros com os das nações que integram a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), nota-se que uma pessoa com o ensino superior no Brasil ganha 2,5 vezes mais, comparado com alguém com ensino médio, bem maior do que a média na OCDE; dado um conjunto de 46 países (36 membros + 10 afiliados), era de 1,6 vezes mais, bem aquém da realidade brasileira. Estes dados são do relatório Um Olhar sobre a Educação, do organismo internacional, e integram a Síntese de Indicadores Sociais 2018 (IBGE, 2018).

Assim, podemos ter uma base sobre a questão sociológica na educação no contexto da sociologia da educação que nos ajuda a fornecer instrumentos para uma análise sobre o ensino superior. O uso de fundamentação sociológica se justifica pelo fato de o primeiro

orientador da dissertação pertencer a este campo. Com a substituição por um orientador do campo da filosofia da educação, houve o interesse de fundamentação e de análise do material coletado também por meio de categorias filosóficas. Por derradeiro, pensar o lugar da educação superior na ordem social é compreender um pouco melhor as vinculações com outras áreas da sociedade, como a família, a comunidade e o estado. Busca-se assim, uma melhor qualidade de ensino em prol de grupos menos favorecidos por meio de políticas capazes de democratizar cada vez mais o ensino superior, que é o pano de fundo deste estudo.

1.2. Reflexões sobre a desigualdade, a inclusão e a equidade no ensino superior

Os princípios da justiça, que objetivam assegurar uma sociedade justa, não se resumem somente a busca de uma condição de igualdade entre as pessoas, mas também permitem que certas desigualdades sociais existem para beneficiar os menos favorecidos, conforme mostra Rawls (2000) com uma analogia “[...] uma injustiça é tolerável somente quando é necessária para evitar uma injustiça ainda maior” (RAWLS, 2000, p. 4). Nota-se que a perspectiva filosófica de John Rawls, em seu conhecido livro *Uma teoria da justiça*, reconhece a necessidade de superação de desigualdades pelas políticas específicas que se materializam como ações afirmativas, que serão aqui analisadas oportunamente.

Rawls (2000) apresenta sua ideia de justiça que busca estabelecer em seu escrito uma análise de justiça como equidade. Sua teoria tem como objetivo principal desenvolver uma concepção liberal e igualitária de justiça social, conforme reforça a interpretação de Consani (2016). Mais do que isso. Enquanto teoria com base liberal, a tarefa de promover a justiça é da estrutura básica da sociedade, com suas instituições. Ou seja, é tarefa do Estado com seus três poderes, no recurso à lei e seu cumprimento.

Bem como a teoria de Rawls (2000) tem uma perspectiva deontológica, que assume uma perspectiva de definir o que é justiça social antes de qualquer definição sobre o que é o bem. Ao contrário das teorias teleológicas, que primeiro definem uma concepção de bem que deve ser buscada por toda a sociedade, depois uma concepção de justiça. Fica desconsiderada os esforços de cada indivíduo ou dos esforços cooperativos. Se não é desconsiderado, ao menos o princípio é absolutamente contratualista, na crença de que ao garantir a estrutura adequada, as realizações, os comportamentos, serão adequados.

A proposta de Rawls (2000) é trazer uma ideia de justiça que difere da ideia dominante⁵, na busca por justiça social, em que regras são estabelecidas previamente, conhecidas e respeitadas pelos membros de uma sociedade, conforme relata “[...] uma sociedade bem-ordenada não apenas quando está planejada para promover o bem de seus membros, mas também quando é efetivamente regulada por uma concepção pública de justiça” (RAWLS, 2000, p. 5).

Apesar de existirem desigualdades e diferenças que a curto prazo não podem ser eliminadas, para Rawls (2000) a justiça social é viável como forma de corrigir tais desigualdades, buscando uma sociedade não excludente.

Deve-se, então, considerar que uma concepção de justiça social fornece primeiramente um padrão pelo qual se deve avaliar aspectos distributivos da estrutura básica da sociedade. Esse padrão, porém, não deve ser confundido com os princípios que definem outras virtudes, pois a estrutura básica e as organizações sociais em geral podem ser eficientes ou ineficientes, liberais ou não liberais, e muitas outras coisas, bem como justos ou injustos. Uma concepção completa, definidora de princípios para todas as virtudes da estrutura básica, juntamente com seus respectivos pesos quando conflitantes entre elas, é mais que uma concepção de justiça; é um ideal social. (RAWLS, 2000, p. 10)

Seguindo a citação imediatamente acima, poderíamos nos perguntar sobre o espaço/importância da educação dentro da estrutura básica da sociedade. Assim, de acordo com o entendimento de Rawls, a educação está associada à cultura de uma sociedade, ao afirmar que:

[...] não se deve aferir o valor da educação apenas no tocante à eficiência econômica e ao bem-estar social. Tão ou mais importante é o papel da educação de capacitar uma pessoa a desfrutar da cultura de sua sociedade e participar de suas atividades, e desse modo de proporcionar a cada indivíduo um sentido seguro de seu próprio valor (RAWLS, 2000, p. 121).

Ao permitir que o indivíduo se aproprie da cultura de uma ou mais sociedades, fará com que este indivíduo possa gozar deste poder cultural dentro da educação, tornando-o mais preparado para o mundo acadêmico e para a vida social. No sistema de ensino, para

⁵ “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes” (MARX, K.; ENGELS, F., 2007, p. 72), no sentido de as civilizações são divididas em classes sociais, onde umas são dominantes e outras dominadas, como a burguesia e o proletariado. Reconhece-se neste texto o vespeiro que significa lidar com perspectivas filosóficas distintas. Como é o caso da contribuição de Karl Marx ou de John Rawls e não se está aqui a aproximar autores tão distintos e suas respectivas filosofias. O que se busca é justificar caminhos para a superação das desigualdades e, para isto, parece-nos fundamental recuperar concepções mesmo que distintas, tomando o devido cuidado para não misturar autores e teorias.

alguns estudantes, a cultura escolar já existe algo de familiar, enquanto para outros é um mundo desconhecido, de acordo com Bourdieu (2007), o sistema de ensino oferta com olhares à reprodução da estrutura das relações de força e das relações simbólicas entre as classes. Desta forma, enquanto para alguns o novo ambiente é desconhecido, para outros, trazem consigo suas experiências culturais que já derivam de seu convívio. Segundo Bourdieu (2007), principalmente em se tratando de ensino superior, isto pode trazer uma contribuição decisiva à ciência da dinâmica da estrutura das relações de classe.

De acordo com Bourdieu (1992), dentro da sociologia política, a falta de certos requisitos na educação pode se tornar um problema, que muitas vezes é negligenciado, de forma que as diferenças entre classes sociais não estariam ligados apenas ao aspecto econômico e acúmulo de bens, como também todo recurso ou poder que se manifesta em uma atividade social, ligado aos saberes e o que os diplomas proporciona aos indivíduos.

Conforme pontua Pires, Romão & Varollo (2019), relatórios como o de Plowden, para a Grã-Bretanha, ou o famoso Relatório Coleman, para os Estados Unidos, demonstram que a origem das desigualdades de desempenho dos alunos nasce bem mais nas diferenciações advindas do seio familiar e social do que nas disparidades de origem material ou pedagógica das escolas, levando em consideração que a transmissão desse capital cultural é fruto de envolvimento nas relações entre pais e filhos, criando vínculos importantes para o desenvolvimento do capital social.

Nesse sentido, Barbosa (2019) afirma que a ausência de conhecimentos sobre as regras do jogo burocrático cria uma grande dificuldade aos alunos provenientes das classes populares, quando comparados àqueles alunos provindos de instituições consideradas de elite no sistema de ensino, tais como ter acesso ao alojamento estudantil ou às bolsas para cotistas e/ou acadêmico, bem como saber fazer trabalhos aceitáveis para os professores, (interpretamos aqui que os trabalhos sejam feitos como exemplo, utilizando alguma norma que condiz com o trabalho universitário), como dialogar com os colegas e como se comportar nos ambientes coletivos, talvez seja um dos obstáculos mais significativos para os estudantes ingressantes, especialmente aqueles com menor capital cultural familiar. Conforme salienta Barbosa (2019) “Todos esses elementos tornam a “experiência escolar/universitária” muito mais difícil para os estudantes provenientes das classes populares do que para aqueles “experimentados” nas instituições de elite do sistema de ensino.

De acordo com Neves (2007), o acesso e equidade na educação superior não podem se satisfazer com a interpretação dos números originários da recente expansão no ensino

superior, que não foi suficiente para alterar o cenário de exclusão, na qual demonstra uma pirâmide educacional perversa, ao permitir que apenas uma fração muito pequena de estudante atinja efetivamente a educação superior, que, apesar do Brasil ter se transformado numa sociedade moderna destacando-se como uma potência emergente⁶ economicamente, está aquém dos níveis esperados no campo educacional.

A desigualdade racial do Brasil é reflexo também no acesso à educação, mais notadamente a partir do ensino médio, sendo a base para continuação ou momento de parada ou mudança de destino para milhões de jovens, como ressalta Fresneda:

O ensino médio é considerado uma etapa avançada do sistema educacional brasileiro, pois somente a partir da década de 1990 o país garantiu acesso universal ao ensino fundamental. Conseqüentemente, alcançaram-se níveis satisfatórios de frequência ao ensino médio apenas recentemente e a conclusão desse nível ainda está longe da universalização. Essa situação faz com que o ensino médio seja considerado um momento crucial da trajetória escolar, no qual o estudante e as famílias se deparam mais frequentemente com a escolha de seguir estudando ou entrar no mercado de trabalho e principalmente ao ensino superior. (FRESNEDA, 2012, p. 2)

Dessa forma, Heringer (2013) destaca que no decorrer dos anos 1990 “[...] e, principalmente, dos anos 2000 ampliou-se o consenso entre diferentes setores da sociedade brasileira sobre a enorme desigualdade no acesso ao ensino superior no Brasil”. A autora cita que a partir dos anos 2000, torna-se possível mensurar as desigualdades raciais através da divulgação de dados que até então eram escassos, e através de informações facilita e viabiliza pensar em alternativas de políticas visando a redução de tais desigualdades.

Outra característica importante deste momento, no início dos anos 2000, foi a ampliação da disponibilidade de dados e indicadores sociais que revelavam a dimensão das desigualdades raciais no Brasil, em muitos aspectos sociais e econômicos (HERINGER, 2014, p. 19)

À medida que a educação avança nos seus graus mais elevados, aumenta a desigualdade racial, como observado por Heringer (2013), “[...] que os jovens brasileiros que chegavam ao ensino superior eram predominantemente de classe média e de classe alta

⁶ Os países emergentes – também chamados de economias emergentes ou de países em desenvolvimento – são aqueles classificados como subdesenvolvidos e que, no entanto, apresentam um relativo desenvolvimento econômico e social em comparação com as nações mais pobres do planeta. São países que possuem níveis médios ou até um pouco elevados de Desenvolvimento Humano, bem como um certo nível de industrialização e crescimento econômico, embora seja praticamente impossível generalizar dados e informações semelhantes para todos os países inseridos nessa classificação. (BRASIL ESCOLA).

e em sua maioria brancos”, conforme observado por este pesquisador no ensino superior à época de estudante universitário, o pequeno número de pretos, pardos e indígenas é confirmado pela autora

Nessa esteira, é apresentado pelo IBGE (2019) que o ensino superior revela as desigualdades quando comparado os números entre as raças neste nível de ensino:

Em 2018, praticamente não havia diferença entre as proporções de crianças de 6 a 10 anos de idade brancas e pretas ou pardas cursando os anos iniciais do ensino fundamental (96,5% e 95,8%, respectivamente), porém a proporção de jovens de 18 a 24 anos de idade de cor ou raça branca que frequentavam ou já haviam concluído o ensino superior (36,1%) era quase o dobro da observada entre aqueles de cor ou raça preta ou parda (18,3%) (IBGE, 2019).

De acordo com dados do IBGE (2017), entre os jovens brancos de 18 a 24 anos, 55,7% não frequentam escola e não têm a etapa concluída, 8,2% frequentam a escola fora da etapa adequada e 36,1% estão na etapa adequada para a idade. Já entre os pretos e pardos, as proporções são de 68,9% fora da escola, 12,8% fora da etapa adequada e 18,3% na etapa adequada para a idade.

A população do Brasil em sua maioria composta de pretos e pardos, se destaca como uma das maiores sociedades multirraciais do mundo. De acordo com o Censo de 2010 (BRASIL, 2011), o país conta com um total de aproximadamente 191 milhões de habitantes. Desses, 91 milhões de brasileiros(as) se autodeclararam como brancos (47,64%); 15 milhões como pretos (7,85%); 82 milhões como pardos (42,93%); 2 milhões como amarelos (1,04%), e aproximadamente 1 milhão como indígenas (0,54%).

Ainda de acordo com o censo de 2010⁷ (BRASIL, 2011), promovido pelo IBGE, há também desigualdade nos indicadores educacionais, sendo que a população em idade ativa entre preta e parda tinha 7,1 anos de estudo, em média, enquanto a população branca detinha 8,7 anos de estudo, em média. Também foi apurado que 6,7% das pessoas pretas e pardas com 10 a 17 anos de idade não frequentavam escola, contra 4,7% dos brancos. Enquanto isso, 25,5% dos brancos com mais de 18 anos frequentavam ou já haviam frequentado o ensino superior, frente a 8,2% para pretos e pardos, destacando que, apesar da diferença ser grande, houve alguma evolução neste indicador, pois, em setembro de 2002, apenas 6,7% de pretos e pardos frequentavam ou já haviam frequentado curso superior.

⁷ Apesar de estarmos em 2021, não podemos contar com o Censo de 2020, quando teríamos as informações mais recentes, mas, devido à crise sanitária provocada pela pandemia da COVID-19, o IBGE prorrogou o censo para 2021.

Do ponto de vista étnico-racial, 56,2% da população brasileira se considera pretos e pardos, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (2019). Conforme Gomes (2011), a possibilidade de agregar essas duas categorias não se trata de uma escolha política, uma vez que existem dados concretos da realidade brasileira, para além das dimensões subjetivas e identitárias, que permite esse tipo de interpretação, sendo que sob a égide da relação entre nível de escolaridade e raça é aquela que mais ajuda a refletir sobre essa condição.

A distribuição dos níveis de escolaridade, de acordo com a cor dos brasileiros, demonstra, inicialmente, que, no campo da educação, não existem diferenças significativas entre 'pardos' e 'pretos' que justifiquem o tratamento analítico desagregado nessas duas classificações. [...] o universo do conjunto total da população negra representa, na dimensão educacional, de forma adequada, os respectivos universos particulares das populações parda e preta. (HENRIQUES, 2001, p. 35)

Neste mesmo sentido, Heringer (2013) destaca as preocupações sobre a inclusão na educação superior tomando como ponto de partida a percepção da grande distância entre o Brasil e demais países com situação econômica similar quando o assunto é o acesso à educação superior.

Considerando tais desigualdades, arguir-se que, um dos meios mais eficazes para a inclusão e equidade no ensino superior demonstra ser através das ações afirmativas, ocorridas em meados da década de 1990. Na afirmação de Heringer (2018), a introdução do tema teve como responsável o movimento negro brasileiro, sendo inicialmente alvo de muitas críticas e resistências à sua incorporação. Referindo-se as críticas mais comuns que tais políticas específicas trariam conflito e divisionismo a um país onde as relações raciais seriam harmônicas, como também à inadequação de políticas deste tipo, uma vez que a situação desvantajosa da população negra estaria relacionada ao seu baixo grau de escolaridade.

1.3. A privatização do Ensino Superior

O ensino superior privado no Brasil corresponde a 75,8 % das matrículas nesse nível de ensino, de acordo com o último dado fornecido pelo INEP, em 2019 (BRASIL, 2019). O objetivo deste tópico não é esgotar o assunto, mas apresentar que o ProUni aqui estudado se

originou do uso do setor privado de ensino para sua criação. Como frisou Almeida (2006), “[...] ficou constatado que foi alardeada a existência de um aumento significativo de vagas ociosas, no segmento privado da educação superior, associado à procura por ensino superior das camadas de baixa renda”.

Sampaio (2000) destaca que a forte presença do setor privado no ensino superior no país reporta-se anteriormente ao seu grande crescimento que ocorreu a partir de meados dos anos de 1960, tendo origem ao início da república e sendo descentralizado a partir da Constituição Federal de 1891, que permitiu que os governos estaduais e o setor privado criassem seus próprios estabelecimentos.

De acordo com Teixeira (1969), as instituições privadas surgiram da iniciativa das elites locais e confessionais católicas, assim também destacado por Sampaio (2011) em seus estudos:

Essa moldura legal conferiu ao sistema nacional de ensino superior uma organização dual: de um lado, um setor público e gratuito, cujas instituições são mantidas pelo poder federal, estadual ou municipal e, de outro, um setor constituído por estabelecimentos de natureza jurídica privada - laicos e confessionais - subordinados a uma legislação federal, condição que lhe assegura uma unidade formal (Sampaio, 2011, p.28)

Conforme Sampaio (1991), foi no estado de São Paulo que o novo sistema de ensino surge em resposta aos novos arranjos econômicos e sociais, os quais, deram a base para a sua ampliação e diversificação, que representou a primeira grande ruptura com as escolas profissionais que utilizavam sistemas centralizados e inseridos a um forte controle burocrático por parte do governo nacional. Ainda em São Paulo ocorreu a grande expansão do ensino superior privado. Dentre os cursos criados, foram os de engenharia civil, mecânica e elétrica pela atual Universidade Mackenzie. Nos anos seguintes, o ensino superior passou de 24 estabelecimentos de ensino para 133 unidades até 1920 (SAMPAIO, 1991).

Assim, o ensino superior privado possibilitou em primeiro momento, maior desenvolvimento neste setor. Após um ano da criação do Ministério da Educação, no Governo de Getúlio Vargas, foi promulgado o Estatuto das Universidades Brasileiras por meio do Decreto nº 19.851/31, que vigeu até 1961. Assim, possibilitou a organização do ensino superior conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - a primeira Lei 4.024/61.

A partir de então nota-se um grande aumento no número de matrículas no ensino superior, notadamente entre 1960 e 1980, quando passou de 200 mil para 1,4 milhão, em um

crescimento de quase 500%. No setor privado, o crescimento foi de mais de 800% (BARREYRO, 2008).

É cristalina essa expansão no ensino superior, principalmente pelo setor privado, que contou com o apoio do estado, conforme destaca Barreyro (2008):

Essa expansão foi realizada predominantemente pela iniciativa privada, não confessional, com o apoio do Estado e fora dos grandes centros urbanos, produzindo-se um “sistema dual”: as grandes universidades e as faculdades isoladas interioranas, sendo nestas últimas onde as classes médias conseguiram o diploma que lhes permitiria sua ascensão social. (BARREYRO, 2008, p. 19)

Como acentua Ferreira Junior (2010), o processo revolucionário burguês autocrático brasileiro, no qual utilizou a modernização socioeconômica imposta de cima para baixo, atingiu seu auge durante o período chamado “milagre econômico” (1968-1973), que ocorreu durante o regime militar. Foi nesse discurso de modernização acelerada das relações capitalistas de produção que o Brasil deixou de ser um país estritamente do setor primário e se consolidou como uma sociedade urbano-industrial.

É nessa esteira do desenvolvimento que se realizou a expansão quantitativa da escola do ensino fundamental, como também a partir desse processo de modernização capitalista pela via autoritária que o regime militar implementou as reformas educacionais de 1968, a Lei nº 5.540 que reformou a universidade, e a de 1971, Lei nº 5.692, que estabeleceu o sistema nacional de 1º e 2º graus (FERREIRA JUNIOR, 2010).

Conforme Vargas e Heringer (2017), a partir de 1960, houve a expansão significativa do sistema de ensino superior brasileiro, atendendo às demandas pela priorização da profissionalização ao mercado de trabalho que se intensificou a expansão do ensino superior privado. Em termos de instituições como de matrículas, houve um grande salto tanto no ensino superior público como privado, a saber, de 99 mil em 1961 para 1,34 milhões em 1980.

Nos primeiros anos da ditadura militar houve grande ampliação do acesso à educação, principalmente ao ensino superior, sendo que, entre 1964 e 1973, enquanto o ensino primário cresceu 70,3%; o ginasial, 332% e o colegial, 391%, o ensino superior foi muito além, tendo crescido no mesmo período 744,7%, conforme destaca Sampaio (2011).

Conforme Saviani (2010), o regime implantado pelo golpe civil-militar de 1964 produziu uma democratização do acesso à educação no Brasil, mas dentro de uma lógica de

vinculação da educação pública aos interesses do mercado e de estímulo e favorecimento à privatização do ensino.

Nesse sentido, Gadotti (1983) tece grandes críticas ao governo militar, que se caracterizou por um descaso quase total pela educação, principalmente pela educação superior:

[...] O Brasil optou por um modelo de desenvolvimento capitalista que considera a educação um aspecto secundário. É por esse motivo que o governo vem se desobrigando “lenta e gradualmente” da tarefa de educar, entregando a educação à empresa particular. A educação entre nós, graças à política educacional do regime militar, tornou-se um negócio, uma traficância. (GADOTTI, 1983, p. 123).

Como assevera Ferreira Jr (2010), o caráter tecnicista efetivado pelas políticas educacionais dos militares facilitou a ampliação das matrículas no ensino superior, especialmente nas modalidades profissionais consideradas prioritárias pelo seu caráter social e interesse no processo de desenvolvimento econômico nacional. Assim, subordinou a política educacional à lógica econômica de modernização acelerada da sociedade brasileira, que compeliu o discurso por parte do governo de que o único papel a ser desempenhado pela educação era o de maximizar a produtividade do Produto Interno Bruto, no momento em que, em 1964, o Brasil ocupava o 49º lugar e na década de 1970 passou a ocupar a 8ª posição na lista dos países mais industrializados do mundo, conforme analisa Silva (2021).

Pelo intenso processo de urbanização e industrialização, principalmente pelo ingresso de empresas estrangeiras no país, a procura por educação, principalmente do nível superior, acabou gerando uma forte demanda por profissionais com nível superior, o que despertou o interesse dos jovens estudantes, por ser-lhes proporcionado aos detentores de nível superior as melhores oportunidades de ascensão social, conforme destaca Sampaio (2000).

Ocorre que as vagas ofertadas pelas universidades públicas eram insuficientes para atender ao grande excedente de alunos, o que acabou por fortalecer ainda mais a expansão do setor de ensino superior privado através das leis sancionadas entre a década de 1960 e 1970. A falta de iniciativa do Estado em financiar a educação superior pública deu espaço para que as IES privadas se tornassem um nicho de mercado para este setor, que se transformou em um negócio muito lucrativo. Sampaio (2000), destaca que a expansão do ensino superior privado neste período se deu através da criação de instituições de pequeno

porte, resultantes em sua maioria da transformação de antigos colégios secundaristas em instituições de ensino superior, em cursos de período noturno.

Entretanto, foi por meio do crescimento do setor privado que aconteceu a maior expansão universitária, com incentivos por parte do estado, por meio de isenções fiscais, realizando um crescimento rápido para suprir a forte demanda. Mesmo assim, o acesso limitado à educação superior permaneceu, conforme acentua Heringer (2018). Isto ocorreu em decorrência dos cursos serem pagos e grande parte dos interessados que tinham a expectativa de ingressar na educação superior não tinham como arcar com o pagamento de seus estudos, ou o faziam com grande dificuldade.

Nesse sentido, Benatti e Mustafa (2016) afirmam que as políticas sociais se configuram na dualidade público-privado e são políticas cunhadas pela focalização aos setores mais pobres, e o que se verifica, então, em tais pressupostos, é a configuração do que Castelo (2013) denomina de “[...] segunda variante ideológica do neoliberalismo – chamado social-liberalismo”. Em síntese, uma fusão entre Estado e mercado com o propósito de combinar crescimento econômico e ganhos sociais ao mesmo tempo.

A partir de então, houve um grande aumento no número de universidades e consequentemente no número de vagas, principalmente nas IES privadas, com isso caracterizou-se uma mercantilização do ensino superior.

Calderón (2000), em seu estudo sobre a emergência de instituições denominadas universidades mercantis, pontua sobre a institucionalização do mercado universitário:

O crescimento expressivo deu-se de 1985 a 1990, e nesse período de cinco anos houve um crescimento de 100%, com a criação de mais 20 universidades particulares. Entre 1990 e 1998 foram criadas mais 36 universidades particulares, ou seja, entre 1985 e 1998 havia o total de 56 universidades privadas, um salto quantitativo de 280%. (CALDERÓN, 2000, p. 5)

Com o início do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1995 pautado na Constituição de 1988, por meio do artigo 209, que prevê a liberdade da iniciativa privada, desde que atendidas duas condições: “cumprimento das normas gerais da educação nacional (inciso I) e 2. autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público” (inciso II). Com isso obteve-se um amparo jurídico com vistas a um grande aumento no número de universidades, principalmente privadas atrelado a políticas governamentais, conforme descrevem Traina-Chacon e Calderón (2015):

Na educação superior, as políticas adotadas por FHC rotuladas pelos setores de esquerda como “neoliberais”, promoveram uma aceleração da expansão das Instituições de Ensino Superior (IES) e o aumento de 110,8% no número de IES privadas em oito anos, optando pela ampliação da cobertura de atendimento via expansão do setor privado e a consequente institucionalização do mercado universitário com a presença de rankings governamentais, resultantes do exame nacional de cursos (TRAINA-CHACON; CALDERÓN, 2000, p. 80).

Nota-se, assim, conforme Cunha (2003), “[...] a característica mais marcante da educação como meta prioritária da proposta é o destaque para o papel econômico da educação”. Para isso é “necessário” que se estabeleça uma parceria entre o governo e o setor privado educacional. De acordo com estudo de Traina-Chacon e Calderón (2015), “[...] o estado deveria se afastar de atividades que pudessem ser realizadas pela iniciativa privada, concentrando suas ações na regulação da prestação de serviços públicos”. Porém, a proposta citada acima referia-se negativamente à rede federal de ensino superior. Conforme Cunha (2003), ela “precisaria ser revista”, uma vez que, segundo seus estudos, apesar do ensino superior ser majoritário, é inegavelmente de qualidade bem inferior. O que dizia ser inconcebível a rede pública federal consumir de 70% a 80% do orçamento do Ministério da Educação, segundo o mesmo autor “(uma estimativa, aliás, bastante exagerada)”, diante do atendimento de apenas 22% dos estudantes de graduação.

Desta forma, foram sendo estabelecidas as políticas para o ensino superior, como declara Cunha (2003), “[...] o MEC traçou uma estratégia de enfrentamento parcial de problemas e de adversários”. O autor explicita melhor suas palavras:

Assim, em vez de investir, primeiramente, na reforma dos dispositivos da Constituição que diziam respeito à educação; depois, num projeto de LDB articulado com a nova redação da Carta Magna; em vez de investir numa lei geral para o ensino superior, o MEC foi traçando, no varejo, as diretrizes e bases da educação nacional, não contra o que seria a lei maior de educação, mas por fora dela. Assim, a LDB minimalista, finalmente aprovada, não contém, propriamente, todas as diretrizes nem todas as bases da educação nacional. Elas terão de ser procuradas dentro, mas, também, fora dela. Com efeito, a LDB diz pouco ou quase nada sobre questões tão importantes quanto o Conselho Nacional de Educação (composição, atribuições etc.) ou a avaliação universitária. (CUNHA, 2003, p.40)

Nesse sentido, dentre as reformas observadas nesse período para a educação superior estão: a promulgação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), bem como alguns dispositivos que apresentaram medidas direcionadas para a educação superior, a Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, que regulamentou o Conselho Nacional de Educação (CNE) e instituiu avaliações periódicas nas instituições e nos cursos superiores, a Portaria nº 249, de 18 de

março de 1996 do Ministério da Educação (MEC), que definiu o Exame Nacional de Cursos (ENC-Provão) e o Decreto nº 2.026, de 10 de outubro de 1996, que definiu os procedimentos para avaliação dos cursos e das IES (DOURADO, 2002).

Nessa direção, Lima e Cunha (2020) ressaltam que o Governo FHC, incentivado “[...] através de financiamento de agentes privados estrangeiros e nacionais, o desenvolvimento das empresas educacionais de educação superior consolidou a mercantilização da educação e privatização de serviços públicos”. Com isso, segundo Nunes e Braga (2016), “[...] FHC efetivou no Brasil um conjunto de reformas que alteraram expressivamente a estrutura do Estado brasileiro e suas funções, em especial em relação à educação”.

Em análise ao octênio do governo FHC, Sguissardi (2006) analisa que a privatização do ensino superior nesse governo atingiu seu ápice como nunca visto antes, que destacou o Brasil “[...] como o país com o maior índice de privatização na América Latina e entre os cinco de maior índice de privatização no mundo, se considerados o número de IES e o percentual de matrículas”, demonstrando em números sua expansão:

Em 1994, das 851 IES, 192 (22,5%) eram públicas e 659 (77,5%) eram privadas. Em 2002, das 1.637 IES, 195 (11,9%) eram públicas e 1.442 (88,1%) eram privadas. Nesse período de oito anos, as IES privadas passaram de 77,5% para 88,1%. O número de IES cresceu 92%; o de IES públicas permaneceu estável; o das IES privadas cresceu 118%. O mesmo fenômeno verifica-se em relação à evolução das matrículas. No período 1994-2002, para um aumento do total de matrículas da ordem de 109%, o do setor privado foi de 150%, três vezes maior que o do setor público, de apenas 52%. Cabe registrar, ainda assim, que o principal aumento no setor público se deu nas estaduais. O setor privado, que, em 1994, concentrava 58% das matrículas, em 2002 já concentrava 70%. (SGUISSARDI, 2006, p. 1028)

No ano de 2004, o ensino superior já somava 2.013 instituições, das quais 169 universidades, 107 centros universitários, 1.737 faculdades, faculdades integradas, faculdades tecnológicas e centros de educação tecnológica. Apesar da grande expansão em números de IES, Sguissardi (2006), considera que a população estudantil do ensino superior entre a faixa etária de 18 a 24 anos, como sendo uma das mais baixas taxas na América Latina, com cobertura líquida no período de 2002 de aproximadamente 7%, muito abaixo se comparado a países como a Argentina, o Chile e o Uruguai, que ultrapassavam no mesmo ano, os 30%.

O ensino superior no início do século XXI já no então governo Lula, teve como ponto de partida, por meio do programa de governo, identificar que a taxa de escolaridade líquida

da educação superior era baixa e muito longe da meta de 30% proposta pelo PNE (2001 a 2010). Diante do grande número de instituições privadas e da facilitação pela transformação das IES em universidades de ensino, surge por parte do governo federal, atrelado a uma pressão das instituições privadas, uma intenção de unir-se o poder público às instituições de ensino privado, conforme frisado por Carvalho (2014):

Combinado a isto, as dificuldades das camadas sociais mais pobres em acessarem esse nível educacional, e, ainda que as barreiras à entrada pudessem ser superadas, a percepção do governo de que o principal desafio estava na permanência do aluno socialmente vulnerável diante dos elevados gastos nos estabelecimentos privados, cujo resultado tem sido a elevada inadimplência e evasão. A agenda governamental redirecionou-se a fim de ampliar de modo significativo as vagas nas universidades públicas, em especial no segmento federal. (CARVALHO, 2014, p.215)

É neste ambiente que o governo Lula busca a formação de uma agenda voltada para a elaboração de programas e de políticas capazes de transformar um problema em solução ou em alternativas, que Carvalho (2014) traduz “[...] a implementação da política dependerá da clareza de seus objetivos (desenho institucional), da relação entre os atores envolvidos, das estratégias utilizadas por eles, do poder de impor as decisões e do tipo de acordos estabelecidos”.

Conforme declara Otranto (2006), este problema tem como causa a crise fiscal do Estado, sem maiores aprofundamentos de sua origem e atinge não apenas as IES públicas, mas também as instituições privadas, que, diante da grande expansão vivida nos últimos anos, “[...] agora se encontram ameaçadas pelo risco da inadimplência generalizada do alunado e de uma crescente desconfiança em relação aos seus diplomas”.

Assim, deixamos para expor sobre tais políticas em tópico específico para as políticas públicas. Salientamos aqui apenas a criação por este governo que foi o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Diante do exposto, considera-se oportuno discorrermos sobre a questão do público e o privado, tendo em vista que, na atual conjuntura, houve um esforço por parte do governo brasileiro em estreitar os laços de parceria com o setor privado, seguindo os preceitos do ideário neoliberal, cujo resultado foi o gradativo crescimento de instituições privadas de ensino superior, bem como de investimento público para este setor, por meio de isenção fiscal do qual o ProUni é exemplo.

Tabela 1 – Evolução dos números de matrículas em estabelecimentos públicos e privados no ensino superior brasileiro (1933-2020)

ANO	PÚBLICO	%	PRIVADO	%	TOTAL
1933	18986	56,3	14737	43,7	33723
1945	21307	51,6	19968	48,4	41275
1960	59624	58,6	42067	41,4	101691
1970	210613	49,5	214865	50,5	425478
1980	492232	35,7	885054	64,3	1377286
1990	578625	37,6	961455	62,4	1540080
2000	887026	33,0	1807219	67,0	2694245
2001	944584	31,1	2091529	68,9	3036113
2002	1085977	30,8	2434650	69,2	3520627
2003	1176174	29,9	2760759	70,1	3936933
2004	1214317	28,8	3009027	71,2	4223344
2005	1246704	27,3	3321094	72,7	4567798
2006	1251365	25,6	3632487	74,4	4883852
2007	1335177	25,4	3914970	74,6	5250147
2008	1552953	26,7	4255064	73,3	5808017
2009	1523864	25,6	4430157	74,4	5954021
2010	1643298	25,8	4736001	74,2	6379299
2011	1773315	26,3	4966374	73,7	6739689
2012	1897376	27,0	5140312	73,0	7037688
2013	1932527	26,5	5373450	73,5	7305977
2014	1961002	25,1	5867011	74,9	7828013
2015	1952145	24,3	6075152	75,7	8027297
2016	1990078	24,7	6058623	75,3	8048701
2017	2045356	24,7	6241307	75,3	8286663
2018	2077481	24,6	6373274	75,4	8450755
2019	2080146	24,2	6523678	75,8	8603824
2020 ⁸					

Fonte: Elaborado pelo autor utilizando dados do INEP (BRASIL, 2020)

Como podemos observar no quadro acima, de forma geral, houve uma gradativa diminuição do número de matrículas no ensino superior público, e conseqüentemente um aumento no ensino superior privado, que, tomado como referência o ano de 2005, ano inicial do ProUni, se comparado ao ano de 2019, houve um crescimento de 83,74% de crescimento efetivo no número de estudante no ensino superior.

⁸ Foi publicada nesta terça-feira, 11 de maio de 2021, a Portaria nº 197, de 10 de maio de 2021, que altera o Cronograma do Censo da Educação Superior 2020. Os prazos foram postergados devido aos impactos da pandemia do Coronavírus (COVID-19) sobre o ano letivo de 2020 e à liberação dos módulos de preenchimento no novo Sistema Censup. Assim, a divulgação do resultado da coleta ficará apenas para o início de 2022. Fonte: CGCES/INEP. Para maiores informações, consultar: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-197-de-10-de-maio-de-2021-319022124>.

1.4. A Constituição de 1988 e o marco democrático do ensino superior

A Constituição Federal de 05 de outubro de 1988 ficou conhecida e difundida também por “Constituição Cidadã”⁹, sendo destaque dentre as demais constituições brasileiras devido à atenção despendida e incorporada aos direitos fundamentais, desde a sua apresentação, conhecida como preâmbulo, que tem por finalidade demonstrar os principais objetivos da Constituição, trazendo as ideias principais no que tange ao processo de criação de nossa lei maior, aqui reproduzido:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988).

As constituições contemporâneas já definem quais objetivos e finalidades devem ser observados pelo Estado, reconhecendo que o Estado é imperfeito, mas pode ser aperfeiçoado possibilitando aos cidadãos acesso aos serviços sociais essenciais (Appio, 2010, p. 57). Para tanto, o Estado é o garantidor da efetivação dos princípios constitucionais, atrelado aos grupos sociais e políticas para a efetivação de suas garantias civis, sociais e institucionais.

Tendo como marco inicial das mudanças que iniciaram a diminuição das desigualdades sociais e raciais através da Constituição Federal de 1988, traz-se a partir de então alguns aspectos que transformaram a história do ensino superior, frente aos acontecimentos mais recentes na educação superior, vez que os cursos superiores no Brasil eram destinados atender a uma pequena parcela da população e eram localizados em cidades importantes. Conforme Oliven (2002, p.32) os cursos “[...] possuíam uma orientação profissional bastante elitista, seguindo mais o modelo das Grandes Escolas Francesas, instituições seculares voltadas, principalmente, ao ensino do que à pesquisa”.

Santos (2015), destaca que, após vários anos de luta, o Movimento Negro conseguiu por meio da “bancada negra da Constituinte”, constituída entre eles pelos deputados federais Paulo Paim, Edimilson Valentim, Benedita da Silva e Carlos Alberto Caó, passa trazer

⁹ Foi assim denominada pelo Deputado Ulisses Guimarães, pelos avanços sociais que incorporou junto a Carta Magna ou a Constituição Federal.

através da Constituição Federal de 1988 avanços significativos para os direitos dos negros e indígenas. Luciano, Simas e Garcia (2020), também definem a CF como um marco importante para o povo indígena:

É o marco na redefinição das relações entre o Estado brasileiro e as sociedades indígenas, conferindo-lhes o respeito às suas formas próprias de organização social, aos seus costumes, línguas, crenças e tradições, reconhecendo o direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam e garantindo aos povos indígenas o direito a uma educação escolar específica e diferenciada. (LUCIANO; SIMAS; GARCIA, 2020, p. 11)

Como retrata Romanelli (1986), em seu estudo histórico sobre a educação brasileira, ligadas às necessidades capitalistas, diante de uma ideia da politecnicidade¹⁰, levaram essas políticas à educação, então em curso, na expansão do ensino:

(...), ainda que os objetivos verbalizados do sistema de ensino visem a atender aos interesses da sociedade como um todo, é sempre inevitável que as diretrizes realmente assumidas pela educação escolar favoreçam mais as camadas sociais detentoras de maior representação política nessa estrutura. Afinal, quem legisla, sempre o faz segundo uma escala de valores próprios da camada a que pertence, ou seja, segundo uma forma de encarar o contexto e a educação, forma que dificilmente consegue ultrapassar os limites dos valores inerentes à posição ocupada pelo legislador na estrutura social. Daí por que o poder político, vale dizer, a composição das forças nele representadas, tem atuação e responsabilidade direta na organização formal do ensino. (ROMANELLI, 1986, p. 30)

Conforme Vargas e Heringer (2017), a criação da universidade no Brasil foi, antes de um processo de substituição, um processo de sobreposição de modelos, sendo preservado o antigo modelo de formação para profissões, que buscava atender às demandas pela priorização de profissionalização junto ao mercado de trabalho.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF), cristalizaram-se princípios importantes à educação. O preâmbulo constitucional já contempla o direito à educação, como sendo um direito social¹¹. Em seguida, o artigo 1º cita a cidadania e a dignidade da pessoa humana, e neste contexto está inserido a educação como parte integrante da cidadania, conforme pontua Anersen (2010), que o direito à educação pode ocupar uma posição especial no rol dos direitos à cidadania.

¹⁰ Nas palavras de Dermeval Saviani (2007, p. 17): “A noção de politecnicidade diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo produtivo moderno”.

¹¹ A constituição Federal de 1988 traz em seu art. 6º que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

O artigo 3º da CF (1998) aborda a questão dos objetivos fundamentais, tal como a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a garantia do desenvolvimento nacional; a erradicação da pobreza e da marginalização; a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Nesse sentido, para que isso ocorra, é necessária a implementação do acesso à educação, especificamente à educação superior, pois é nesse nível da educação na qual vemos as maiores disparidades de classes/raças no acesso a esse direito.

Apesar dos avanços expressivos no acesso de pretos e pardos ao ensino superior, se comparamos este dado com o aumento da frequência de estudantes brancos nesta faixa de ensino observamos que a defasagem entre brancos e pretos/pardos continua grande. (HERINGER, 2018, p. 5)

Até aqui, a CF (1988) traz o direito à educação como direito e garantias fundamentais, sendo reforçado por meio do artigo 5º, §1º, como normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais, com aplicabilidade imediata e são considerados cláusulas pétreas¹². Assim, o direito à educação é considerado um direito fundamental, que se consolida como direito essencial, considerado como uma das bases principais para a conquista do exercício da dignidade humana.

Assim, preceitua o ex-ministro Celso de Mello Filho (1986), que, ao conceituar a educação por meio dos princípios constitucionais em sua obra, traz o valor democrático da formação pessoal e sua importância para o exercício da cidadania.

É mais abrangente que o da mera instrução. A educação objetiva propiciar a formação necessária ao desenvolvimento das aptidões, das potencialidades e da personalidade do educando. O processo educacional tem por meta: (a) qualificar o educando para o trabalho; (b) prepará-lo para o exercício consciente da cidadania. O acesso à educação é uma das formas de realização concreta do ideal democrático (MELLO FILHO, 1986, p. 533).

Segundo os preceitos constitucionais, a educação deve preparar e qualificar o indivíduo para a cidadania e para o trabalho, que envolve não só a família, mas também a colaboração da sociedade. Para isso é necessário recorrer aos dispositivos específicos que

¹² Dispositivo constitucional que não pode ser alterado nem mesmo por Proposta de Emenda à Constituição (PEC). As cláusulas pétreas inseridas na Constituição do Brasil de 1988 estão dispostas em seu artigo 60, § 4º. São elas: a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; e os direitos e garantias individuais. Consultar mais informações em: www12.senado.leg.br.

tratam do assunto inserido na CF (1988), em seus art. 205 a 214 e para isso recorreremos à definição do art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

É nesse arcabouço de artigos que a educação é representada na CF de 1988, na qual os direitos e garantias fundamentais foram também instrumentalizados com a participação do Movimento Negro¹³, que contou com a colaboração de 11 congressistas negros, em um universo de 559, conforme dados apresentados na pesquisa de Pires (2013), sob o título *Criminalização do Racismo: entre política de reconhecimento e meio de legitimação do controle social dos não reconhecidos*, pela PUC-RJ.

Nesse rol de artigos que se insere também o direito à educação indígena, mais especificamente no 2º parágrafo do artigo 210: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.”

Foi apenas a partir dos anos 1990 e início dos anos 2000 que despertaram para o caráter injusto do acesso ao ensino superior no Brasil, percebido por diferentes forças sociais que se mobilizaram por mudanças. Neste período, em função da expansão da educação básica e do crescente número de matrículas no ensino médio, aconteceu um "estoque" elevado de jovens concluintes do ensino médio que poderiam potencialmente ingressar na educação superior (HERINGER, 2018).

Outro marco na educação foi a (LDB), em 1996 como política de ampliação do acesso ao Ensino Superior no Brasil, que veio se sobrepôr à LDB de 1971. Durante a elaboração da CF de 1988, com o intuito de aprimorar a antiga lei, um grupo de educadores sugeriu diversas alterações, que foram sendo elaboradas, por meio de fóruns e congressos, porém, por ser considerada uma lei extensa e com muitos detalhes sua aprovação ocorreu 8 anos após sua proposta, através de uma versão mais enxuta proposta pelo então senador Darcy Ribeiro.

¹³ Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. (DOMINGUES, PETRÔNIO, 2007).

De acordo com Oliven (2002), a realidade das universidades públicas estava aquém da demanda de alunos formados no ensino médio, de forma que a oferta de vagas não supriu a procura dos cursos, ocasionando, portanto, uma aceleração no processo de expansão das instituições privadas.

O programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), instituído pelo Decreto nº 5800 de 08 de junho de 2006, convertido sob a Lei nº 12.695, de 2012, oferece cursos na modalidade a distância nas IES públicas, com o propósito de expandir e interiorizar a oferta de cursos e reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País. De acordo com dados apresentados por Basso e Prado (2013), o sistema UAB contava, em 2013, com a adesão de 103 IES públicas e mais de 270 mil matrículas, sendo 52,5% em cursos de licenciatura, beneficiando também a população mais carente do país, e consequentemente negros, pardos e indígenas, através do Sistema Unificado da Educação Tecnológica (SISUTEC).

O alcance do ensino superior é, sem dúvida, a democratização da educação, quando atingida a grande maioria dos jovens. Assim sendo, afirma Gadotti (1983):

Não se pode criar um país democrático e desenvolvido sem que a educação tenha se estendido a todos. Um país democrático não precisa de grandes luminares da ciência e da técnica como precisa de um povo esclarecido, instruído. Portanto, não adianta importar técnicas para construir projetos faraônicos. Se quisermos desenvolver esse país, devemos começar por estender a educação para todos. (GADOTTI, 1983, p. 125-126)

A grande demanda pelo ensino superior e a escassez de vagas nas IES públicas, faz com que o governo busque a ampliação de vagas no setor privado, conforme Almeida, Almeida e Teixeira Filho (2017, p. 5) [...]. Justifica-se tal posição com base na concepção de que o Estado busca cada vez mais garantir à esfera privada a possibilidade de operar em moldes distintos do que preconizado na Reforma Universitária de 1968”, que segundo os autores iam na contramão do tripé ensino, pesquisa-extensão.

O universo das IES pode ser resumidamente descrito da seguinte forma: de acordo com o Censo da Educação Superior existiam em 2019 no Brasil 2.608 IES, sendo 198 universidades, 294 centros universitários, 2076 faculdades e 40 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) sendo estas em sua quase totalidade privadas, ou seja, 88,4% do total de IES no Brasil (BRASIL, 2020).

Somente a criação de instituições de ensino superior demonstra não ser suficiente para atender à grande demanda ou mesmo garantir o acesso dos estudantes provenientes de setores excluídos da sociedade. O último Censo Escolar do Inep/MEC 2020 (BRASIL, 2020) contabilizou 7,55 milhões cursando o ensino médio. É diante desta realidade, que se faz necessária a criação de políticas que facilite a entrada desses estudantes no ensino superior, como também sua permanência no ensino superior.

E uma dessas políticas implementadas para atender à demanda desse estrato da população composta por famílias de baixa renda, pretos, pardos, indígenas e deficientes físicos é o ProUni, dentro de seus limites e possibilidades.

É nessa linha que continuaremos este trabalho, através das políticas públicas e das ações afirmativas. Destacando as suas origens, criação e efetivação.

1.5 Políticas públicas e as ações afirmativas

Ao adentrarmos nas políticas públicas precisamos voltar nosso olhar para os problemas da sociedade. Falar das ações afirmativas no Brasil significa falar de uma experiência de sucesso, afirma Heringer (2018). Heringer & Johnson (2015) reforçam que as ações afirmativas se trata de um caminho cheio de percalços, permeado por disputas entre diferentes atores envolvidos e também por construção de consensos à custa de muita negociação.

Moehlecke (2002) expõe em seu trabalho que o termo ação afirmativa chega ao Brasil carregado de uma diversidade de sentidos. A expressão tem origem nos Estados Unidos na década de 1960, vividas pelos norte-americanos “[...] um momento de reivindicações democráticas internas, expressas principalmente no movimento pelos direitos civis, cuja bandeira central era a extensão da igualdade de oportunidades a todos”.

As ações afirmativas refletem as experiências históricas de cada país, muitas vezes marcadas por debates e lutas. Assim conceituam Sarmento, Ikawa e Piovesan (2008) a respeito de políticas de ação afirmativa:

[...] são medidas públicas ou privadas, de caráter coercitivo ou não, que visam promover a igualdade substancial por meio da discriminação positiva de pessoas integrantes de grupos que estejam em situação desfavorável e que sejam vítimas de discriminação e estigma social. Elas podem ter focos muito diversificados, como mulheres, os portadores de deficiência, os indígenas ou os afrodescendentes, e incidir nos mais variados campos, como educação superior, acesso a empregos

privados ou cargos públicos, reforço à representação política ou preferências na celebração de contratos. (SARMENTO; IKAWA; PIOVESAN, 2008, p. 208)

Barbosa (2019) defende, porém, que as dificuldades de acesso encontradas por jovens pobres e negros podem ser associadas ao funcionamento geral do sistema de ensino brasileiro, que, pela desigualdade que há, é insuficiente a qualidade do ensino oferecida aos alunos provenientes de distintos grupos sociais.

De acordo com Heringer (2018), os estudantes de menor renda, em sua maioria pretos e pardos, que em geral frequentaram escolas públicas de menor qualidade na educação básica, têm poucas opções de ingresso no ensino superior, a não ser as instituições de educação superior privadas, que são pagas. Na visão da autora, estas instituições, em sua maioria, são de menor qualidade se comparadas com as públicas, e oferecem, de modo geral, diplomas de menor prestígio no mercado de trabalho.

Até meados da década de 90, havia poucas políticas públicas, houve grande avanço no acesso à educação superior que minimizaram as desigualdades étnico-raciais, tanto na busca pela equidade social, pela valorização e pelo reconhecimento das diferenças culturais. Tais avanços aconteceram através de políticas afirmativas, entre elas: 1) O Fundo de Financiamento aos Estudantes (FIES); 2) O ProUni; 3) O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); 4) O Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior (Uniafro); 5) Lei de Cotas para as Universidades Federais.

Na sequência o Brasil, após ser um dos signatários da Conferência de Durban¹⁴ tendo como participante Fernando Henrique Cardoso, então presidente da república, passa a implantar no país diversas políticas educacionais.

O Brasil tem como marco a adoção da política de reserva de vagas para estudantes de escola pública, pretos e pardos, adotada pela primeira vez pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 2003, atendendo às exigências da Lei Estadual nº 4151. Já a Universidade de Brasília tornou-se a primeira instituição de ensino superior federal a reservar em seus vestibulares vagas para estudantes negros.

¹⁴ Em 2001, a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu em Durban, África do Sul, a 3ª Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. No encontro, os países participantes foram estimulados a reunir e publicar dados estatísticos sobre discriminação. Esta semana, oito anos depois, 187 países participaram da Conferência de Revisão da Declaração de Durban e o Brasil foi um dos países que assinou ontem o documento que confirma a declaração assinada na África do Sul. Disponível em <https://www.camara.leg.br>. Acesso em: 28 abr. 2021.

Apesar dos avanços expressivos no acesso de pretos e pardos ao ensino superior, se comparado com o aumento da frequência de estudantes brancos nesta faixa de ensino, observou-se que a defasagem entre brancos e pretos/pardos continua grande.

A presença de estudantes brancos de 18 a 24 anos no ensino superior teve um aumento de 14,5% em 2001 para 25,3% em 2014 e se mantém, portanto, acima da proporção de estudantes pretos e pardos neste nível de ensino, que foi de 5,8% em 2001 para 23,5% em 2014, segundo dados do IBGE/Pnad.

O Plano Nacional de Educação de 2001, elaborado para o decênio 2001-2011, foi o considerado o primeiro plano aprovado por lei: a Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. O PNE traz em seu bojo vários objetivos, dentre eles: a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e democratização da gestão do ensino público. No ensino superior, o PNE indicou alguns percentuais a serem alcançados, entre eles: prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos; ampliar a oferta de ensino público de modo a assegurar uma proporção nunca inferior a 40% do total das vagas, prevendo inclusive a parceria da União com os estados na criação de novos estabelecimentos de educação superior (vetado); criar políticas felicitadoras para as minorias, vítimas de discriminação, o acesso à educação superior, através de programas de compensação de deficiências de sua formação escolar anterior, permitindo-lhes, desta forma, competir em igualdade de condições nos processos de seleção e admissão a esse nível de ensino (BRASIL, 2001).

Após a adoção da reserva de vagas para estudantes de escola pública, pretos e pardos pela UERJ e pela UNEB em 2001/2002, houve um grande progresso no número de instituições que adotaram reservas de vagas, alcançando o número de 115 instituições públicas de educação superior com algum tipo de reserva de vagas em 2012 (KAWAGAMI; JODAS, 2013).

Conforme Caseiro (2016), diversas são as políticas públicas que estimularam a ampliação da graduação no Brasil, tanto na rede pública como na rede privada. Incluindo, segundo o autor, iniciativas que buscam reduzir as desigualdades no acesso e bem como na permanência dos menos favorecidos nesse nível de ensino. No tocante à expansão da rede privada de educação superior, sobressai a ampliação do FIES e a criação do ProUni.

O Fies foi criado em 1999, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, e sucedeu outro programa, o Programa de Crédito Educativo (Creduc), também voltado ao financiamento de estudantes de baixa renda no ensino, com o objetivo de oferecer financiamento público aos alunos de Instituições de Educação Superior (IES) privadas, com renda familiar de até 20 salários-mínimos para o pagamento total ou parcial das mensalidades. Com vantagens de financiamento do Fies, os juros são menores que as taxas de mercado e os estudantes podem pagar a maior parte de seus débitos após a conclusão do curso. Diante da grande expansão de sua cobertura entre 2004 e 2014, houve um salto de 318,7 mil de estudantes para 1,9 milhões, conseqüentemente os desembolsos anuais do programa passaram de R\$ 629 milhões para R\$ 12,2 bilhões. Uma vez que a demanda pelo programa é maior que a oferta, o Ministério da Educação (MEC) estabeleceu, em 2009, critérios adicionais para seleção dos beneficiários, privilegiando estudantes com menor renda familiar, negros, indígenas, egressos de escolas públicas e aqueles que nunca cursaram anteriormente uma graduação (BRASIL, 2009).

Achamos importante trazer aqui a questão do FIES, pois os prounistas que obtiveram bolsas de 50%, podem também utilizar os outros 50% utilizando-se do FIES.

O ProUni foi criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, com o objetivo de apoiar o acesso e permanência de estudantes de baixa renda na educação superior. O programa oferece bolsas de estudo integrais para estudantes com renda familiar per capita de até 1,5 salário-mínimo ou parciais para estudantes com renda per capita de até 3 salários mínimos, para estudantes de IES privadas. Para obtenção da bolsa do ProUni, exige-se que o estudante beneficiado tenha cursado o ensino médio em escola pública ou estudantes oriundos de escolas privadas que possuíam bolsa integral, sendo beneficiadas também pessoas com deficiência e professores da rede pública inscritos em cursos relacionados ao exercício do magistério.

Através de muitas lutas e ações voluntárias por parte de várias universidades federais e estaduais foi instituída a LEI DE COTAS, formalizada pela Lei nº 12.711/2012, que foi sancionada em 29 de agosto de 2012, pela presidenta Dilma Vana Rousseff e regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012 e pela Portaria Normativa do Ministério da Educação MEC nº 18/2012, formalizando a política de cotas em todas as instituições federais de ensino, permitindo que 50% das vagas nas universidades, institutos e centros federais a alunos das escolas públicas, bem como prevê a reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas,

obedecendo o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Conforme Caseiro (2016), o ProUni também busca estimular a redução das desigualdades no acesso à educação superior ao estabelecer a existência de cotas aos pretos, pardos e indígenas nas IES privadas que aderirem ao programa. De acordo com a lei o percentual de bolsas reservadas deve ser proporcional ao tamanho populacional desses grupos étnico-raciais na Unidade da Federação (UF) da IES ofertante, de acordo com o último Censo Demográfico disponível. Segundo Caseiro (2016), no ano de 2014, dos que foram beneficiados com bolsas do ProUni, pouco mais de dois terços receberam bolsas integrais para o pagamento de mensalidades. Segundo dados do MEC, em 2014, a população negra respondia por metade dos contratos do FIES (50,1%) e do ProUni (52,1%).

A oportunidade de ingresso nas universidades é o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Implantado em 1998, com vistas a avaliar a qualidade do ensino médio brasileiro, passou a servir como exame de entrada no ensino superior, tanto público como privado. Conforme afirmação de Almeida (2012), o acesso dos bolsistas do ProUni permite compreender o forte significado que o Enem representa para os que dele se utilizam como sendo um passaporte para a educação superior, pois, basicamente, toda sua estrutura está firmada na exigência de mais interpretação de textos e situações ligadas à vida cotidiana, diferentemente do que era requisitado anteriormente, das matérias obrigatórias, que sempre foram exigidas nos vestibulares das instituições públicas. Nesse sentido menos discriminador, conforme pontua Almeida (2012).

Algumas são as políticas públicas para inserção no combate ao preconceito e à discriminação por raça, etnia, necessidades especiais, condição social, porém, somente chegar ao ensino superior não é o suficiente; tão importante quanto é garantir a estes estudantes condições para que possam se manter e concluírem seus estudos. Exemplo disto é que o Brasil, entre 100 países, é o 3º colocado com maior índice de evasão escolar, e no ensino médio apenas metade dos jovens que se matriculam conseguem concretizar os estudos (BASSUMA, 2014).

Apesar dos avanços significativos da população negra, está composta por cor ou raça preta ou parda, no ensino superior ainda permanece muito aquém da população branca, de acordo com dados do IBGE. Analisando dados de 2018, a proporção de jovens de 18 a 24 anos de idade, de cor ou raça branca que frequentavam ou já haviam concluído o ensino

superior foi de 36,1%, quase o dobro quando observada entre aqueles de cor ou raça preta ou parda que foi de 18,3%.

Nesse cenário, enquanto a Meta 12 do Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei 13.005/14, que estabelece elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público, já haviam sido atingida na população branca, com 36,1%, enquanto na população preta e parda, apenas 18,3%. Muito distante da frequência líquida estabelecida no plano até 2024.

Para que estes objetivos sejam alcançados ou transpostas as barreiras, são necessárias medidas que ocorram de forma mais célere, como exemplo, a adoção de políticas públicas e ações institucionais que contribuam para o acesso ao Ensino Superior, conforme pontua Barbosa (2019). Sendo tais políticas uma característica comum aos processos de expansão de ingressantes no ensino superior nos mais diversos países, que no Brasil permitiu a entrada de estudantes vindos de setores anteriormente excluídos no ingresso do ensino superior somente a partir dos anos 2000.

Entretanto, segundo Heringer (2018), através, principalmente, do crescimento do setor privado que aconteceu esta expansão, com incentivos por parte do estado, por meio de isenções fiscais, realizando um crescimento rápido para suprir a forte demanda.

Conforme Oliven (2002), a realidade das universidades públicas está aquém da demanda de alunos formados no ensino médio, de forma que a oferta de vagas não consegue suprir a procura dos cursos. Com isso, houve, portanto, uma aceleração no processo de expansão das instituições privadas.

Para suprir este desajuste, medidas devem ser tomadas e conforme Caseiro (2016), diversas são as políticas públicas que estimularam a ampliação da graduação no Brasil tanto na rede pública como na rede privada.

No Brasil, o percentual de indivíduos entre 25 e 34 anos com diploma de ensino superior, era de apenas 19,7% em 2017, (IBGE, 2018), considerado baixo, mesmo se comparada com outros países latino-americanos, como Colômbia (28,1%) e México (22,6%) e ainda mais se comparado com a média dos países da OCDE (36,7%) (OECD, 2019). O acesso ao ensino terciário ainda é restrito e constitui um dos fatores que contribuem para as desigualdades em nosso sistema, principalmente sobre os indivíduos de baixa renda e negros.

Desta forma, quando o assunto é permanência dos estudantes e sua conclusão em situação de vulnerabilidade social nas IES, muitos ainda são os desafios para o ensino

superior. Apesar de haver duas portarias em benefício dos estudantes bolsistas do ProUni que buscam adotar mecanismos para garantir a permanência dos estudantes, sendo elas a Portaria nº 596 de 23 de fevereiro de 2006, alterada pela Portaria nº 1515 de 31 de agosto de 2006, na qual institui a concessão de bolsa permanência no valor de R\$ 300,00¹⁵ aos bolsistas integrais, cujos cursos tenham no mínimo seis semestres e seis horas de atividades diárias - não contemplam a maioria dos estudantes, pois em sua maioria os cursos presenciais não atingem o número de horas de atividades diárias de seis horas.

Nesse sentido, Almeida (2012) destaca que a população de baixa renda não necessita apenas de gratuidade integral ou parcial para estudar, mas também de condições de manutenção, que apenas as instituições públicas ainda podem oferecer, como transporte, moradia estudantil, alimentação subsidiada, assistência médica disponível nos hospitais universitários, bolsas de pesquisa, entre outros.

1.6 ProUni: um benefício público por meio do setor privado

Conforme demonstrado anteriormente, a oferta de vagas no ensino superior no Brasil, na sua maioria, é abarcada 75% pela iniciativa privada. Seria o governo um grande incentivador desta realidade? Assim, define Arelaro (2007):

[...] cada vez mais, o Estado buscará “parceiros” para dividir sua responsabilidade educacional, tanto com relação ao atendimento da demanda e da oferta, em especial, por meio do estabelecimento de contratos com creches comunitárias, ou convênios para o atendimento em educação especial, ou mesmo para o funcionamento de classes de educação de jovens e adultos em associações filantrópicas ou comunitárias, quanto com relação à qualidade, com contratos e convênios com escolas e sistemas privados de ensino para “transferência” sumária de métodos e técnicas de ensino e de compra de materiais “unificados” e adequados para o “sucesso” nas provas ou exames nacionais – reservando-se ao Estado a função exclusiva de definir o “produto esperado” (educação para a cidadania?) e os mecanismos de aferição da qualidade do “produto efetivamente produzido” (aluno “civilizado” e cidadão?). (ARELARO, 2007, p. 916-917)

Um dos instrumentos utilizados para suprir a grande demanda na educação superior é o ProUni, como política pública criada a partir da necessidade da democratização do ensino superior, como também fruto dos debates populares e das reivindicações de grupos sociais coletivos e de outro lado associado à política de renúncia fiscal por parte do Governo Federal,

¹⁵ O valor atual da bolsa permanência é de 400,00.

que isentou as instituições que aderiram ao Prouni de impostos e contribuições, tais como Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e Contribuição para o Programa de Integração Social, no período de vigência do termo.

O ProUni como instrumento para a democratização, ou melhor dizendo, massificação do ensino superior, foi bem recebido, visto que “a sociedade civil também apoiou o programa, assim como os formandos no ensino médio público, por não se considerarem uma demanda potencial às instituições públicas frente às barreiras impostas pelos exames vestibulares” (CARVALHO, 2006, p. 9).

Dados mais recentes do MEC mostram que desde o início do ProUni até o primeiro semestre de 2017 mais de 115 mil bolsistas deixaram a universidade por evasão. Entre os estudantes negros, essa taxa retrata a realidade de 63 mil alunos (pretos e pardos), ou 54%. Já entre os estudantes brancos, essa taxa representa 48 mil alunos, ou 41%. A proporção de evasão é semelhante à divisão das vagas nas duas categorias – em 2018, dos 117 mil bolsistas, 71 mil eram pretos e pardos (61%) e 43 mil, brancos (37%).

Este programa tem uma razão de ser, uma vez que reconhece que os egressos das escolas públicas, carentes em recursos, bem como de professores, estrutura física, material didático e alimentação, concorrem em desigualdade nos exames vestibulares das universidades públicas em comparação aos egressos das escolas particulares, que na sua maioria são mais bem equipadas, com professores mais bem preparados, estrutura física mais adequada ao aprendizado e material didático mais específicos para preparação dos vestibulares.

Cabe ressaltar que, algumas famílias em termos de ganhos, se enquadram no perfil do ProUni, porém, não conseguem fazer seu devido uso. Isso porque, por desconhecimento do Programa, matriculam seus filhos em escolas particulares, comprometendo grande parcela de suas rendas para o custeio de seus estudos. Entretanto, são desprezados pelo governo, já que o programa exclui aqueles que estudam em escolas particulares sem o uso de bolsa integral, conforme preceitua o Artigo 2, inciso I da lei 11096/05.

Assim, por desconhecimento da política do ProUni, bem como das demais políticas, as famílias que se sacrificaram economicamente para manterem seus filhos no ensino particular se surpreendem no final do ensino médio, quando se veem totalmente desamparados pelas políticas públicas que beneficiam os pobres no combate à desigualdade social de acesso ao ensino superior.

Em 13 janeiro de 2021, o ProUni completou 16 anos de vida e foram concedidas mais de 2,62 milhões de bolsas de estudo, compreendidos os anos de 2005 a 2020 (BRASIL, 2021), das quais 69% foram bolsas integrais, 82% das bolsas destinaram-se a cursos presenciais compreendidos os anos de 2005 a 2018 (BRASIL, 2019).

Diante de uma gama tão grande de universidades, fundações, centros de ensino no ensino superior privado que correspondem a mais de 75%, por que não utilizar deste meio para permitir a inclusão de indivíduos historicamente excluídos desse nível educacional? Por essa e outras razões veremos ainda pela frente porque o governo utilizou-se da rede privada para solucionar parte de um problema que vivencia a educação superior no país.

De acordo com Almeida (2006), o ProUni surge com um discurso de justiça social, uma vez que parte das bolsas deverá ser direcionada às ações afirmativas, aos portadores de deficiência e aos autodeclarados negros e indígenas. A formação de professores de ensino básico da rede pública também consta como prioridade. E, segundo a autora, a intenção é a melhoria na qualificação do magistério com possíveis impactos positivos na qualidade e no aprendizado dos alunos da educação básica e o cumprimento da LDB, em seus artigos 62 e 63, na qual estabelece que os professores da rede pública, atuantes na educação básica, devem ter concluído os cursos de pedagogia, normal superior ou licenciatura.

O ProUni foi apresentado no Projeto de Lei nº 3.582, encaminhado ao Legislativo Federal e, em seguida, substituído pela Medida Provisória-MP nº 213. No Congresso Nacional, foi aprovado pela Lei nº 11096 que, sancionada pelo Presidente da República com um veto, gerou a nova Medida Provisória nº 235. Tal MP foi sancionada posteriormente como Lei que ganhou o nº 11.128. Posteriormente o projeto recebeu uma emenda, por meio da Lei nº 11.509. Outras Portarias e Decretos, tais como Portaria Normativa nº 1, de 31 de março de 2008 e Portaria Normativa nº 3, de 04 de fevereiro de 2010, aperfeiçoaram o Programa através de convênios com os Institutos de Estudos Superiores e com os beneficiários dessa política.

A inscrição no ProUni é feita pela internet, através do portal <http://prouniportal.mec.gov.br> e tem duas edições regulares por ano, realizadas de forma semestral. O cadastro dos participantes é gratuito e devem ser seguidos alguns passos para sua conclusão, conforme instruções do MEC:

1º: No período de inscrições do ProUni, o participante precisa entrar na Página Oficial, informar seu CPF e senha cadastrados no site do Enem.

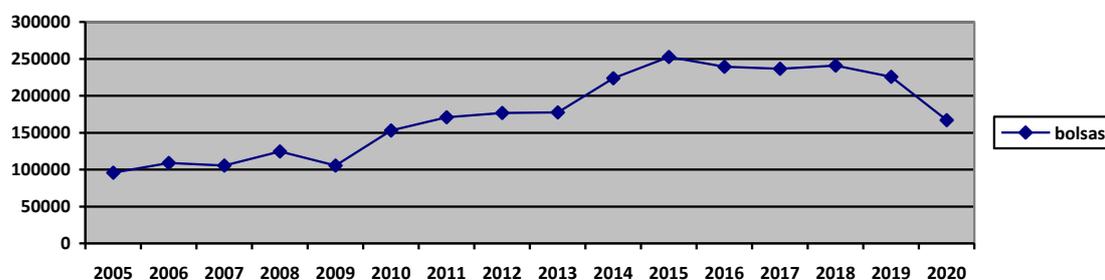
2º: Feito o login, o estudante terá que informar um e-mail válido.

3º: Escolher até duas instituições de ensino, local de oferta, curso, turno e tipo de bolsa (conforme a renda familiar), respeitando a ordem de preferência para o caso de ser aprovado.

4º: Informar a modalidade de concorrência (cotas ou ampla concorrência). O candidato não poderá se inscrever em mais de uma modalidade de concorrência para o mesmo curso (na mesma instituição).

Desde a criação do ProUni até o ano de 2020, o programa atendeu, de acordo com dados coletados no site do MEC, mais de 2,9 milhões de bolsas de estudos parciais e integrais. Podemos observar no gráfico abaixo a evolução do número de bolsas distribuídas anualmente.

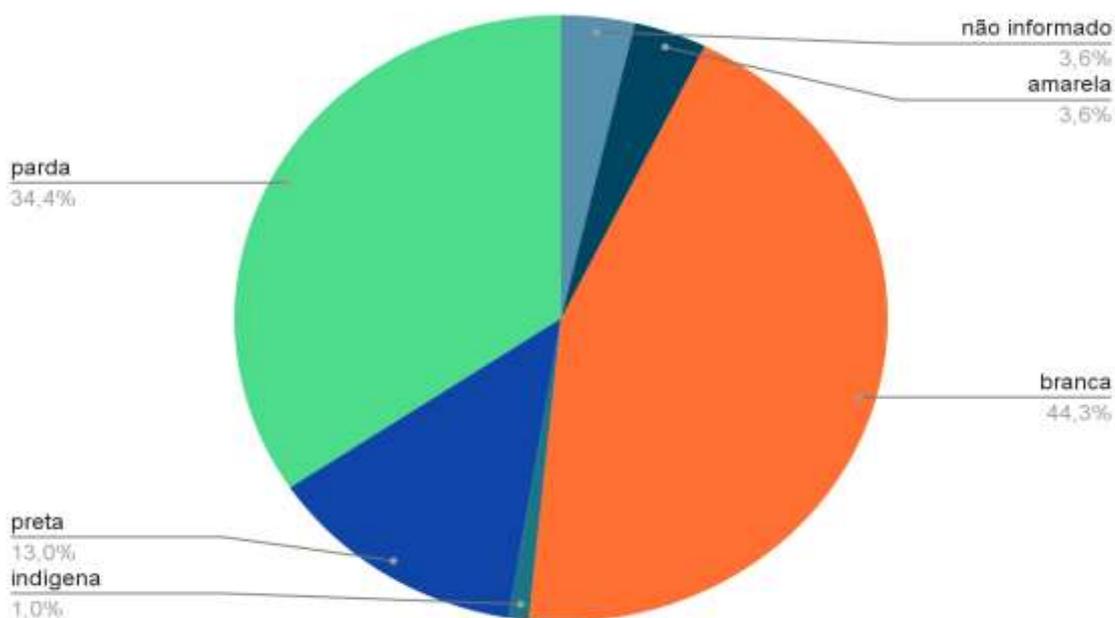
Gráfico 1 - Evolução de bolsistas do ProUni (2005 a 2020):



Fontes: Elaboração própria, utilizando dados do MEC (BRASIL, 2021)

Em nossos estudos no ano da implantação do programa em 2005, os beneficiados do sexo feminino foram 62,25% perante 37,75% do sexo masculino de um total de 95.629 beneficiados. Desse universo de 62,25% de beneficiadas do sexo feminino, excluindo-se os não informados num total de 14.765 beneficiadas, utilizando a marcação de cor/raça, ficou assim representado:

Gráfico 2 - Representação étnico-racial no ProUni:



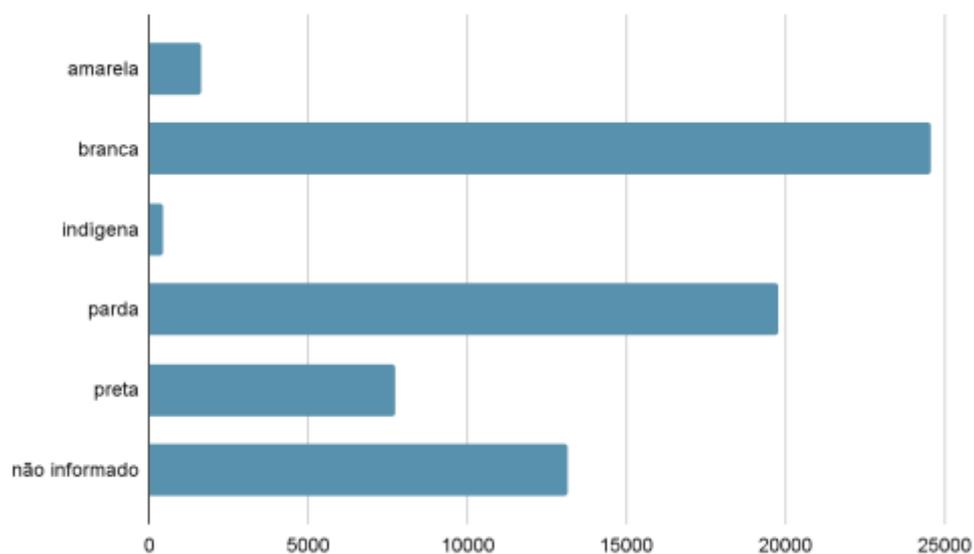
Fontes: Elaboração própria, utilizando dados do MEC (BRASIL, 2021)

Nota-se que no universo feminino as maiores beneficiadas foram as declaradas brancas e pardas, porém, quando somamos pretas e pardas, este percentual representa 47,54%, ultrapassando o número de beneficiadas brancas.

Quando utilizamos os dados do mesmo ano de Brasil (2005), os beneficiados do sexo masculino no total de 37,75%, excluindo-se os não informados num total de 7.876, em sua maioria, ou seja 46,14% dos beneficiados são brancos, em segundo, os maiores beneficiados, como ocorreu no caso dos beneficiados do sexo feminino, são pardos representando 36,44%, porém quando somados pardos e pretos este número vai para 50,62%, ultrapassando o número de beneficiados brancos, como também em comparação ao número de beneficiadas pretas e pardas, o sexo masculino é maior em percentuais em 3,08%, apesar de em números os beneficiados masculinos serem menor em 6997 pessoas.

Pesquisamos a concessão de bolsas integrais e parciais no ano de 2005, sendo concedidas em sua maioria bolsas integrais num total de 67.276; já as bolsas parciais com 50% beneficiaram 28.353 estudantes. Do total de bolsas integrais concedidas em 2005 temos as seguintes distribuições por cor/raça:

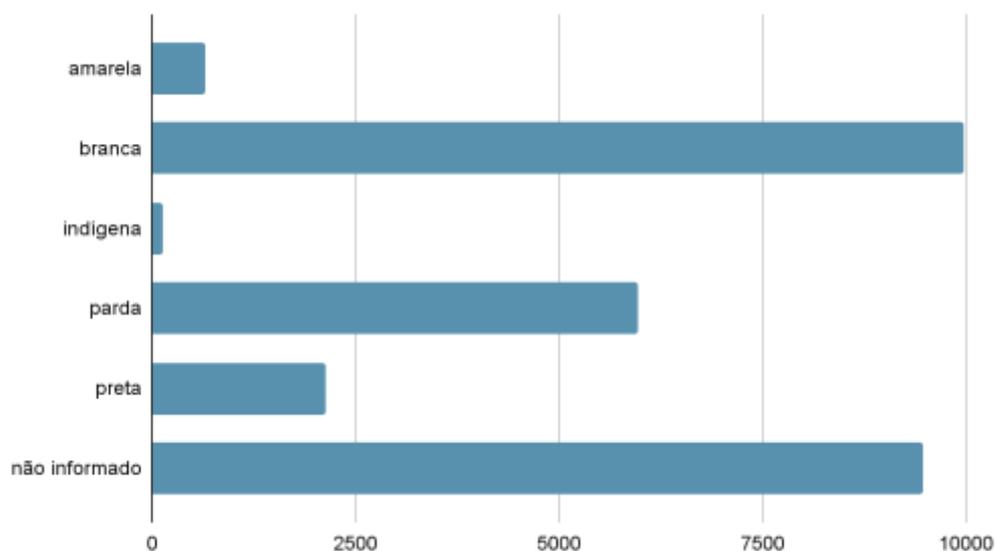
Gráfico 3: Distribuição de bolsas integrais por cor/raça em 2005



Fontes: Elaboração própria, utilizando dados do MEC (BRASIL, 2021)

Em se tratando das bolsas parciais concedidas em 2005, temos as seguintes distribuições por cor/raça:

Gráfico 4 - Distribuição de bolsas parciais por cor/raça em 2005



Fontes: Elaboração própria, utilizando dados do MEC (BRASIL, 2021)

Em uma análise mais aprofundada, verificamos que em termos percentuais os mais beneficiados com as bolsas integrais no primeiro ano do Programa (Brasil, 2005) do total de 67.276, excluindo os não informados que eram uma grande parcela dos beneficiados com 22.641 estudantes, se considerarmos pelo número total por cor e raça, foram os estudantes de cor preta com 78,39%, pardas com 76,77%, indígenas com 75,63%, brancas com 71,14%, amarelas com 71,09%.

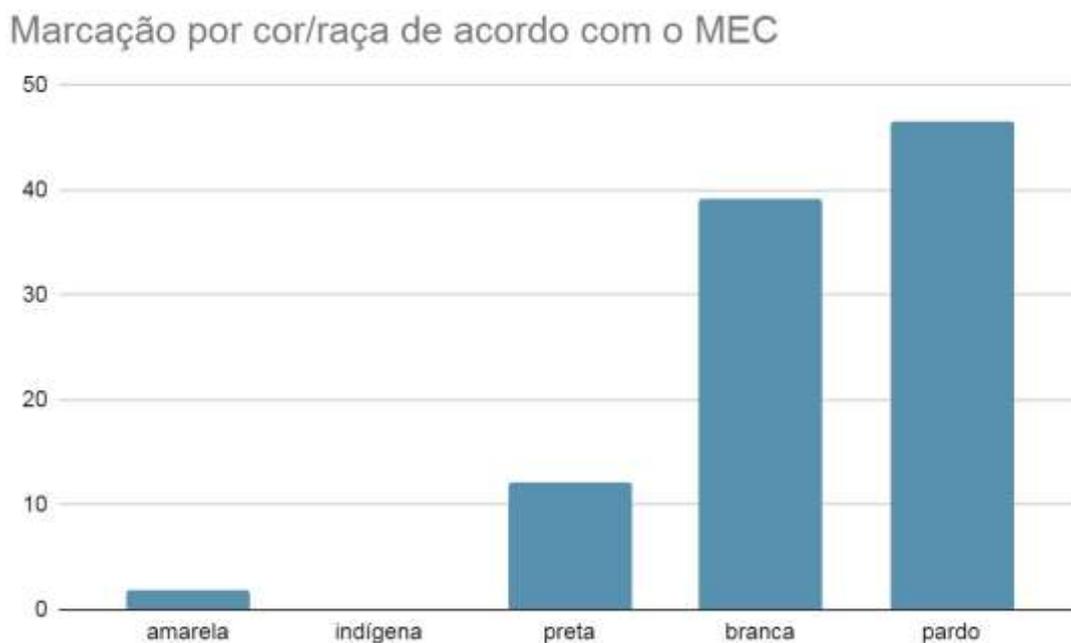
Procuramos fazer uma análise numérica, bem como um percentual utilizando o ano de 2019, que foi um ano antes da pandemia do COVID 19 (SARS-Cov-2), por refletir melhor a realidade do Programa, porém, logo à frente estudaremos, o ano de 2020, em reflexo ao ano que já estávamos no meio da pandemia, para podermos analisar de que maneira a pandemia refletiu sobre o grupo estudado.

Os dados de 2019 mostram que o número de beneficiados no PROUNI era de 129.926, significando um crescimento percentual de 135,86%, apesar de notarmos que houve um decréscimo em comparação aos anos anteriores até o ano de 2015 que foi o auge do programa que beneficiou 252.650 estudantes.

O ano de 2019, em comparação ao ano da implantação em 2005, os beneficiados do sexo feminino diminuíram, porém continuaram sendo a maioria com 60,62% num total de 101.137 beneficiadas, perante 39,38% do sexo masculino de um total de 65.674 beneficiados, já desconsiderados os 73 não informantes.

Desse universo de 60,62% de beneficiadas do sexo feminino, excluindo-se os não informados num total de 54 beneficiadas, utilizando a marcação de cor/raça, ficou assim representado:

Gráfico 5 - Marcação por cor/raça em 2019



Fontes: Elaboração própria, utilizando dados do MEC (BRASIL, 2019)

Nota-se que no universo feminino, as maiores beneficiadas em 2019 foram a declaradas pardas, ultrapassando o número de beneficiadas brancas em 2005, porém, se somados pretas e pardas, este percentual representa 58,71%, havendo um acréscimo de 23,50% ao ano de 2005.

Quanto utilizamos os dados de 2019, os beneficiados do sexo masculino no total de 39,38%, excluindo-se os não informados num total de 19 beneficiados, em sua maioria, ou seja 46,45% dos beneficiados são pardos, em segundo os maiores beneficiados foram brancos com 39,25%, porém quando somados pardos e pretos este número vai para 58,71%, havendo um acréscimo 12,18% se comparado ao ano de 2005.

Notadamente houve um avanço quando comparamos o ano de 2019 a 2005, aos beneficiados pretos e pardos, entretanto, em relação aos indígenas notamos um decréscimo, uma vez que em 2005 foram beneficiados 591 estudantes, já em 2019 foram apenas 172 indígenas beneficiados com o Programa.

Em termos numéricos utilizando-se o ano de 2020, observamos uma queda abrupta se comparado ao ano anterior, de 58.725 bolsas. Enquanto 2019 foram concedidas 225.555, em 2020 foram concedidas apenas 166.830 bolsas.

A seguir, mostramos um panorama de bolsas do ProUni concedidas por ano – Brasil, 2005 a 2020.

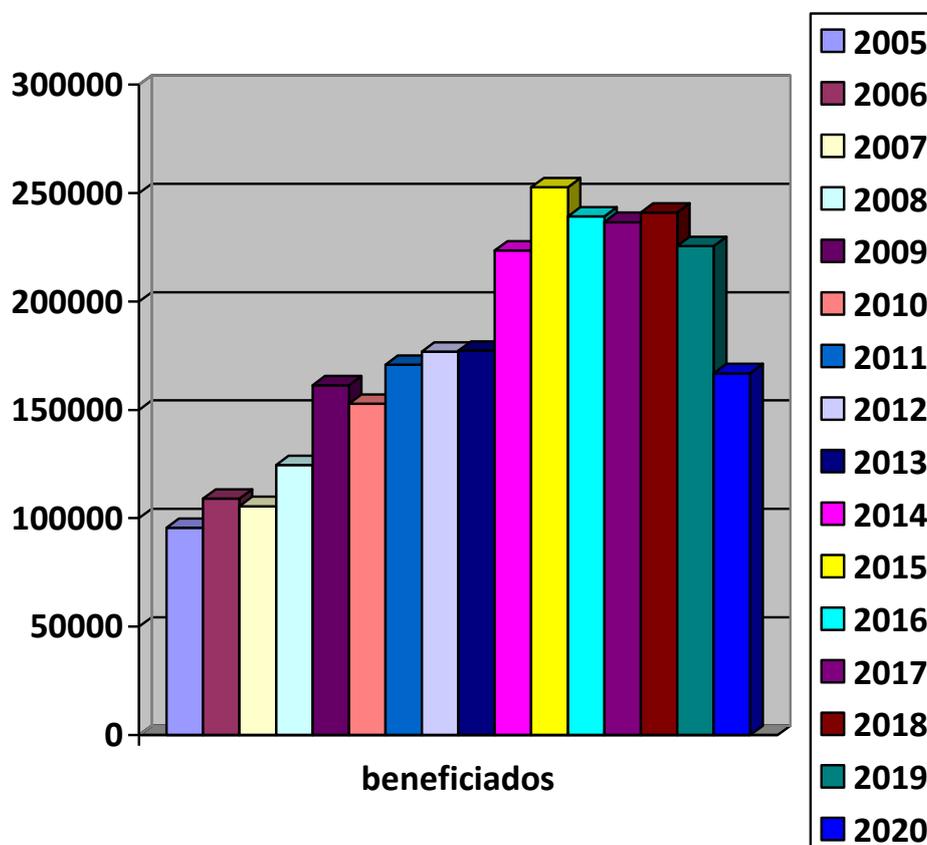
Tabela 2 – Bolsas do ProUni concedidas nos anos de 2005 a 2020

ANO	BOLSAS CONCEDIDAS	ANO	BOLSAS CONCEDIDAS
2005	95629	2013	177326
2006	109025	2014	223598
2007	105575	2015	252650
2008	124621	2016	239262
2009	161387	2017	236636
2010	152733	2018	241032
2011	170766	2019	225555
2012	176764	2020	166830

Fontes: MEC (BRASIL, 2021)

Graficamente temos uma noção melhor da evolução do Programa.

Gráfico 6: Panorama do número de beneficiários do ProUni – 2005 a 2020



Fontes: MEC (BRASIL, 2021)

Dados do ano de 2005, ano da criação do ProUni, na qual podemos confirmar o percentual dos dados abertos por cor/raça:

Tabela 3: beneficiados com o ProUni por cor/raça - comparativo entre o ano 2005 e 2020

Raça/Cor	Em números ano 2005	Percentual (%)	Em números ano 2020	Percentual (%)
Amarela	2.290	2,39	2.900	1,73
Branca	34.535	36,11	64.484	38,66
Indígena	591	0,62	153	0,09
Parda	25.730	26,91	78.067	46,80
Preta	9.842	10,29	21.153	12,68
Não Informado	22.641	23,68	73	0,04

Fontes: Elaborado pelo autor utilizando dados MEC-dadosabertos.mec.gov.br/prouni

Em comparação ao ano de 2005, ano da criação do Programa, notou-se que o número de Não Informados era de 22.641, perante apenas 73 em 2020. Não sabemos precisar se tal mudança denota um compromisso maior em estabelecer a raça na utilização do Programa ou não havia um compromisso quanto a este quesito no momento do preenchimento das informações.

Vale ressaltar que em termos percentuais quando analisado o ano de 2005, o percentual de participação de pretos, pardos e indígenas era de 37,82 %, já no ano de 2020, mesmo com a pandemia do Covid 19, esse percentual é representado com 59,5%, observando um maior crescimento para pardos que representava 26,91% em 2005 e 46,80% em 2020. Já em relação aos indígenas houve um decréscimo na participação no Programa, sendo em 2005 com 0,62% da participação deste grupo e em 2020 com apenas 0,09%, conforme análise comparativa de dados colhidos junto ao MEC.

Observamos, assim, que o ProUni tem contribuído para o crescimento de classes antes excluídas do ensino superior, como pobres, pretos, pardos e indígenas, de forma a melhorar o atingimento da meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), que entrou em vigor em junho de 2014 e estabelece diretrizes para a educação até 2024. A Meta 12 do Plano estabelece elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, asseguradas a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40%

(quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. Conforme dados do Banco Sidra¹⁶ (2019), a Taxa de Escolarização bruta dos estudantes de 18 a 24 anos por cor ou raça apresenta-se em nível Brasil com 32,4% em 2019, quando designado pela cor branca representa 37,9% e na cor preta e parda com 28,8%, ainda bem aquém da meta prevista para 2024.

Neste primeiro capítulo buscamos trazer uma perspectiva histórica do ensino superior brasileiro, marcado pelo acesso e exclusão de determinados grupos, beneficiando apenas as classes dominantes. Permitiu-nos entender melhor o avanço das políticas públicas ocorridas no final da década de 90 e início dos anos 2000. Por meio de lutas por grupos, e alguns políticos que se empenharam para essas transformações que ocorreram até o surgimento do ProUni. Assim, permitiu-nos a realização de reflexões sobre a criação em 2005 até o ano 2020, através de demonstrações de números e gráficos que nos auxiliaram nos resultados por cor/raça no Programa.

Ao partirmos para o segundo capítulo discorreremos sobre a produção dos dados coletados, a metodologia utilizada como base para esta dissertação, através da pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa da legislação pertinente ao tema na base SciELO no período de 2005 a 2020.

¹⁶ Para maiores informações, consultar: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfbr/brasil>.

2 METODOLOGIA: REVISÃO DE LITERATURA NA PLATAFORMA SCIELO: PROUNI, AÇÕES AFIRMATIVAS E A DESIGUALDADE

Registro aqui uma breve reflexão da minha aproximação com a temática de pesquisa sobre o acesso e a permanência de indígenas, pretos e pardos no ensino superior; uma reflexão bibliográfica de 2005 a 2020, o porquê da preferência pela escolha deste tema e o que me motivou a querer percorrer essa linha.

Para compreendermos o porquê da escolha de um tema, temos uma importante tarefa a ser percorrida pelo pesquisador, qual o motivo ou mesmo quais as razões que o levaram a enveredar pela temática, indo do seu projeto de pesquisa até um trabalho de conclusão de curso, dissertação ou tese.

Do projeto de pesquisa até chegar à conclusão é um longo caminho a percorrer, através do qual o pesquisador tem a ideia do tema que irá desenvolver, como também o problema, a hipótese, quais autores a pesquisar, quais materiais a coletar, qual legislação a seguir, revelando-se assim suas principais intenções, qual o direcionamento a tomar? Instigado pelos questionamentos que irá desenvolver, até o destino do seu trabalho, criando um vínculo entre pensamento e ação, já que “[...] nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (MINAYO, 2001).

Isso não quer dizer que esgotou o tema, pois, se assim o fosse, novas pesquisas não surgiriam acerca do assunto, novas oportunidades não aconteceriam para novos pesquisadores trilharem seu caminho, mas sim um aprofundamento íntimo do assunto para com o pesquisador, dentro do seu limite de tempo do programa, conhecimento e desenvolvimento, que será capaz de conduzi-lo a novos assuntos, ou o aprofundamento sobre a temática. Assim, Lima e Miotto (2007), “Considera-se, portanto, que o processo de pesquisa se constitui em uma atividade científica básica que, através da indagação e (re)construção da realidade, alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade”.

O pesquisador, através de um olhar atento, deve tomar as rédeas acerca das principais características que norteiam o seu trabalho, sendo uma delas o tema escolhido. No nosso caso temos interesse em pesquisar sobre o assunto já citado, buscando delimitá-lo, para que não se torne muito abrangente e seja viável na realização.

É necessário, portanto, investir em um interesse efetivo quando se busca uma temática para iniciar uma pesquisa – interesse que, trazendo as marcas subjetivas

que afetam diferentemente cada pesquisador, pode estar motivado tanto por uma simples curiosidade intelectual como pela intenção mais altruísta de fazer avançar o conhecimento científico. (BARROS, 2012, p. 9)

Assim, a busca pelo tema passou por várias mudanças, ou quem sabe, melhor dizer, por transformações que contribuíram para nortear esta dissertação, de forma a contribuir não somente ao autor, mas para uma parcela maior da sociedade. Assim conceitua Barros (2012):

Procurar indagar sobre que interesse uma certa pesquisa poderá ter para a sociedade corresponde sempre a uma reflexão legítima. Tal como já foi mencionado, a relevância que um autor atribui ao seu próprio trabalho tende a interagir com os critérios de relevância que lhes chegam através da sociedade ou da Instituição, ou ainda através do conjunto de opiniões que o alcançam a partir de seus pares sob a forma de comentários e intertextualidades diversas. (BARROS, 2012, p. 10)

Desta forma, o interesse inicial pelo tema foi tomando formas a partir das intertextualidades diversas vividas por mim no decorrer da participação do curso de mestrado, da participação do grupo de pesquisa Educação, Pobreza e Políticas de Inclusão, como também com a participação dos meus orientadores, e pelas contribuições dos professores participantes de encontros, debates e banca qualificadora.

2.1 – Memorial: trajetória do pesquisador - um desaguar no ensino privado

Sou oriundo de escola pública, essa até hoje com grandes dificuldades de ensino à grande massa dos estudantes brasileiros, fruto de uma infeliz realidade que há anos privilegia a quantidade em detrimento da qualidade. Com raras exceções ainda desponta alguma escola pública com boas referências em nosso Brasil.

Mas nada disso serve de consolo aos alunos de outrora, pois a realidade atual nos mostra desigualdades sociais e raciais profundas em nossa sociedade, o que serve ao menos para o estudo científico dos pesquisadores.

Nesse sentido, através de minha experiência escolar de aluno da escola pública que fui até o segundo grau, pude vivenciar colegas que conseguiram trilhar um caminho melhor em suas vidas, como também vi os menos prestigiados econômica e culturalmente não conseguirem ou não tiveram condições de ascenderem no aspecto econômico, social ou cultural.

Aqui relato brevemente minha caminhada escolar, iniciada no interior de São Paulo, na Escola Estadual Zenaide Franco de Faria Mello, tendo cursado até a 8ª série, no Jardim Santo André, na cidade de Mogi Guaçu. Até então notamos pouca diferença de classes entre os alunos que ali cursaram, pois, na grande maioria, ou talvez em sua totalidade, eram filhos de trabalhadores rurais e operários de empresa, com exceção de dois ou três alunos que eram filhos de comerciantes, esses com uma condição econômica relativamente melhor do que a maioria, notado pelos materiais que levavam na escola e por suas vestimentas.

Lembro-me que vivíamos um momento de ditadura, no qual os professores não comentavam de política em sala de aula, pois apenas diziam que estávamos vivendo um período político comandado por militares, por isso evitavam falar do governo.

Já no ensino médio, fui cursar o técnico em contabilidade juntamente na escola municipal denominada de Fundação Educacional Guaçuana-FEG, na qual se cursava o ensino médio e curso técnico simultaneamente, nesta fase havia conseguido um emprego na Cerâmica Chiarelli como patrulheiro do “Camp”¹⁷ e vislumbrava uma transferência para o setor de contabilidade da empresa, o que foi possível com o curso adquirido. Em 1988, já funcionário e com a carteira assinada, um grande sonho da época.

Neste mesmo ano, já concluído o curso técnico, era o momento de optar por uma faculdade. Havia feito um cursinho preparatório de 3 meses no Anglo, aos sábados, diga-se de passagem, conseguir uma vaga em uma universidade conceituada era algo quase impossível. Mesmo assim, fui prestar o exame da Fundação Universitária para o Vestibular - Fuvest no curso de economia. Como esperado, não passei, e talvez mesmo que houvesse passado não teria condições de cursar, por questões financeiras, moradia, alimentação, transporte. São questões que muitos alunos ainda passam atualmente.

Busquei por um curso na faculdade particular: a dúvida era direito ou ciências contábeis? O meu coração pendia para o direito, pois no segundo grau tive algumas matérias relacionadas à área jurídica e havia gostado das matérias. Mas, a dificuldade financeira, tendo que ajudar nas despesas de casa, ficaria muito difícil de conseguir manter mensalidade e as despesas de transporte, e como eu já fazia parte do setor contábil achei por bem optar pela faculdade de Ciências Contábeis na Fundação Educacional Octávio Bastos em São João

¹⁷ Círculo de Amigos do Menino Patrulheiro de Mogi Guaçu, entidade fundada em 07 de abril de 1971, dentro dos moldes do Projeto “Patrulheirismo”, que foi idealizado pelo juiz da infância e juventude, Dr. Marino da Costa Terra, na cidade de São Carlos, cujo objetivo era a prevenção da marginalização do adolescente, através de ações voltadas para educação, recreação e trabalho. Disponível para mais informações em: <https://campmoguacu.org.br/o-camp/nossa-historia/>.

da Boa Vista, SP, cidade a 60 quilômetros de Mogi Guaçu. Afinal, a empresa a qual trabalhava, reembolsava 50% do valor da faculdade aos funcionários que cursassem uma faculdade relacionada à área de trabalho. Deixando assim o curso de Direito para uma outra oportunidade, afinal, a falta de conhecimento, “capital cultural”, movido pelo medo da profissão de advogado, por ouvir de colegas que era uma profissão perigosa, e atrelado a situação financeira, este desejo se concretizou mais tarde.

Porém, mais de 20 anos se passaram, trabalhando em empresas privadas na área tributária. Com isso pude ver qual era o destino dos impostos arrecadados pelas empresas aos cofres públicos, e movido pelo social busquei novamente resgatar aquele velho desejo de cursar a faculdade de Direito. Assim, busquei novamente uma faculdade particular, agora na Faculdade Santa Lúcia de Mogi Mirim-SP. E foi neste período de minha caminhada escolar, agora com um olhar mais crítico, notei o pequeno número de alunos pretos, pardos e indígenas nos bancos escolares pelos quais passei e isto tornou-se ainda mais marcante quando cheguei à universidade.

Percebi que, apesar de ser um curso noturno, em uma faculdade de pouco renome, havia pessoas de classes econômicas mais altas, sendo alguns filhos de advogados e empresários, porém sua maioria era composto de alunos que trabalhavam durante o dia nas mais variadas profissões. Ao meu redor havia apenas um aluno da cor parda, no caso, eu e dois alunos da cor preta, sendo uma delas uma mulher casada aproximadamente 40 anos de idade e com dois filhos adolescentes, que abandonaram o curso no decorrer dos semestres.

As dificuldades de acesso e da permanência no ensino superior pelos grupos categorizados como minoritários, constitui o objeto central de minha pesquisa, na busca pela compreensão sobre as oportunidades e desafios do ProUni. Questões tão próximas da realidade a qual passei.

2.2. Método de Pesquisa

Estão relatados aqui os passos empreendidos durante o transcorrer da pesquisa, contemplando os limites de acesso a algumas informações importantes para o desenvolvimento do trabalho e as estratégias realizadas para levar a cabo a investigação. O método utilizado como base para este projeto é a pesquisa bibliográfica. Na concepção de Lima e Miotto (2007) “[...] a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de

procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”.

No caso da investigação em pauta, o parâmetro temático é o ProUni e suas vertentes nas ações afirmativas e desigualdades sociais. O parâmetro linguístico refere-se às produções bibliográficas publicadas em Língua Portuguesa e o parâmetro cronológico compreende o período entre 2005 e 2020, devido às informações quantitativas e qualitativas disponíveis em sites especializados sobre o tema.

A pesquisa bibliográfica não deve ser encarada como um apanhado de trabalhos realizados sobre determinado assunto, mas sim declará-la com o propósito de trazer subsídios para o conhecimento sobre o tema pesquisado, estruturar modelos teóricos, tomando ciência das diferentes contribuições científicas relacionada ao tema, conforme pontua Lima e Miotto:

(...) busca abordar a importância que possui a delimitação dos critérios e dos procedimentos metodológicos que permitem definir um estudo como sendo bibliográfico. Através da exposição de exemplos, construídos a partir de uma pesquisa dessa natureza, pretende-se chamar a atenção para as exigências que a escolha por esse tipo de procedimento apresenta ao pesquisador à medida que este constrói a busca por soluções ao objeto de estudo proposto. (LIMA; MIOTTO, 2007, p. 38)

Por isso, não se deve dizer que a pesquisa bibliográfica é uma repetição do que já foi escrito, porém, uma nova abordagem dispensando um olhar clínico¹⁸, mas sim conhecer as diferentes contribuições científicas elaboradas por cada autor que compõe este trabalho. Assim, conforme analisa Lima e Miotto (2007), [...] “pode-se considerar a metodologia como uma forma de discurso que apresenta o método escolhido como lente para o encaminhamento da pesquisa”.

Ao selecionarmos os trabalhos juntamente com a base de dados foram determinados alguns parâmetros. Primeiramente, foi estabelecido o método do estudo. Para isso, consideram-se apenas pesquisas que tiveram como método a coleta de informações com o ProUni que beneficiou os prounistas indígenas, pretos e pardos. Sendo assim, estudos que envolveram o programa e suas características com avanço, limites, oportunidades, desafios, a participação através de algumas técnicas utilizadas na coleta de dados pelos autores, tais

¹⁸ Olhar clínico: É uma antiga expressão aplicada àqueles médicos que tinham a capacidade de identificar, rapidamente, uma doença, mesmo não dispondo de bons recursos para se chegar a um diagnóstico. Dr. Celmo Celeno Porto. Disponível para mais informações em: www.academiademedicina.com.br/genmedicina/afinal-o-que-e-olho-clinico/.

como, estudos, questionários e entrevistas aos prounistas trazidos na base SciELO. Isso se justifica pelo fato de nosso objetivo ser o de compreender as dimensões positivas e negativas que o Programa vem proporcionando como ação afirmativa desde sua concepção até o ano de 2020.

Para esse tipo de pesquisa é necessário, conforme Romanowski e Ens (2006), “[...] um levantamento e uma revisão do conhecimento produzido sobre o tema é um passo indispensável para desencadear um processo de análise qualitativa dos estudos produzidos nas diferentes áreas do conhecimento”, denominado de Estado da Arte.

2.2.1 As dimensões analisadas

Considerando que o objetivo do projeto de pesquisa é analisar os avanços e desafios do ProUni, como política pública voltada a estudantes indígenas, negros e pardos, no contexto da desigualdade, optamos pela realização de uma pesquisa de caráter bibliográfico em fontes junto à base Scientific Electronic Library Online (SciELO), com os descritores PROUNI, ações afirmativas, desigualdade social, indígenas, negros e pardos. Buscamos identificar as conquistas adquiridas no tocante a ações afirmativas dentro do Programa, os pontos a serem melhorados no processo de consolidação dos direitos e garantias desta classe, e quais os desafios para sua efetivação no ensino superior.

A utilização dessa base de dados é justificada por alguns motivos. Sendo a SciELO uma base com quase 500 mil artigos científicos nas mais diferentes áreas do conhecimento, na qual são publicados diariamente novos artigos, como também tais materiais são avaliados por mestres e doutores de grandes universidades, desta forma é considerado confiável, pois conta com o apoio de órgãos de pesquisa brasileira e internacional, como o CNPq, a FAPESP, CAPES e a OMS (SciELO, 2021).

Como também, o que favorece o pesquisador, não necessita de cadastro prévio para acesso ao conteúdo e de quaisquer custos a toda produção científica, bem como a base é composta por produções qualificadas, ou seja, analisada por pares (SciELO, 2021).

No momento da pesquisa, utilizamos alguns descritores como norteadores de nossa pesquisa bibliográfica, que foram capazes de aprimorar a busca pelos objetivos permeados através das ações afirmativas no Prouni. Um dos primeiros, a título de exemplo, foi o “ProUni”, sendo encontrados 49 artigos, após acrescentamos alguns descritores a palavra “Prouni”, na qual obtemos os seguintes resultados: “ações afirmativas”, 05 artigos;

“desigualdade social”, 01 artigo; “baixa renda”, 03 artigos; “negro”, 01 artigo; “pardo”, 01 artigo; quando acrescentado o descritor “indígena”, não foram localizados artigos.

Quando utilizado o descritor “Programa Universidade Para Todos” foram encontrados 41 artigos¹⁹, acrescentando os descritores: “ações afirmativas”, 05 artigos; “desigualdade social”, 01 artigo; “baixa renda”, 03 artigos; “negro”, 01 artigo; “pardo”, 01 artigo; como utilizado no parágrafo anterior, quando acrescentado o descritor “indígena”, não foram localizados artigos.

A razão da escolha dos descritores nos remete às classes que normalmente a história, bem como os pesquisadores nos trazem como grupos historicamente discriminados ou mesmo o próprio ProUni foi criado para o atendimento destes grupos. O período das pesquisas ocorreu entre os meses de abril, maio e junho de 2021.

Abaixo reproduzimos o resultado em tabela, os artigos selecionados pelos descritores utilizados em nossa pesquisa, facilitando assim sua visualização.

Tabela 4 – Distribuição das produções selecionadas por descritores- SciELO

Descritores	nº produções
Prouni	49
Prouni/ações afirmativas	05
Prouni/desigualdade social	01
Prouni/baixa renda	03
Prouni/negros	01
Prouni/pardos	0
Prouni/indígenas	0
Programa Universidade para Todos	41
Programa Universidade para Todos/ações afirmativas	05
Programa Universidade para Todos/desigualdade social	03
Programa Universidade para Todos/baixa renda	03
Programa Universidade para Todos/negros	01
Programa Universidade para Todos/pardos	01
Programa Universidade para Todos/indígenas	01
Total	114

Fonte: Elaboração do autor

¹⁹ Quando utilizado o termo “Programa Universidade para Todos”, sem aspas, foram localizados 1089 artigos, devido ao descritor utilizar quatro palavras, acaba por trazer quase que em sua totalidade trabalhos que não estão relacionados com a temática do estudo.

A escolha de recorte temporal de 2005 a 2020 efetiva-se porque o ProUni teve sua implementação no ano de 2005, e como marco final o ano de 2020, por ser possível fazer o levantamento bibliográfico até esta data, bem como o levantamento de dados fornecidos pelos institutos e sítios especializados no Programa.

Tomamos como data da última pesquisa o dia 30 de junho de 2021, sabendo-se que a base é dinâmica em sua produção. Sendo assim, é possível que a cada dia posterior a esta data, usando os mesmos descritores, estes números mudarão em cada consulta devido à atualização de dados na base.

2.2.2 Leitura e análise dos trabalhos

Mais do que uma revisão bibliográfica, para mapear as produções relacionadas ao tema, utilizaremos inspiração do método Estado da arte com base nos estudos feitos por Romanowski e Ens (2006), que possam contribuir para nosso trabalho, que assim definem:

Estados da arte podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada. (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 39)

Com o total de 114 produções obtidas, iniciou-se o processo de seleção a partir do descarte através da análise dos temas, uma vez que um grande número de produções se repete a contar dos descritores pesquisados, no caso, 33 produções.

Com a seleção já definida, adotamos um método de leitura que atendesse aos objetivos propostos dentro do tempo do programa. Destarte, para selecionar ou descartar os trabalhos nos baseamos na leitura primeiramente dos resumos, dentro dos quais em uma primeira análise, já foi capaz de detectarmos sobre o assunto abordado no artigo. A seguir, separamos os artigos que se mostraram pertinentes aos pontos relacionados à pesquisa. Dentre estes artigos selecionados partimos para leitura integral dos trabalhos.

Após leitura, foram excluídos trabalhos considerados epistemologicamente menos relevantes para a análise teórica, levando em consideração os critérios de seleção:

Tabela 4 – Distribuição descartada conforme os critérios utilizados.

Critérios	n° produções descartadas
Não apresenta relação com as dimensões escolhidas	18
Apresenta pouca relação com as dimensões	15
Há relação com as dimensões, porém outros trabalhos apresentam temas mais relevantes para pesquisa	26
Realizado fora do prazo estipulado	01
Disponível somente em língua estrangeira (inglês)	01
Repetido	33
Total	94

Fonte: Elaboração do autor

2.2.3 Trabalhos descartados

Com o intuito de analisar as dimensões do ProUni com foco – ação afirmativa e desigualdades sociais no decorrer da busca nas bases descritas – foi possível selecionarmos os trabalhos que tivessem relação com nosso objetivo, e ao mesmo tempo quando selecionamos, também excluimos, por isso nos deparamos com alguns trabalhos que não se relacionam tão efetivamente com os parâmetros almejados. Em regra, apesar desses trabalhos se enquadrarem nos descritores, tais como: I) análise do desenho do programa, ou seja, trabalho não empírico; II) análise do ponto de vista de atores de prounistas, professores e pesquisadores ou III) o artigo não ter relação direta com o propósito da dissertação.

Como revelado na tabela acima, 18 produções não apresentaram relação com as 4 dimensões determinadas (acesso, rede de apoio, permanência, exclusão). É o caso, por exemplo, do artigo de Antonio A. S. Zuin, intitulado *Educação a distância ou educação distante? O Programa Universidade Aberta do Brasil, o tutor e o professor virtual*. No caso em tela, trata-se de um assunto que não tem referência com a temática.

Outras 15 produções, porém, chegavam a tratar do Programa, mas de modo mais vago ou que já apresentavam informações mais específicas em outras produções, quer abarcasse melhor a temática e de forma mais aprofundada, tal como o artigo escrito por Vera Lúcia Jacob Chaves e Nelson Cardoso Amaral, intitulado *Política de expansão da Educação*

Superior no Brasil – O PROUNI e o FIES como financiadores do setor privado. Neste caso, a produção trata do assunto PROUNI, porém se relaciona com outro programa, o FIES.

Dentre o universo de artigos pesquisados na base, 26 artigos têm relação com as dimensões, porém outros trabalhos apresentam temas mais relevantes para nossa pesquisa, de forma que também foram descartadas.

Ao analisarmos a base Scielo, apenas 01 produção encontra-se fora do intervalo de tempo estabelecido (2005-2020), sendo 01 artigo anterior a 2005, de Roberto Leher, intitulado *Para silenciar os campi*, (publicado em 2004).

O artigo intitulado *The Effects of Government Policies on Higher Education and Economic Development*, produzido por Camila Rafaela Alvarenga, apresenta-se disponível apenas em língua estrangeira (inglês).

No universo de produções, obtivemos 33 artigos repetidos quando confrontados os descritores, por exemplo o artigo escrito por Edna Imaculada Inácio de Oliveira e Rosane Maria Kreuzburg Molina, intitulado *A ampliação da base social da educação superior no contexto do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais: o caso do Prouni*, foi encontrada duas vezes na base, tanto utilizando o descritor “Prouni”, como “Programa Universidade para todos”, e, portanto, teve uma versão descartada.

Ao final do descarte, logrou-se um total de 20 produções selecionadas que constituirão o corpus de análise de nossa dissertação. Estas foram lidas em sua integridade e classificadas a partir de fichas de leitura entre os meses de julho e agosto de 2021.

Com o propósito de organizar as leituras e os fichamentos dos trabalhos selecionados, utilizaremos de 2 modelos de fichas para categorizar as informações obtidas, de forma a facilitar a organização das produções selecionadas. Em um deles constam o título e nome do autor, em outro, o nome do autor e o título da obra, palavras chave, técnica da pesquisa utilizada, escopo da pesquisa, foco da pesquisa, entre outros dados que se fizerem necessários.

2.2.4 Produções aproveitadas

Após todos os processos de levantamento de artigos, leitura e descarte de produções menos importantes para nossa pesquisa, para fins práticos de análise, elencamos as produções escolhidas abaixo, reproduzidas em uma tabela, e utilizamos seus títulos, ano de produção e os autores, sendo estes os artigos que analisamos para efeito de pesquisa dentro

das dimensões especificadas anteriormente, que nos levou à conclusão final de nossa pesquisa.

Quadro nº 01: Trabalhos selecionados na base Scielo

Título da produção	Ano	Autor(es)
Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira.	2007	Clarissa Eckert Baeta Neves; Leandro Raizer e Rochele Fellini Fachinetto
Análise de estudos e pesquisas sobre o sentido social do programa Universidade para Todos (PROUNI)	2015	Alípio Márcio Dias Casali e Maria José Viana Marinho de Mattos
Ações Afirmativas no ensino superior: análise do perfil socioeconômico e da experiência universitária de bolsistas do ProUni na PUC-Rio	2012	Clarissa Tagliari Santos
Avaliação de Políticas Públicas para a Educação Superior: o caso do Programa Universidade para Todos (Prouni)	2020	Wagner Bandeira Andriola e José Liberato Barrozo Filho
A ampliação da base social da educação superior no contexto do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais: o caso do ProUni	2012	Edna Imaculada Inácio de Oliveira; Rosane Maria Kreuzburg Molina
A efetividade de programas sociais de acesso à educação superior: O caso do ProUni	2011	Luiz Alex Silva Saraiva e Adriana de Souza Nunes
Comprometimento do aluno ProUni: acesso, persistência e formação acadêmica	2014	Vera Lucia Felicetti
Consciência de Estudantes Prounistas sobre sua Inserção no Ensino Superior	2017	Flávia de Mendonça Ribeiro e Raquel Souza Lobo Guzzo
Crescimento pessoal, mediação e sacrifício: itinerários sociais de estudantes beneficiários do Prouni	2015	Andrea Bayerl Mongim
Educação superior e políticas de ação afirmativa no Rio Grande do Sul: desigualdades e equidades	2017	Célia Elizete Caregnato e Arabela Campos Oliven
Equidade na Educação Superior no Brasil: Uma Análise Multinomial das Políticas Públicas de Acesso	2015	Cristina B. de Souza Rossetto e Flávio de Oliveira Gonçalves
Escolha do curso por prounistas: estudando a dimensão subjetiva da desigualdade.	2016	Alessandra dos Santos Oliveira e Ana Mercês Bahia Bock

Fatores de proteção em estudantes bolsistas do Programa Universidade para Todos	2017	César Leonardo Karnal; Janine Kieling Monteiro; Anelise Schaurich dos Santos e Grace Oliveira dos Santos
Itinerários de escolarização e mediações subjacentes: a experiência de discentes beneficiários do Prouni.	2016	Andrea Bayerl Mongim
O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação	2014	Dilvo Ristoff
O Programa Bolsa Família e o acesso e permanência no ensino superior pelo Programa Universidade para Todos: a importância do “eu me viro”.	2019	André Pires; Paulo Cesar Ricci Romão e Victor Marques Varollo
O ProUni e a conclusão do ensino superior: questões introdutórias sobre os egressos do programa na zona oeste do Rio de Janeiro.	2011	Daniela Patti do Amaral e Fátima Bayma de Oliveira
Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento.	2014	Cristina Helena Almeida de Carvalho
PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior?	2006	Afrânio Mendes Catani; Ana Paula Hey e Renato de Sousa Gilioli
PROUNI – pontos controversos sob a análise de alunos bolsistas	2016	Tereza Lúcia Lima Fontele e Vicente Lima Crisóstomo

3 O CASO PROUNI: RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO

3.1 Análise dos resultados

Através dos materiais coletados, utilizamos os artigos separando os tópicos dos assuntos que tratamos de analisá-los para melhor conclusão final.

3.2. O perfil dos beneficiários

Em primeira análise, conforme estabelecido pelo MEC, o critério utilizado para seleção do ProUni é o resultado do Enem, permitindo-se à inscrição de candidatos que não possuam diploma de curso superior, que tenham participado do último Enem e obtido pontuação mínima de 450 pontos na média das notas do exame e nota superior a zero na redação. E quanto maior for sua pontuação, maiores serão as chances de optarem por cursos mais concorridos.

De acordo com o MEC, o candidato deve satisfazer algumas condições para conseguir seu acesso ao ensino superior, dentre elas: ter cursado o ensino médio completo em escola pública ou em escola privada com bolsa integral da instituição; ter cursado o ensino médio parcialmente em escola pública e parcialmente em escola privada com bolsa integral da instituição; ser pessoa com deficiência; ser professor da rede pública de ensino básico, em efetivo exercício, integrando o quadro permanente da instituição, e estar concorrendo a vaga em curso de licenciatura, normal superior ou pedagogia. Neste caso, a renda familiar por pessoa não é considerada (BRASIL, 2021).

O programa contempla o acesso de alunos com bolsas integrais, aos candidatos que devem comprovar renda familiar de até um salário mínimo e meio per capita bruta mensal, considerando o salário mínimo atual, representa o valor de R\$ 1.650,00 (um mil seiscentos e cinquenta reais). Para as bolsas parciais a renda bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa, a saber, o valor de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais).

A título de exemplo, uma família composta de 4 pessoas, tendo um candidato ao ProUni que concorre a uma bolsa integral, poderá ganhar até R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais); para concorrer a uma bolsa parcial, poderá ganhar até R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais).

O ProUni destina um percentual de bolsas de estudo para a implementação de políticas afirmativas de acesso ao ensino superior de portadores de deficiência ou de autodeclarados indígenas e negros, no enfrentamento da desigualdade.

Mongim (2016) constatou que o perfil dos prounistas se caracteriza por “[...] indivíduos de origem social mais baixa, que frequentaram escolas de primeiro e segundo graus de ensino deficiente e que, por alguma razão, conseguem ascender ao ensino superior, considerado de bom nível”, e que somente pertencer a esta categoria não é suficiente para o acesso ao ensino superior, uma vez que “[...] estabelecer uma rede de solidariedade e ajuda foi o fator determinante das trajetórias em ascensão”.

De acordo com Oliveira e Bock (2016), a trajetória estudantil reflete também nas escolhas dos cursos e das IES dos prounistas, considerando a desigualdade social um fator de desafio a ser vencido, sendo invadidos, muitas vezes, pela sensação de medo diante das dificuldades, como por exemplo à frente de diferenças de classes sociais.

A escolha profissional, sob a ótica da psicologia sócio-histórica é tomada como uma atividade realizada pelos sujeitos, em uma sociedade marcada pela desigualdade social, que marca, por sua vez, a vivência desta escolha pelos diferentes ou desiguais sujeitos da sociedade (OLIVEIRA; BOCK, 2016, p. 305).

Outra questão em destaque é a simbologia do termo Prouni, que apesar de compor o nome do programa, acabamos por notar que a grande maioria dos prounistas se concentram nas faculdades e não nas universidades, como acentua Amaral e Oliveira (2011):

O acesso se dá, majoritariamente, às faculdades e não às universidades. No entanto, é de certo que o termo Universidade carrega maior capital simbólico do que Faculdade ou Ensino Superior. Logo, a escolha pelo termo ProUni carrega significados emblemáticos no que tange ao acesso da população de baixa renda ao ensino superior chamado, aqui, de universitário (AMARAL; OLIVEIRA, 2011, p. 28)

Felicetti e Fossatti (2014) salientam a expansão do ensino superior como consequência decorrente da grande demanda de alunos vindos do ensino médio; os autores analisaram quais são os perfis desses alunos, levando em consideração o sexo e a idade. Em seus estudos observaram que existe um equilíbrio quanto ao sexo dos alunos e quanto à faixa etária. Constataram que mais de 50% do total de bolsistas, quando ingressam nas instituições, “encontravam-se na faixa etária de 18 a 24 anos”.

Oliveira e Molina (2012) consideram que o ProUni abriu o caminho para classes que antes do programa não faziam parte da história da universidade estudada, o Centro Universitário do Leste de Minas Gerais, e que no início do ProUni, mesmo contando com as cotas, muitos alunos não se declararam negros ou pardos.

Quanto ao perfil dos estudantes bolsistas, os depoimentos dos professores mostram que não se evidencia o quesito cor/raça, bem como não é possível identificar quem são esses estudantes, a não ser em situações em que o próprio bolsista se manifesta. Os impactos da entrada no ensino superior de um perfil diferenciado de estudantes, permitida pelo ProUni, também não são percebidos por todos. (OLIVEIRA; MOLINA, 2012, p.18)

Felicetti (2014) considera que o ProUni mudou o perfil dos estudantes nas IES privadas, ampliando o acesso a esse nível de ensino para pessoas “[...] pertencentes a grupos minoritários (alunos egressos do ensino público, afrodescendentes, indígenas, portadores de deficiência física e outros”, e notou-se que muitos desses alunos foram o primeiro da família a ingressarem em um curso superior, “Sim, sou o primeiro da família a se formar no curso superior e depois de mim outros familiares começaram a estudar”²⁰. Com isso a autora assegura que, estimula-se outros da família a seguir o mesmo caminho.

Caregnato e Oliven (2017) ressaltam que, com a implantação do ProUni em 2005, as IES privadas foram o caminho para muitos alunos do ensino público chegarem ao ensino superior, diante das condições sociais e financeiras, principalmente diante das universidades públicas, principalmente das universidades federais, cada vez mais seletivas, onde “[...] permaneciam um território predominantemente branco, de classe média e atendendo alunos oriundos de escolas privadas de elite”.

A justiça escolar só pode ocorrer quando há possibilidade de compensar desigualdades efetivas. A análise da realidade em questão permite reforçar a hipótese, já verificada na literatura sobre o tema, de que entre aqueles que possuem mais capital na forma de títulos escolares, há maior predisposição do que entre os demais para manter o padrão de aquisição e acumulação diferencial e distintiva de capital escolar. (CAREGNATO; OLIVEN, 2017, p. 185)

Oliveira e Bock (2016) citam a questão da escolha dos cursos considerando o perfil socioeconômico dos candidatos, mostrando que os alunos com melhores condições

²⁰ Fala de trecho de entrevistado no trabalho de Felicetti (2014)

socioeconômicas optaram por cursos como Direito e Psicologia. Já os alunos com piores condições socioeconômicas optaram por cursos como Serviço Social e Pedagogia.

Ristoff (2014) evidencia que apenas 7% das famílias brasileiras possuem renda superior a 10 salários mínimos, e isso influencia diretamente no ensino em geral, principalmente no ensino superior, no qual afloram ainda mais o perfil socioeconômico dos estudantes. O ProUni foi a chance que a classe menos favorecida teve para acesso ao ensino superior:

Eu tive no primeiro semestre, quando... como eu venho de uma família assim...muito... muito sofrida, muito, não tem estrutura nenhuma financeira, quando eu entrei na faculdade, eu, assim, foi um baque, não sei se é a palavra certa, se não tem um... meio que eu tomei um susto. Eu entrei na sala, era a única diferente. [...]. Porque, quando eu entrei, entrei de chinelo, não tinha nem... tava frio e eu não tinha nem um agasalho pra usar. Eu tinha vergonha de falar pras pessoas também. Que tava precisando. (Entrevistada, direito, 43 anos). (RISTOFF, 2014, p. 16)²¹

Dessa forma, Almeida (2015) ressalta que o perfil dos prounistas decorre das trajetórias familiares, ocupacionais, que o acesso à universidade é consequência da “[...] formação escolar, origem social e econômica, bem como condições culturais”.

Argumenta-se que o ProUni foi a porta de entrada para um novo perfil de estudantes no ensino superior privado, que apesar das diferenças sociais encontradas nos *campi* pelos prounistas, foi o único caminho para grupos minoritários antes excluídos do ensino superior se ascenderem socialmente, e que a realidade dos prounistas demonstra que é necessário uma melhor acolhida aos novos alunos nas IES privadas por parte de seus dirigentes e coordenadores de cursos.

3.3 As oportunidades do programa

De acordo com o sítio da Ministério da Educação o Programa Universidade para Todos:

É a chance de frequentar uma instituição de ensino superior particular de qualidade, sem precisar prestar vestibular várias vezes até conseguir entrar – se conseguir. Os jovens bolsistas do Programa Universidade para Todos (ProUni) vêem assim a oportunidade que tiveram. (BRASIL, 2021)

²¹ Fala de trecho de entrevista no trabalho de Ristoff (2014)

À primeira vista, o que o Ministério da Educação propagandeia é algo muito deslumbrante com o começo desta frase “é a chance de frequentar uma instituição de ensino superior particular de qualidade”. Pois bem, será que o Prouni é tudo isso que está sendo pregado pelo governo? Diante disto vamos aos nossos resultados de nossa pesquisa sobre o Prouni.

O Programa tem por finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais de 25% e 50% para os cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos, concedidos aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede privada na condição de bolsistas integrais, estudantes com deficiência, a professores da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda, desde que, no efetivo exercício do magistério da educação básica e integrando o quadro de pessoal permanente da instituição pública, conforme disposto no art. 3º do Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005.

Casali e Mattos (2015) destacam que as oportunidades do Prouni vão além do campo universitário, ampliando horizontes a médio e a longo prazo:

Resultados positivos no conjunto de políticas públicas educacionais desde 2005, pois é uma política que propicia o acesso ao ensino superior e amplia o atendimento aos brasileiros a cada ano e cujos efeitos de médio e longo prazo se estendem do econômico ao cultural, com incremento da qualidade no processo produtivo e ampliação do campo de produção e consumo cultural - ambos efeitos de previsível valor para o desenvolvimento econômico e social. (CASALI; MATTOS, 2015, p. 685)

Ainda com Casali e Mattos (2015), os autores asseveram que, mesmo com as falhas e carência de melhoramentos no ProUni, há pontos positivos que elevam a condição dos bolsistas em dignidade e cidadania.

Mas, ainda que se vejam acentuadas falhas e necessidades de aprimoramento, há um movimento positivo no sentido de legitimar, junto à sociedade, uma rede de oportunidades que garantam aos beneficiários, além do acesso ao conhecimento, a chance de se desenvolverem como sujeitos de direitos. (CASALI; MATTOS, 2015, p. 697)

Saraiva e Nunes (2011) carregam a ideia de que no Prouni existe “[...] uma tendência social favorável à contribuição das organizações na redução das discrepâncias sociais”, e

que a educação é um dos setores no Brasil que necessita de mais investimentos, melhorias e desenvolvimento de programas sociais para atender toda a população.

Santos (2012), conduz em seu trabalho uma perspectiva positiva do programa, na qual analisa a inserção de prounistas na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Através de amostragem, foi possível analisar estudantes de três cursos no período de 2005 a 2010, utilizando questionários e entrevistas, traçando o perfil socioeconômico dos bolsistas, apresentando os principais incentivos e dificuldades para a permanência no ensino superior.

O ProUni é criado, então, como uma alternativa para aumentar a oferta de ensino superior gratuito sem comprometer o orçamento do Ministério da Educação (MEC), ao mesmo tempo em que estimula as instituições privadas a destinarem suas vagas aos grupos historicamente excluídos deste nível de ensino. (SANTOS, 2012, p. 772)

Andriola e Barrozo Filho (2020), através de seus estudos comparando prounistas e não prounistas em cinco distintos atributos e assim permitir a valoração do Prouni, destacaram que o Programa é uma Política Pública que propicia o preenchimento de vagas ociosas geradas pela falta de alunos nas IES privadas. Sem o programa estas vagas não seriam preenchidas e ao mesmo tempo a ausência do Programa não contemplaria aos bolsistas a oportunidade de ingresso nas IES privadas, por serem incapazes de arcar com a mensalidades cobradas, devido às suas restrições financeiras.

Neves, Raizer e Fachinetto (2007), relatam em seus artigos que na última década foram propostas soluções para a ampliação do acesso e maior equidade no ensino superior, através da diversificação do sistema, criação de novos tipos de IES, modalidades de curso, bem como a criação de políticas de inclusão social e de ações afirmativas, dentre elas o ProUni.

Nessa esteira, Oliveira e Molina (2012) destacam que, além do aumento de estudantes no Centro Universitário do Leste de Minas - Unileste/MG, local onde puderam analisar a implantação do Programa a partir de 2005, sendo que em 2007 eram de 1.178 bolsistas em um universo de 6.597 estudantes matriculados, assim, os autores reconheceram que:

O ProUni favorece a possibilidade de um maior contingente de jovens ingressarem nas universidades, sem deixar de lembrar que a perspectiva da ação afirmativa na educação não é apenas essa ampliação, mas a implementação de ações complementares para assegurar a permanência e o sucesso nesse nível de formação, como revisão dos projetos políticos pedagógicos e a ampliação de recursos materiais. (OLIVEIRA; MOLINA, 2012, p. 756)

Felicetti e Fossatti (2014), que estudaram a questão da evasão nos cursos de licenciatura em uma instituição de Ensino Superior privada de cunho filantrópico, puderam constatar que as oportunidades do ProUni corroboraram para a fidelização dos alunos nos cursos de licenciaturas, indicando que a frequência de evasão foi menor entre os bolsistas quando comparado aos não bolsistas, com evasão de 30% perante 41,2% entre os não bolsistas do ProUni.

Rossetto e Gonçalves (2015) relatam que ao longo da história o ensino superior foi constituído por uma elite de maior renda e que a qualidade da educação era percebida na rede pública e isso refletia diretamente na desigualdade socioeconômica, como também na formação educacional do ensino superior, e que o ProUni através de sua política de cotas “[...] em princípio, está de acordo com a teoria de igualdade de oportunidades, pois focaliza grupos sociais considerados em desvantagem”.

Felicetti (2014), analisou o comprometimento do aluno Prounista, abordou o acesso, a persistência e sua formação. Evidenciou, em seus resultados, a ampliação do acesso ao ensino superior de alunos originários de grupos minoritários, sendo estes capazes de superar as dificuldades que permearam o período acadêmico. Isso, resultou em satisfação pessoal, impactou de forma positiva as pessoas do núcleo familiar e contribui ao engajamento para o emprego, conforme ressaltado na fala de um prounista:

Enquanto bolsista, tive a oportunidade de me dedicar mais à faculdade, pois antes de ser bolsista eu trabalhava durante a semana e também nos sábados e domingos para poder pagar a faculdade, o que fazia sobrar pouco tempo para me dedicar mais aos estudos. Com a bolsa, pude deixar o trabalho de sábado e domingo, que gerava, além do cansaço físico, um enorme cansaço mental, e pude me dedicar a estudar, ler mais livros. (FELICETTI, 2014, p. 536)²²

Oliveira e Bock (2016), em seus artigos, salientam que a desigualdade social não é constituída apenas de uma dimensão objetiva, “[...] que se refere às desigualdades na distribuição de renda que marcam as relações sociais existentes a partir do sistema capitalista”, mas que a desigualdade social é também caracterizada por uma dimensão subjetiva, formada inclusive por aspectos psicológicos. Essa inserção de novos alunos nos *campi* universitários trouxe uma realidade diferente do passado, uma vez que até então eram ocupados tão somente ou prioritariamente pela elite, descrito assim por um prounista:

²² Fala de trecho de entrevista no trabalho de Felicetti (2014)

Essa oportunidade me fez conhecer uma profissão pela qual fiquei encantado: serviço social. Durante a palestra da profissional... percebi que o assistente social, pode oferecer um trabalho para pessoas vulneráveis e colaborar para a inclusão delas na sociedade... Enfim, depois de tudo, me decidi mesmo pelo curso de serviço social. Sabia que não ia ganhar um salárioooo, assim como nas outras profissões que tinha pensado, mas era o que eu queria fazer e pra mim... mais importante que o dinheiro numa profissão é a satisfação de estar realizando um trabalho que contribua com a conquista de uma sociedade mais justa, mais humana, menos desigual. (OLIVEIRA; BOCK, 2016, p. 309)²³

Karnal *et al* (2017), em seus estudos, objetivaram caracterizar os fatores de proteção para cursar uma graduação através de prounistas oriundos de uma Instituição de Ensino Superior privada do Rio Grande do Sul, resultou que o ProUni beneficiou famílias mais carentes financeiramente, sendo afirmado por alguns alunos bolsistas, serem os primeiros da família a cursar uma graduação.

Felicetti (2014) enaltece as oportunidades que o ProUni trouxe aos bolsistas, sendo “[...] a oportunidade de realização do sonho de um grande número de egressos do ensino médio que, sem ele, não teriam perspectivas de realizar um curso de nível superior”, Oliven (2017), expressou-se nesse sentido, apesar das críticas, que “[...] o ProUni se mostrou uma oportunidade, de fato, para famílias que em geral não têm histórico de escolarização superior e se disseminou entre segmentos pobres da população como uma chance de progredir nos estudos”.

Através dos artigos selecionados notamos que o ProUni foi a porta de entrada para milhões de estudantes; sem o programa não teriam condições financeiras de atingirem o ensino superior. Oportunizou aos beneficiários o acesso ao conhecimento, à titularidade de um curso superior, resultando em maior chance de ingresso ao mercado de trabalho, amenizando assim as diferenças sociais.

A seguir passamos a expor sobre a inserção de classes no ensino superior, abordando as classes menos favorecidas econômica e socialmente no Programa.

²³ Fala de trecho de entrevistado no trabalho de Oliveira e Bock (2016)

3.3.1 A inserção de classes no ensino superior

A inserção de determinadas classes sociais em qualquer programa ocorre através de lutas de grupos, pesquisas de campo realizadas por pesquisadores, de políticos que militam por determinadas classes sociais e raciais, sociólogos, professores, entre outras profissões que estudam a sociedade como um todo.

Assim sendo, a primeira parte da pesquisa desenvolve o processo histórico do ensino superior e aborda as lutas desenvolvidas por grupos que trouxeram à tona a necessidade de políticas públicas específicas para a inserção das classes sociais historicamente excluídas no ensino superior brasileiro, como foi o caso do trabalho de Neves, Raizer e Fachinetti (2007).

Neste contexto, ocorre, portanto, uma enorme revalorização do conhecimento como fonte de orientação do progresso da sociedade. É fundamental, por isso mesmo, a administração racional do conhecimento, sua geração, difusão e aplicação. A educação volta ao centro das preocupações das políticas públicas e dos projetos privados. (NEVES; RAIZER; FACHINETTO, 2007, p. 04)

Tais políticas, conforme analisadas nos trabalhos pesquisados, são fundamentais para os avanços da equidade, no intuito de pertencimento de determinados grupos no ensino superior, porque o ensino superior no Brasil não é um mero atributo de conhecimento aos estudantes, como também a porta de entrada para o mercado de emprego qualificado e pertencimento da sociedade de forma mais plena.

Neves, Raizer e Fachinetti (2007) destaca que, apesar do crescimento expressivo do ensino superior no Brasil, não foi suficiente para atingir a raiz do problema, pois permite que apenas uma pequena parcela de estudantes atinja o ensino superior, e que ainda “persiste a realidade de uma pirâmide educacional ainda perversa”, frente ao grande contingente de alunos que ainda poderiam ter acesso ao ensino superior.

Felicetti e Fossatti (2014) chamam a atenção para o crescimento da educação superior, sendo fruto do grande contingente de alunos do ensino médio.

Essa demanda é resultado do aquecimento da economia brasileira, do aumento do poder aquisitivo da população e da democratização da educação brasileira ocorridos nas últimas décadas, cenário que oportunizou o aumento do número de estudantes no Ensino Médio e por extensão a procura por uma formação de nível superior ao concluírem o secundário. (FELICETTI; FOSSATTI, 2014, p. 266)

Nesse sentido, Andriola e Barrozo Filho (2020) também destacam o fato de haver uma pequena oferta de vagas nas instituições públicas, como também ressaltam as condições

desfavoráveis de permanência no ensino superior, e que estas duas questões coexistem “[...] com o fenômeno da democratização do acesso do alunado ao campus brasileiro”, e que isso é agravado à medida que os estudantes devem superar “barreiras,” quase intransponíveis, “[...] para ingressar nas reduzidas vagas das universidades públicas, se comparadas ao amplo número daquelas oferecidas no setor privado”.

Já no setor privado, que é o maior detentor de instituições de ensino superior no país, representando 75,8% das matrículas, sobram vagas, o que não favorece a grande massa dos estudantes que pretendem cursar uma faculdade, pois são pagas, como ressalta Amaral e Oliveira (2011):

Uma das questões mais relevantes sobre a educação superior no Brasil diz respeito à ampliação do acesso a esse nível de ensino de uma população que conclui o ensino médio, pretende seguir seus estudos e não encontra condições de ingresso. (AMARAL; OLIVEIRA, 2011, p. 25)

Diante dessa dificuldade de acesso ao ensino superior, a fim de atingir esta parcela, ou mesmo atingir uma parte desta parcela da população, viu-se a oportunidade através do ProUni. Na perspectiva de Saraiva e Nunes:

Estes surgem no contexto da educação superior brasileira como forma de ampliação do acesso a esse nível de ensino para pessoas pertencentes a grupos minoritários (alunos egressos do ensino público, afrodescendentes, indígenas, portadores de deficiência física e outros). (SARAIVA; NUNES, 2014, p. 528)

Oliveira e Molina (2012) destacam o acesso ao ensino superior através de políticas públicas é uma oportunidade aos estudantes em sua maioria na faixa etária de 18 a 24 anos como forma de “[...] inclusão das camadas sociais menos favorecidas”, principalmente na busca da diminuição das desigualdades ao acesso ao ensino superior, mesmo que em contrapartida o governo tenha que optar pela renúncia fiscal para atender a essa demanda de alunos.

A renúncia fiscal é uma isenção tributária, que, de forma legal, permite a não tributação em determinado bem ou serviço, e ocorre quando o governo dispensa o recebimento de certos tributos com o intuito de desonerar determinado setor da economia, em benefício ou em prol da economia ou de programas sociais: neste caso específico, o ProUni.

No entanto, conforme dados do governo, através de levantamento divulgado pela Secretaria da Receita Federal, demonstra que a renúncia fiscal da União em decorrência do ProUni foi bem aquém do que se imaginava.

Quando o ProUni foi instituído, o Ministério da Educação estimou que a União deixaria de arrecadar R\$ 197 milhões. De acordo com este cálculo, a verba seria revertida em bolsas de estudo a um custo 80% mais barato que o do Financiamento Estudantil (Fies), outro programa de inclusão no ensino superior do MEC. Ou seja, cada vaga representaria 20% do valor de uma vaga no Fies. (BRASIL, 2021)

Apesar da renúncia fiscal do governo frente aos tributos federais, que deixam de ser recolhidos pelas instituições privadas, reconhecemos que o ProUni veio para beneficiar milhões de jovens das camadas mais baixas da população, dentre eles, pretos, pardos e indígenas, contribuindo para o enfrentando da desigualdade.

3.2.2 Ações afirmativas e equidade no ProUni

As ações afirmativas como destacado anteriormente podem ser tratadas como “remédios” necessários para o combate das desigualdades e da promoção da igualdade, que pautado na legislação, objetiva garantir democraticamente os direitos à dignidade da pessoa humana, isso porque, conforme Neves, Raizer e Fachinetto (2007), a “educação superior no Brasil apresentava-se, até muito recentemente, como um domínio reservado aos jovens provenientes das camadas mais ricas da população”.

As políticas públicas de ações afirmativas são características fundamentais em uma sociedade como o Brasil, principalmente no combate a uma herança histórica de perseguição aos indígenas, de escravidão e racismo contra a população negra ocorrida por séculos. Assim destaca Santos (2012):

A implementação de ações afirmativas no ensino superior público e, mais especificamente, a adoção de políticas de cotas nas universidades públicas do País ocupam um lugar de destaque tanto no que diz respeito às polêmicas em torno dessas medidas compensatórias como no que se refere à produção acadêmica sobre o tema. (SANTOS, 2012, p. 771)

Desse modo, o Prouni tem buscado minimizar as desigualdades, corroborando com a reserva de bolsas integrais e parciais a pessoas com deficiência e aos autodeclarados indígenas, pretos e pardos, como assevera Casali e Mattos (2015): o ProUni “[...] é uma

política inclusiva e de ação afirmativa que tem contribuído para a notável mobilidade social verificada no País, na última década (BRASIL, 2012b) e tem expressivo alcance histórico e cultural”.

Andriola e Barrozo Filho (2020) também ressaltam a importância do programa para a diminuição das desigualdades, com o cunho da discriminação positiva²⁴, com vistas a correção de prejuízos sofridos por grupos raciais na história brasileira e que “O programa configura-se como importante política pública de natureza afirmativa, voltada a facilitar o acesso e incrementar a discriminação positiva, com a característica de não ter nenhum ônus para o aluno”, bem como na busca da equidade. Os autores ressaltam “[...] o que se busca é um sistema inclusivo, de massas, sem restrições e amarras, que proporcione oportunidade de formação isonômica”.

Oliveira e Molina (2012) destacam que as ações afirmativas “[...] estão fundadas no princípio da equidade, enquanto as políticas de cotas, de preferência e de permanência são a operacionalização desse princípio”, bem como resalta o aspecto constitucional do Programa como sendo:

O fulcro normativo da ação afirmativa é o conceito de igualdade substantiva ou material daquilo que a democracia formal define como o que todos devem ter acesso: igualdade de todos perante a lei, igualdade substancial de oportunidade e tratamento. No caso brasileiro, a Constituição de 1988, art. 13, Inciso IV, garante a igualdade como direito de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (OLIVEIRA; MOLINA, 2012, p. 749)

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 preza pelo princípio da isonomia, previsto no art. 5º, caput, no qual preceitua que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (Brasil, 1988). Assim, o sentimento de igualdade pauta-se pelo tratamento justo a todos aqueles que de alguma forma não atingiram a plenitude de seus direitos básicos e fundamentais, como, por exemplo, o acesso ao ensino superior.

Portanto, igualdade, conforme afirma Nunes (2000), não deve ser levada em consideração apenas no aspecto formal da lei constitucional, de forma fria, mas sim de forma mais ampla e concreta, buscando corrigir suas desigualdades:

²⁴ Definida como a possibilidade de atribuição de tratamento diferenciado a grupos historicamente discriminados com o objetivo de corrigir desvantagens causadas pela discriminação negativa – a que causa prejuízos e desvantagens. Políticas de ação afirmativa – que estabelecem tratamento discriminatório a fim de corrigir ou compensar a desigualdade – são exemplos de discriminação positiva. (Almeida, 2019, p. 23)

O conceito de justiça deve inculcar no intérprete do Direito não uma mecânica de inserção automática dos casos concretos à letra nua das normas escritas, a exemplo do que pretende alguns, mas sim, concentrar essencialmente as virtudes da equidade, da dinâmica, da justa distribuição de méritos e deméritos. (NUNES, 2000, p. 32)

Rui Barbosa (1999) abordou, em seu livro “Oração ao Moços”, a questão da igualdade, de forma a exprimir aqui mais claramente o significado da isonomia:

“A regra da igualdade não consiste senão em quinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desiguam. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade”. (RUI BARBOSA, 1999, p. 26)

Outro ponto além do reconhecimento de grupos minoritários é a falta de professores no ensino público, atrelado aos baixos salários e às condições de trabalho. Felicetti e Fossatti (2014) destacam que o ProUni trouxe a possibilidade aos profissionais que atuam na rede de ensino sem formação acadêmica a oportunidade de cursar o ensino superior sem onerar seus gastos com educação. Assim, os autores, trazem em seus trabalhos que o ProUni de forma geral vem contribuindo para o alcance da Meta 12 do Projeto de Lei acerca do PNE, decênio 2011-2020:

A relação entre grupos minoritários e a formação de professores está na possibilidade de acesso à Educação Superior oferecida aos docentes já atuantes na Educação Básica via programas de ações afirmativas tais como o ProUni que possibilita a professores já atuantes na rede pública de ensino, porém não graduados, que realizem a sua formação em nível superior em IES privadas com bolsa integral de estudos, independentemente da renda que têm. (FELICETTI; FOSSATTI, 2014, p. 272)

Saraiva e Nunes (2011) tratam em seus artigos sobre a efetividade de acesso à educação superior, a partir da ótica daqueles que vivem de forma direta o ProUni, no caso, os beneficiários, que, diante da globalização e da dificuldade de separar a educação do desenvolvimento, o poder público se vê pressionado a criar propostas, como a utilização de recursos públicos, com a finalidade de beneficiar um maior número de pessoas.

Programas sociais efetivos são aqueles em que os envolvidos com a produção ou com a recepção dos programas têm suas expectativas e necessidades satisfeitas. A percepção de realização adquire relevância superior a aspectos mais formais, uma vez que, quando se considera a necessidade de ajustes de programas sociais para considerar as necessidades dos cidadãos, é a efetividade o parâmetro de desempenho em questão, pois é a racionalidade social que define e avalia o alcance de resultados. (SARAIVA; NUNES, 2011, p. 949)

Assim também Felicetti (2014) vê que os programas de ação afirmativa efetivados pelo governo e colabora para a ocupação das vagas ociosas no setor educacional privado. Além disso, proporciona o acesso de um novo perfil de estudantes à educação superior. “Isso significa dizer que o objetivo de medidas de ações afirmativas é produzir igualdade real entre as pessoas e, em extensão, contribuir para a diminuição das desigualdades educacionais e sociais entre elas”.

Caregnato e Oliven (2017) observam que as desigualdades de oportunidades ainda persistem em nossa sociedade, tomando por base “[...] resultados de pesquisas sobre concentração de renda, desigualdades regionais, raciais, de gênero e educacionais mostraram um país rico e extremamente desigual”. A Constituição de 1988 foi um passo importante para o reposicionamento perante as desigualdades e que “[...] a igualdade passa a ser vista no seu aspecto material e não apenas formal”, no entanto, “[...] observa-se que as desigualdades de oportunidades persistem com a menor informação sobre as políticas inclusivas na educação superior no setor público entre os grupos menos favorecidos”.

Rossetto e Gonçalves (2015), na tratativa da equidade no ensino superior, argumentam que a justiça distributiva observando as ações afirmativas, seguem “[...] critérios coerentes entre si e aderem aos princípios de igualdade de oportunidades como um todo” e as [...] características não controláveis pelos indivíduos, como sua procedência familiar”, não fossem determinantes para definição de posições na sociedade.

Mongim (2016) destaca que as ações afirmativas no ProUni são frutos provenientes de lutas e reivindicações sociais.

O designado processo de inclusão no Ensino Superior, reivindicado por representantes de diferentes movimentos sociais e levado à frente por implementação de recentes políticas de ação afirmativa, vem assumindo contornos polêmicos e instituindo um acalorado debate, tanto no espaço público como no campo acadêmico, como demonstram, entre outros. (MONGIM, 2016, p. 805)

Ristoff (2014) discute em seu trabalho que a criação de novas universidades e novos campi das universidades federais, bem como a criação de programas como o ProUni, o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies), o novo FIES, entre outros, iniciaram “[...] uma alteração do perfil socioeconômico do estudante de graduação do campus brasileiro”.

Utilizando como fonte principal o questionário socioeconômico do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade), Ristoff (2014) constatou que o campus brasileiro é “[...] cerca de 20% mais branco que a sociedade brasileira”, que, com o aumento das IES e de programas sociais criados nas últimas duas décadas, acabou por mudar o perfil dos estudantes no campus universitário:

Embora a expansão possa ser tida como comum às políticas para a educação superior das duas últimas décadas, fica evidente que enfáticas políticas mais recentes de inclusão dos grupos historicamente excluídos deste nível educacional começam a alterar significativamente o perfil do estudante de graduação (RISTOFF, 2014 p. 07)

Nessa esteira, Amaral e Oliveira (2011) concordam com o ProUni como sendo uma política de ação afirmativa com um viés para “[...] reverter as tendências históricas que conferiram às minorias e às mulheres uma posição de desvantagem, principalmente nas áreas de educação e emprego”, permitindo uma maior diversidade no acesso ao ensino superior através da rede privada.

Dessa forma, pode-se assegurar que as ações afirmativas e a equidade no ProUni, tem como objetivo atender as diferenças e desigualdades entre os alunos, garantindo que o Programa busca equalizar as normas e os procedimentos legais entre os indivíduos, levando em consideração as desigualdades dos participantes.

Como uma das perguntas deste trabalho é tratar a desigualdade social, e se é possível combater a desigualdade social através do ProUni, é o que passaremos a analisar no próximo tópico.

3.3.3 O combate à desigualdade social através do ProUni

Conforme já destacamos no início deste trabalho a desigualdade social atinge a sociedade e impede que determinada parcela da população atinja seus objetivos em todos os âmbitos, especificamente no ambiente educacional. Para que isto não se perpetue em nosso país as políticas públicas educacionais demonstram ser fundamentais para o enfrentamento de tal desigualdade.

Deste modo, o ProUni busca ao menos minimizar a desigualdade social no ambiente educacional, apesar das controvérsias de alguns autores que permeiam o programa, como é o caso do estudo feito por Oliveira e Molina (2012) sobre a ambiguidade do programa.

Dessa forma, o ProUni é visto como um programa de cunho social, que visa diminuir as desigualdades de acesso ao ensino superior no Brasil, sendo, ao mesmo tempo, extremamente questionado por ser considerado como uma ação do governo que, em última análise, beneficia as instituições de ensino superior privadas (OLIVEIRA; MOLINA, 2012, p. 752)

Alguns autores dos trabalhos selecionados abordaram a desigualdade social no ambiente estudantil em seus trabalhos e destacaram a importância do combate à desigualdade através do ProUni.

Saraiva e Nunes (2011) salientam que o programa serviu de alternativa ampliadora na oferta de vagas na educação superior por meio da parceria entre governo e as IES privadas, como instrumento de inclusão social, capazes de serem mensuradas quanto aos efeitos da “[...] inclusão educacional superior no desenvolvimento do país e aos impactos na diminuição das desigualdades econômicas e raciais”.

Casali e Mattos (2015) citam que o debate sobre a inclusão social é complexo, em decorrência de “[...] alguns autores consideram as políticas de ação afirmativa apenas como medidas compensatórias;” por outro lado, outros autores [...] reconhecem nessas ações a possibilidade de o Estado cumprir sua responsabilidade, a partir do princípio das políticas de inclusão”. De acordo com os autores, geralmente, o termo “inclusão social” está “[...] relacionado ao objetivo amplo das ações afirmativas e geralmente se refere à ideia de consolidação de direitos e exercício da cidadania”.

A diversidade de termos utilizados nas discussões sobre o PROUNI indica que o conceito carece de aprofundamento; com efeito, em apenas um grupo pequeno de estudos há análises mais consistentes relacionadas a inclusão social, ações afirmativas, equidade, políticas públicas voltadas aos grupos vulneráveis da sociedade, atendimentos aos grupos excluídos. (CASALI; MATTOS, 2015, p. 694)

Santos (2012), na busca por traçar o perfil socioeconômico dos alunos beneficiários, constatou que o programa funcionou como um mecanismo positivo na diminuição das desigualdades através da inserção de grupos historicamente excluídos da educação superior, contudo, notou uma distância na convivência dos alunos bolsistas e não bolsistas:

Essa diferença social entre os estudantes é vivida de forma intensa pelos bolsistas de nossa amostra, havendo mesmo um distanciamento entre alunos bolsistas e não bolsistas. Contudo, o fato de não existir uma maior interação entre os dois grupos não é interpretado enquanto práticas de discriminação social ou racial por parte dos alunos pagantes, mas sim como resultado da percepção das desigualdades de

origem social existentes entre eles e de identificação com outros bolsistas. (SANTOS, 2012, p. 788)

Ribeiro e Guzzo (2017) conseguem acentuar mais a questão da discriminação social sofrida por parte dos prounistas, uma vez que seus artigos tiveram como objetivo analisar a consciência dos estudantes bolsistas do programa a partir da concepção que os mesmos tiveram na inserção nas IES, frente à circunstância em que viveram, a partir de entrevistas feitas aos bolsistas. Como exemplo o transcrito abaixo:

Muitos simplesmente ignoram a nossa existência aqui e acham um insulto quando dizemos desigualdade social. Insulto (...) é um professor dizer na sala que todos ali presentes eram da classe A. Insulto é ter que comer salgados para economizar ou o custo que temos com xerox, livros e outras coisas, que ninguém liga para como faremos para pagar. (...) [Precisamos] mudar essa agressão mascarada que sofremos! (RIBEIRO; GUZZO, 2017, p. 425) ²⁵

Rossetto e Gonçalves (2015) ponderam que, “[...] a partir de determinado momento, com igualdade de oportunidades estabelecidas, a sociedade não deve mais se preocupar em compensar as desigualdades” e que, a partir de então, a meritocracia será o ponto de competição entre os indivíduos, não mais necessitando da ajuda da sociedade ou do estado, “[...] beneficiando-se apenas dos próprios esforços”. Os autores analisam que as políticas públicas voltadas à educação apresentam critérios distintos para a focalização dos subsídios e a forma como se apresentam as políticas de ações afirmativas contribuem com a diminuição das desigualdades, porém, são incapazes de sanar todos os problemas da desigualdade da educação. Salientam que “[...] o ProUni tem como principal debilidade a incapacidade de expandir-se na mesma proporção que a demanda, pois está restrito às desonerações fiscais geradas com a concessão de bolsas”.

Mongim (2016) acena para a dificuldade de convívio dos bolsistas com as diferenças vividas dentro do ambiente escolar, mesmo que o contentamento de estar ou de ter conseguido o acesso ao ensino superior e as dificuldades relatadas pelos bolsistas em seu estudo, “[...] revelou sentimentos de autoexclusão e de discriminação”, mostrando que a desigualdade social também se expressa no convívio com as diferenças:

O processo de mobilidade é construído entre muitos dilemas e constrangimentos. A inserção em um novo universo de significados traz à tona sentimentos e sentidos diversos reveladores, muitas vezes, do dilema inerente à condição de ser

²⁵ Fala de trecho de entrevistado no trabalho de Ribeiro e Guzzo (2017)

universitário e bolsista. Mesmo que o outro não seja objetivamente definido, há, por parte da maioria dos estudantes, a sensação de que a vida transita entre dois mundos, em universos simbólicos diferentes. Por isso, ao mesmo tempo em que o acesso à nova posição é comemorado, a percepção da alteridade pode se apresentar como um desafio. (MONGIM, 2016, p. 816)

Ristoff (2014) evidencia que as ações afirmativas abriram importantes espaços para os alunos oriundos das escolas públicas e para grupos sociais sub-representados. Políticas como o ProUni, apesar de sanar uma parcela de desigualdade no ensino superior, nos remete para o quanto ainda há para ser feito, principalmente considerando que esta mudança não permaneça apenas nos cursos menos prestigiados e “[...] esta mudança se estenda efetivamente a todos os cursos de graduação, em especial aos de alta demanda, para que se possa ter um campus mais justo e com mais cara de Brasil”.

Assim, passaremos ao próximo tópico que trata da questão racial no ProUni, o que mudou para este grupo, quais os benefícios e barreiras enfrentadas para o acesso e permanência ao ensino superior.

3.3.4 A questão racial no Prouni

O programa ProUni reserva vagas para candidatos pretos, pardos, indígenas e que tenham algum tipo de deficiência, porém com algumas diferenças. O pano de fundo desta política pública é o enfrentamento da desigualdade. A reserva de vagas para candidatos pretos, pardos e indígenas é obrigatória no Prouni desde a Lei nº 11.096, que instituiu o programa: “II - percentual de bolsas de estudo destinado à implementação de políticas afirmativas de acesso ao ensino superior de portadores de deficiência ou de autodeclarados indígenas e negros”. (BRASIL, 2005).

De acordo com o artigo 7º do programa, “O percentual de que trata o inciso II do caput deste artigo deverá ser, no mínimo, igual ao percentual de cidadãos autodeclarados indígenas, pardos ou pretos, na respectiva unidade da Federação”, segundo o último censo da Fundação IBGE, porém, os candidatos que escolherem concorrer às vagas reservadas, "competirão" apenas com os outros participantes que também escolheram aquele tipo de concorrência.

A comprovação de raça é autodeclaratória, não necessitando de comprovação, ficando por conta do candidato a declaração de sua raça, assim como no censo realizado pelo

IBGE, diferentemente dos estudantes com algum tipo de deficiência, que deverão apresentar um documento com o CID durante a matrícula.

De acordo com Marques (2016), em relação aos indígenas, o acesso à educação superior representa a oportunidade de adquirir uma profissão, sendo a possibilidade de alavancar o seu futuro, como também daqueles que estão ao seu convívio. É preciso enfatizar o enfrentamento da desigualdade como pano de fundo desta política pública.

Oliveira e Molina (2012), em se tratando da questão racial no ProUni, afirmam que sua implantação foi “[...]enfatizado a partir dos debates sobre as políticas afirmativas em prol do acesso ao ensino superior, desencadeou mobilização para as práticas institucionais diferenciadas”, no entanto a falta de informações sobre os estudantes negros que frequentam os cursos da instituição, dificulta uma análise mais apurada dos segmentos nas IES.

Mongim (2016) ressalta o movimento negro, como instrumento de luta para a redução das desigualdades de oportunidades para negros, com o implemento de ações afirmativas que garantam o ingresso no Ensino Superior “[...] especialmente através da reserva de cotas para negros, oferecidas nas universidades públicas”, como também na IES privadas através do ProUni.

Caregnato e Oliven (2017) traçam alguns limites salientando que as questões raciais não estão nas prioridades a serem tratadas pelas pessoas brancas, especialmente as que detêm alto nível de rendimento e escolaridade. Por tal perspectiva, a discrepância de oportunidades educativas, persiste na desigualdade vivida pelas diferenças de classe social e racial, permitindo a criação de instrumentos capazes de corrigir ou ao menos atenuar as disparidades através de políticas públicas:

Com base nesses atos legais, pessoas provenientes de famílias com baixa renda que estudaram em escolas públicas aumentaram suas chances de continuar seus estudos em nível superior. Através desses dispositivos, especial atenção foi dada às populações negra e indígena. (CAREGNATO; OLIVEN, 2017, p.172)

Ribeiro e Guzzo (2017), que trataram de analisar a consciência de bolsistas do ProUni, partindo da compreensão apresentada por estes sobre sua inserção e vivência na graduação, os autores não conseguiram ter uma afirmação sobre os benefícios do programa aos negros, “[...] já que poucos negros e pardos participaram da pesquisa”.

Saraiva e Nunes (2011) abordam em seu artigo que a população tem se posicionado cada vez mais contra a exclusão, visando à diminuição das desigualdades, e que os programas sociais desenvolvidos pelo governo norteiam não somente para elevar a oferta,

mas, acima de tudo, a promover a inclusão. Os autores destacam que a educação superior é um campo fértil:

Para a promoção de transformações, da independência das pessoas com necessidades especiais, do conhecimento, e, acima de tudo, da inclusão de grupos minoritários como afrodescendentes, indígenas, mulheres e menos favorecidos financeiramente, bem como amenizar os problemas que possam ocorrer em consequência de sua condição. (SARAIVA; NUNES, 2011, p. 947)

Rossetto e Gonçalves (2015) fazem uma comparação dos resultados econométricos, apontando “incoerências no direcionamento das políticas de equidade de acesso ao ensino superior do período” analisado em seus estudos de 2008 a 2010:

Por exemplo, alunos das IES públicas sem cotas apresentaram condições socioeconômicas superiores às de quase todos os demais grupos avaliados e recebem educação gratuita, enquanto alunos em condições piores, como os do ProUni, não têm educação gratuita na média (quando consideradas bolsas parciais). Outro resultado é que a política de cotas no período privilegia mais o critério de cor que o de renda, quando comparado com o ProUni. Esse resultado poderá ser influenciado pela nova lei de cotas, que dá prioridade ao critério “Ensino Médio público”, seguido de renda e raça. (ROSSETTO; GONÇALVES, 2015, p. 793)

Com a grande demanda pelo ensino superior a partir de 1990, conforme Mongim (2016), expandiram-se no Brasil movimentos sociais que versaram “[...] especialmente os cursos pré-vestibulares alternativos, gratuitos ou sem fins lucrativos”. Diante das reivindicações e lutas do movimento negro, buscou-se a criação de ações afirmativas para diminuição das desigualdades no ensino superior, “[...] essas organizações, no Brasil, têm atuado na defesa de políticas que garantam o ingresso no Ensino Superior, especialmente através da reserva de cotas para negros, oferecidas nas universidades públicas”, e com isso o Prouni ganhou espaço nas pautas de análises acadêmicas no setor educacional privado.

Aqui, Ristoff (2014), corrobora com a inclusão dos grupos historicamente excluídos no ensino superior através de políticas inclusivas muda mesmo que lentamente cursos frequentados exclusivamente pela elite, como exemplo o curso de Medicina, que “torna-se a cada edição menos branco, auxiliado em grande parte pelo Prouni e pelo Fies, nas IES privadas, e pela Lei de Cotas, nas Instituições Federais.”

Catani, Hey e Gilioli (2006), ao tratarem que o ProUni é um instrumento de democratização da educação superior no Brasil ou apenas um estímulo à expansão das IES privadas, fazem uma crítica quanto ao programa por ser comumente visto como mais uma

política pública, “[...] particularmente por abrigar o preceito das cotas, mas destaca-se o fato de manter uma sistema de ensino nos moldes privatizantes traçados durante os anos”. Notou-se que a baixa renda enfrentada principalmente por negros e pardos, criou-se a necessidade de implementar alguns ajustes ao programa:

Para enfrentar a dificuldade de preencher as vagas (em especial bolsas parciais destinadas às cotas étnicas, que tiveram baixa procura, pois a renda familiar do segmento muitas vezes não permite arcar com 50% ou 75% das mensalidades), o MEC estabeleceu que os estudantes com meia bolsa teriam mais 25% do valor do curso financiados pelo FIES. (CATANI; HEY; GILIOLI, 2006, p. 133-134)

Notou-se que o Prouni foi um grande precursor para o acesso de negros, pardos e indígenas no ensino superior privado. Como destacado por alguns autores, o programa vem contribuindo para a diminuição das desigualdades, porém, muito ainda tem que ser feito para que alguns cursos como medicina e psicologia, sejam mais equânimes na questão racial em comparação à população brasileira. Assim conclui-se, serem grandes os desafios para que o programa se consolide e beneficie as camadas menos favorecidas.

3.3.5 A realização pessoal através do ProUni

O ensino médio, para tantos é a preparação para uma nova jornada, que é o ensino superior. Infelizmente para muitos o final de uma jornada nos bancos escolares, que ficaram ainda no caminho e não conseguiram sequer a conclusão do ensino médio. Para os que conseguiram chegar ao final, a glória, principalmente para aqueles que tanto almejam uma formação acadêmica, uma porta para um novo mundo, enfim, a realização de obter uma profissão.

As dificuldades para alcançar o ensino superior, permanecer e se sagrar formados é o grande desafios para muitos universitários. Afinal como sabemos, muitos ficam pelo caminho, poucos enfim chegam ao topo, pois a escalada até o final foi cheia de tropeços e dificuldades, principalmente aos menos favorecidos econômico e socialmente.

Sabemos que o ensino vai além, mas até aqui consideramos o “grand finale” na educação, como sendo a conclusão do ensino superior. Afinal, a realização pessoal pela formação superior, é a porta de entrada para um mundo de oportunidades para grande parte dos formandos e para outros a frustração pela falta de emprego ou mesmo pelas portas que não foram abertas.

Trazer esta questão ao nosso trabalho é trazer o que o aluno sente ao término de um curso superior, especificamente pelos prounistas. A partir de então tentaremos trazer aqui a sensação captada por alguns autores e através de fragmentos trazidos em entrevistas dos bolsistas que conseguiram o acesso ao ensino superior.

Saraiva e Nunes (2011) destacam alguns pontos que o programa trouxe aos bolsistas no aspecto as oportunidades que indiretamente lhes foi proporcionado com o acesso ao ensino superior: “[...] o ProUni neste caso emancipa o estudante a ponto de ele projetar um futuro em que atuará como empresário, conforme a seleção lexical “estou pensando em ter um projeto de abrir um negócio pra mim”. Em outro aspecto, os autores ressaltam para o lado da realização pessoal dos prounistas: “[...] estudar no nível superior implica a criação de expectativas associadas à autorrealização, o que traz melhoria da autoestima, o que implicitamente se pressupõe que também no nível pessoal.” Pelos autores ficou explícita a percepção da efetividade do programa, principalmente através da fala dos bolsistas.

Hoje estou numa posição bem melhor, num serviço mais confortável e que me dá uma expectativa de aprendizado tanto na área que estudo, quanto de melhoria salarial, então houve muita mudança. (entrevistado 10)

Eu pretendo ter meu próprio negócio...não quero entrar em nenhuma empresa [...] então estar estudando, serviu para abrir minha mente, ter mais conhecimentos, ter uma visão mais aberta de mundo [...] para ter meu próprio negócio. (entrevistado 6)²⁶

Felicetti (2014), ressalta que os resultados positivos do ProUni, se consolidam através do comprometimento dos bolsistas egressos pesquisados em seu trabalho, deixando evidente que os esforços políticos educacionais são importantes, porém, “[...] o esforço pessoal, que é caracterizado por como, o quê, quanto e quando o aluno estuda, reflete a essencialidade do comprometimento com a aprendizagem.” Assim, políticas e esforços pessoais se entrelaçam para a realização pessoal.

As conquistas e/ou perspectivas de uma formação em nível terciário sinalizam melhorias econômicas no contexto familiar e também consolidam o ProUni na sociedade, pois como escrevem alguns egressos: “quanto mais pessoas o utilizarem, melhor será o povo em longo prazo” (E32F); e como afirma outro egresso, “minha família e eu acreditamos que a educação é a base de um mundo melhor. Muito obrigada, ProUni!” (E45F). E outro respondente: “Só a possibilidade de ver o sonho de um realizado já é estimulante, imagine quando esse sonho é coletivo” (E119M). O Programa Universidade para Todos representa a oportunidade de realização do sonho de um grande número de egressos do ensino

²⁶ Trecho de entrevistados, na pesquisa de Saraiva e Nunes (2011)

médio que, sem ele, não teriam perspectivas de realizar um curso de nível superior. (FELICETTI, 2014, 539-540)

Karnal *et al* (2017) abordaram as perspectivas futuras nas quais “[...] as mudanças, aprendizagens e possibilidades proporcionadas pelo curso superior, bem como as perspectivas futuras diante dessa vivência”. E constataram que o acesso ao ensino superior através do ProUni possibilitou obter realizações, sem o qual não seria possível: “[...] os alunos comentaram que o fato de cursar graduação pode proporcionar um futuro melhor e com possibilidades de ascensão profissional”.

Eu acho que em todos os cursos, na verdade, tu tá fazendo de uma certa forma, a diferença na sociedade. De certa forma tu tá devolvendo, pelo menos o que o Estado, ou a própria população tá te dando em tese.

Eu quero olhar o outro como o meu igual e poder ajudar, sabe? E o Direito como qualquer outro curso, a gente pode construir uma sociedade. Eu não to falando isso pra ah... Pode ser uma utopia, mas eu acho que eu tenho que começar, eu tenho que fazer a minha parte.

A minha mochila era uma sacolinha de açúcar, minha mãe amarrava uma sacolinha de açúcar e um cadarço (para ir para a escola). Então eu carreguei isso comigo, sempre dizendo, um dia eu vou melhorar, um dia eu vou estudar, um dia eu vou pra faculdade.

É uma visão pessoal minha, sabe? Eu não quero fazer faculdade pra viver sempre no mesmo lugar. Eu quero ir o mais além possível.²⁷

Notamos que foram poucos os autores que trouxeram em seus trabalhos a questão da realização pessoal, talvez pelo tema trabalhado por cada um deles, porém os que trouxeram, demonstram que os alunos no geral de suas pesquisas ficaram muitos satisfeitos com a conclusão de um curso superior através do ProUni.

3.3.6 Rede de apoio

Vimos até aqui pontos importantes trazidos pelas oportunidades que o ProUni trouxe à milhões de estudantes que conseguiram acessar o ensino superior através do programa. Acredita-se que a rede de apoio é um assunto que não deve ficar de fora desta análise, a qual, muitos prounistas contaram com esta rede para ter acesso, permanência e conclusão de seus cursos.

Santos (2012), traz em seu artigo algumas formas de apoio destinadas aos bolsistas do programa. A autora destaca que a rede apoio na PUC Rio existe antes mesmo da criação

²⁷ trecho de entrevistados na pesquisa de Karnal *et al* (2017).

do ProUni, e que no segundo semestre de 2009, outro tipo de auxílio criado foi “[...] um projeto fruto de uma parceria entre a PUC Rio e a Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)”, que visou a realização de oficinas e atividades didático-pedagógicas não só aos prounistas, mas também aos bolsistas de Ação Social da universidade.

Com o objetivo de melhorar o aproveitamento escolar e diminuir a evasão do aluno bolsista, especialmente pretos e pardos, o projeto promove oficinas de leitura e produção textual, distribuição de material didático, apoio psicopedagógico, visitas a diferentes espaços culturais, projetos de “gestão de carreira”, entre outras atividades. (SANTOS, 2012, p. 775)

A rede de apoio fornecida pela universidade é uma forma de cooperar ou mesmo manter o aluno no curso, e que sem este apoio não teria condições de se manter na universidade. Conforme salienta Santos (2012), o período mais crítico para muitos bolsistas, é no primeiro período da graduação o qual é considerado “[...] um dos mais difíceis de ser “vencido”, porque geralmente, nesta etapa, o aluno não tem acesso aos auxílios”.

Para aqueles que não são contemplados com a ajuda financeira/ material da instituição, a situação é especialmente complicada. Além de residirem em regiões afastadas da Zona Sul e, logo, percorrerem grandes distâncias e/ou enfrentarem trânsito para chegar à PUC-Rio, esses estudantes começam a estagiar ou trabalhar desde os períodos iniciais da faculdade para cobrirem os gastos do dia a dia na universidade e, às vezes, até mesmo ajudarem nas despesas familiares. (SANTOS, 2012, p. 783-784)

Karnal *et al* (2017) destacam que o auxílio aos bolsistas pode ocorrer por uma ação conjunta entre universidade, professores e coordenadores. Relatam que os professores auxiliaram para atender “[...] às primeiras exigências burocráticas e emocionais da graduação”. Em seus estudos mostrou-se também a importância do coordenador na primeira matrícula, chamada de “matrícula orientada”.

O coordenador recebe os alunos e familiares, faz uma breve apresentação do curso e orienta sobre as disciplinas ideais para cursar no primeiro semestre. Após, acompanhar os alunos até o setor de matrículas para a efetivação destas. (KARNAL *et al*, 2017, p. 441)

Karnal *et al* (2017) ressaltam que além da universidade, a família, como rede de apoio, é fator de proteção e incentivo para os ingressantes bolsistas na graduação. Notaram como “[...] apoio social recebidos de pessoas significativas na sua trajetória de vida como a

família” são fatores que contribuem para os alunos continuarem sua trajetória estudantil. Conforme relatado por um dos entrevistados pelos autores que sempre teve incentivo dos pais, e que o estudo era o caminho de uma vida menos árdua na questão do trabalho, e que sempre teve muito incentivo.

Oliveira e Bock (2016) na mesma linha narram que a família tem um papel de grande relevância para os prounistas. Os autores conseguem trazer para seu artigo de forma bem emocionante as narrativas dos entrevistados, que expressam seus sentimentos em relação a conquista do ensino superior, que a família esteve sempre presente neste processo. Como exemplo trazemos aqui a narrativa de Carlos, um dos entrevistados pelos autores: “Eu lembro que como minha mãe trabalhava em várias casas, sempre ganhava muitas coisas, a gente ganhava roupas, brinquedos, livros...”.

Acreditamos que a experiência vivida por Carlos, é a experiência de muitos bolsistas, que convivem diariamente com a dificuldade financeira.

Outro ponto trazido por Oliveira e Bock (2016), é o fato de grande parte dos prounistas serem os primeiros da família a chegar ao ensino superior e no caso de Carlos, “[...]sua mãe teve um papel fundamental nessa conquista”. Conforme sua afirmação:

O sonho da minha mãe sempre foi o de ver os filhos formados, com curso superior. Minha mãe cobrava de mim que não parasse de estudar... sempre foi importante que seus filhos estudassem ... Ela queria que a gente tivesse um futuro melhor do que o que ela teve... Ela foi fundamental para que eu chegar aonde cheguei.

Ribeiro e Guzzo (2017), em estudo feito com alunos de psicologia, vê a rede de apoio como essencial para permanência no ensino superior, e critica a falta deste para os estudantes analisados. “[...] em algumas IES não há nenhum programa que dê apoio aos estudantes visando suprimir vários problemas cotidianos (Serpa & Santos, 2001), inclusive o de permanência na instituição, outra possibilidade de atuação do psicólogo.” Os autores notaram que havia, porém, uma rede de apoio entre os prounistas, para compensação da falta de apoio da universidade.

Ainda assim, os estudantes eram solidários entre si quando precisavam de alguma informação sobre o programa, ou quando P42 foi discriminada na universidade por seus colegas e P41 se propôs a ajudá-la a superar aquela dificuldade (DC02).²⁸

²⁸ Trecho de entrevistado na pesquisa de Ribeiro e Guzzo (2017)

Pires, Romão e Varollo (2019), ressaltam que o esforço despendido pelos alunos do ProUni que não encontra o apoio das instituições sobrecarrega tanto o aluno como a família deste, e que “O sentido do ‘eu me viro’, abrange não apenas o indivíduo, mas também a sua família, indica certo desamparo em relação às instituições escolares que não estariam fazendo a sua parte em propiciar condições para um melhor aprendizado”.

Mongim (2016) ressalta que a rede de apoio transpassa o universo da família nuclear²⁹, salientando que “[...] a possibilidade de deslocamento para uma nova posição social só se torna possível, na maioria dos casos, a partir da constituição de redes de apoio e da interação com agentes que operam como mediadores”, sendo estes personalizados como sendo “[...] membros da família extensa³⁰, professores, colegas de trabalho, mas também e muitas vezes, mediadores do tipo ‘formal-legal’”³¹.

Ainda assim, mesmo com uma rede de apoio que ultrapassa o ambiente familiar, Mongim (2016) não menospreza o apoio da família aos estudantes que de alguma forma conseguiram atingir o ensino superior, e que o apoio dos pais é algo que supera suas condições financeira ou educacional.

Mesmo que não definam até quando estudar e, na grande maioria das vezes, a possibilidade da obtenção de um título universitário não seja vislumbrada, os agentes da família cultivam claramente uma ética da escolarização, segundo a qual aos estudos deve ser dispensado o máximo de atenção, tornando-o possível, ainda que sob condições pouco favoráveis. Compartilham a concepção de que a educação formal constitui-se no maior bem que os pais podem proporcionar aos filhos. (MONGIM, 2016, p. 810)

O relato de um estudante é a realidade clara do que Mongim (2016) destaca em seu trabalho, mostrando o quanto certas famílias se sacrificam para manter os filhos estudando, conforme relatado por Marcos, estudante de psicologia, entrevistado pela autora.

Que eu me lembro meu pai sempre motivou a gente a estudar, nunca disse até quando estudar, se até o segundo grau, eu não me lembro bem ele falando disso, mas sempre falava para estudar. Se precisasse comprar livro, o pouco que ele ganhava ele comprava caderno, o que precisasse. (MONGIM, 2016, p. 810)

²⁹ É compreendida de forma restrita, composta pelos pais e seus filhos. (todamateria.com.br)

³⁰ É compreendida como sendo composta também por avós, tios, primos e outras relações de parentesco. (todamatéria.com.br)

³¹ São posicionados nas organizações e programas governamentais, como é o caso dos técnicos que atuam no Proni, ou afiliados a projetos e programas não governamentais, como aqueles que atuam em cursos do tipo Pré-vestibular para Negros e Carentes (PVNC) organizados pelos movimentos sociais, expressões de um projeto coletivo de ampliar o ingresso na universidade pelas classes populares. (Mongim, 2016)

Argui-se que, o desejo de realização dos alunos, muitas vezes se misturam com o desejo dos próprios pais que não tiveram a oportunidade de acessar o ensino superior, por isso depositam todo o esforço para que os filhos consigam esta realização que por um lado também seria a realização dos próprios pais. E contar com o apoio dos pais, familiares, instituições, grupos e movimentos faz total diferença para os bolsistas.

3.4 Os desafios do ProUni

Apesar dos benefícios do Programa, que proporcionou a milhões de alunos até então o acesso ao ensino superior, os desafios são muitos para esses milhões de beneficiados, que a partir de então serão aqui tratados.

Casali e Mattos (2015) destacam que o ProUni, como uma política de governo, “[...] identificado especificamente como política pública de ação afirmativa” corre o risco quanto ao processo decisório de continuidade, sofrer alterações tanto benéfica, como também prejudicial, uma vez que conflitos políticos e barganhas ocorrem em sua trajetória, podendo ser substituída ou mesmo alterada com as alternâncias de governo.

Por conseguinte, vivemos no momento essa questão, na qual o governo atual se declara contra tais políticas, principalmente quanto às cotas raciais, destacando que o Brasil não sofre com o racismo e que meritocracia³² deveria ser o forte nas conquistas de vagas no ensino superior e em concursos públicos, conforme entrevista do atual presidente Jair Bolsonaro ao Jornal Correio Braziliense:

“Jamais esperava estar aqui. Já ouviram falar isso daí. A imprensa toda contra, os mais variados rótulos. O que mais pegou foi o racismo e a gente demonstra aí que não existe isso em mim. Até digo, né, somos todos iguais. Sempre questioneei a questão de cotas. Acho que a cota eleva o homem pelo cor da sua pele como subalterno ao outro de cor de pele diferente. Somos iguais. O meu sogro é o Paulo Negão”. (SOARES, 2021)

³²A meritocracia se manifesta por meio de mecanismos institucionais, como os processos seletivos das universidades e os concursos públicos. Uma vez que a desigualdade educacional está relacionada com desigualdade racial, mesmo nos sistemas de ensino públicos e universalizados, o perfil racial dos ocupantes de cargos de prestígio no setor público e dos estudantes nas universidades mais concorridas reafirma o imaginário que, em geral, associa competência e mérito a condições como branquitude, masculinidade e heterossexualidade e cisnormatividade. Completam o conjunto de mecanismos institucionais meritocráticos os meios de comunicação - com a difusão de padrões culturais e estéticos ligados a grupos racialmente dominantes - e o sistema carcerário, cujo pretense objetivo de contenção da criminalidade é, na verdade, controle da pobreza e, mais especificamente, controle racial da pobreza. Almeida, Sílvia Luiz. Racismo Estrutural. São Paulo. Pólen, 2019, p. 51.

Caregnato e Oliven (2017) explicitam que a “A oposição à Lei de Cotas permite inferir um apego ao ideal meritocrático por parte de parcela mais privilegiada da população”, o que demonstrou não estar entre as preocupações de boa parte da população branca, que detêm altos índices de renda e escolaridade.

Com base no universo investigado, é possível asseverar que as políticas afirmativas ainda enfrentam problemas de efetivação por limites concretos no acesso à informação por parte da população potencialmente beneficiária e por posturas de não aceitação ou de julgamento negativo por parte de setores sociais mais escolarizados e com maior renda, predominantemente brancos. (CAREGNATO; OLIVEN, 2017, p. 184-185)

Assim, fica demonstrado que nas discussões sobre o racismo, o posicionamento dos grupos que lutam pela igualdade deve continuar ativas, na busca da conscientização coletiva contra preconceitos e discriminações de toda ordem. Conforme enfatizado por Oliveira e Molina (2012):

Essa dimensão permite pensar em outro tópico da nossa reflexão: o Movimento Negro e os deságios ante a constituição da identidade e das desigualdades raciais. Reconhecendo esse movimento como protagonista da conquista de direitos reivindicados pela população negra, surgem desafios de várias ordens: enquanto a comunidade de luta produz sujeitos coletivos, o discurso neoliberal, contaminado pela cegueira racial, enfatiza o indivíduo. Como pensar o posicionamento político coletivo no século 21? É importante ampliar, portanto, as discussões sobre racismo e neoliberalismo, o que remete a mais um tópico desta análise: as políticas públicas para o acesso ao ensino superior, entre o real e o ideal. (OLIVEIRA; MOLINA, 2012, p. 763)

Saraiva e Nunes (2011) chamam a atenção quanto à implementação de programas sociais, por serem “[...] complexa e divergente do nível do planejamento, onde a inclusão pode ser vista apenas como um meio de amenizar as desigualdades sociais”, destacando que o ProUni promove uma política de acesso à educação superior, porém sem a preocupação com a permanência do estudante, “[...] elemento fundamental para a democratização, sendo orientado pela concepção de assistência social e ofertando benefícios, e não direitos, aos bolsistas.

Outro desafio do programa é com relação às bolsas, as quais não são todas integrais. Ribeiro e Guzzo (2017) enfatizam que:

Como a maioria das IES colocam aos estudantes as bolsas parciais, ou seja, durante a graduação, o prounista também paga para a IES metade da mensalidade, muitos

deses estudantes precisam trabalhar para sustentar sua permanência na IES ou mesmo sustentar suas famílias. Esse fato é comprovado por Costa (2008), quando afirma que 73,8% dos prounistas trabalham para sustentar sua família ou a si mesmo (RIBEIRO; GUZZO, 2017, p. 420)

Oliveira e Molina (2012) salientam a questão da proposta do ProUni em garantir o acesso a mais pessoas à universidade, a fim de tornar o meio acadêmico mais diverso e equânime. Porém outros fatores são necessários para que isto seja concretizado, como a permanência, estando as instituições como protagonista nesta história, já que o programa não vislumbra o apoio a permanência aos bolsistas.

A proposta do ProUni, de garantir acesso à universidade para mais pessoas, incita algumas reflexões: o que muda no mundo acadêmico a partir da inserção de estudantes de baixa renda, negros, indígenas e oriundos de escola pública? Nesse sentido, a instituição possui o grande desafio de ser protagonista na construção de nova perspectiva educacional, que leve em conta as expectativas desse grupo em prol de sua permanência e sucesso (OLIVEIRA; MOLINA, 2012, p. 762)

De acordo com a Lei do ProUni, os bolsistas têm que comprovar anualmente que a renda familiar permanece inalterada ou que não ultrapasse o limite preestabelecido no Programa. Em conformidade com o MEC, o ProUni mantém através da Bolsa Permanência, incentivo à permanência dos estudantes nas instituições apenas aos bolsistas com estudos em tempo integral. O tema será melhor abordado no tópico seguinte.

Fontele e Crisóstomo (2016) traçam uma relação do Programa a partir da opinião dos beneficiários, os quais “[...] indagou-se sobre eventuais dificuldades enfrentadas pelos beneficiários do ProUni no curso da formação acadêmica, com o propósito de avaliar se esse coletivo de alunos depara com obstáculos à sua formação”, e se estas dificuldades estariam associados ao programa? “Dentre os entrevistados, 22 respondentes (44%) disseram não estar enfrentando nenhuma dificuldade, enquanto outros 28 (56%) responderam que essas dificuldades existem”.

Catani, Hey e Gilioli (2006) salientam que o programa, na melhor das hipóteses, é um programa assistencialista e visa apenas o acesso do estudante ao ensino superior, sem priorizar sua formação, destacando a falta de controle sobre o programa.

A falta de controle sobre o Prouni é tanta que muitos bolsistas perderam o ano: suas turmas foram fechadas pelas IES. Embora tenham a obrigação de destinar esses alunos a outras IES, para que eles não percam o semestre, o ano ou mesmo o curso, a fiscalização tem sido débil. Chega-se ao ponto de os bolsistas terem de se reinscrever em nova seleção do Prouni após não conseguirem realocação em

outras IES (FOLHA DE S. PAULO, 2006). (CATANI; HEY; GILIOLI, 2006, p. 132).

Rossetto e Gonçalves (2015) ressaltam a questão da “troca” entre governo e instituições privadas e apontam ao desenho do programa como o maior entrave: “[...] não é possível uma expansão *ad infinitum* das bolsas, porque elas são concedidas em proporção ao montante de desoneração fiscal possível para cada IES”. Apesar da ampliação da equidade de acesso ao ensino superior, o programa não está totalmente alinhado com os ideais de igualdade de oportunidades, pois “[...] não é possível afirmar que estes alunos não teriam outras oportunidades de acesso sem a política, dado que são alunos com alto desempenho escolar”.

Assim, dado os desafios do ProUni, passamos a aprofundar nos pontos específicos dos desafios, iniciando pela permanência dos prounistas no programa.

3.4.1 A Permanência

Além do acesso ao ensino superior privado, existe o programa Bolsa Permanência, que é uma assistência estudantil destinada de acordo com o MEC, aos beneficiários em situação de vulnerabilidade, criando condições iguais de permanência nas instituições aos estudantes beneficiados com bolsa a integral do ProUni, proporcionando-lhes uma ajuda de custo destinada ao transporte, alimentação e ao material didático.

Conforme o sítio do Ministério da Educação, a participação no Bolsa Permanência é possível ao bolsista do ProUni que estiver matriculado e frequentando um curso presencial de forma integral que tenha:

No mínimo, seis semestres e carga horária média, igual ou superior a seis horas diárias de aula pode requerer o auxílio do PBP Prouni. E para concorrer a uma bolsa integral do Prouni, o candidato deve comprovar que possui renda de até um salário mínimo e meio por pessoa da família (BRASIL, 2021).

Afinal, esta bolsa oferecida pelo governo é suficiente para manter os prounistas no ensino superior? A evasão do programa é condicionada a quais fatores? Assim, passamos aqui a analisar se o que é ofertado pelo ProUni é o suficiente, ou quais são as necessidades dos prounistas para permanecer no ensino superior de acordo com o material coletado.

Casali e Mattos (2015) destacam a questão histórica do processo de criação do ProUni, notando que desde o início do programa o foco de preocupações do governo “[...]”

esteve na questão social do acesso ao ensino superior, sendo a questão da sua permanência e da qualidade uma preocupação de segundo plano”.

Oliveira e Molina (2012) evidenciam que o ProUni possibilita a inserção de um perfil diferenciado de estudantes no ensino superior, mesmo não percebido por alguns professores da Unileste/MG, como também possibilitou o ingresso de estudantes de baixa renda, professores da rede pública, bem como, para negros da região. “No entanto, o acesso à educação superior para a população brasileira de 18 a 24 anos é meta a ser alcançada, e a permanência e o êxito se constituem desafios de grande complexidade” (OLIVEIRA E MOLINA, 2012).

Santos (2012), ao analisar a permanência de bolsistas na PUC-Rio, destaca aqueles bolsistas que não recebem a ajuda financeira/material da instituição e vê a situação como complicada. Além da falta de condições financeiras, residem em regiões afastadas da universidade, o que dificulta a chegada ao ambiente acadêmico, seja pela distância ou mesmo pelo trânsito. Ademais, esses estudantes iniciam sua jornada laboral desde os primeiros períodos da faculdade para cobrir os gastos com seus estudos ou “[...] mesmo para ajudarem nas despesas familiares”. Os bolsistas destacam estes fatores como elementos “desmotivadores”, e “[...] a rotina de estágio ou de trabalho reduzem as horas livres para uma dedicação plena aos estudos ou mesmo para as atividades de lazer”.

Saraiva e Nunes (2011) argumentam que uma das definições do ProUni que causaram discussões, seria a destinação de cotas aos autodeclarados negros e indígenas:

[...] geralmente essas cotas são as mais difíceis de preencher, devido ao fato de que negros e indígenas se localizam nos estratos sociais menos favorecidos e, portanto, têm menos condições econômicas de permanecer em um curso superior, ainda que receba as bolsas do ProUni. (SARAIVA; NUNES, 2011, p. 948)

Rossetto e Gonçalves (2015) argumentam que a construção das políticas de equidade do ensino superior não foi produzida de forma integrada, pois não atingiu o seu propósito que era “[...] gerar maior justiça distributiva”, pois “A análise empírica evidenciou que, ainda que acessem as políticas mencionadas, alunos arcam com custos desproporcionais às suas condições”.

Karnal *et al* (2017) comentam sobre a questão financeira dos bolsistas, mencionando que, quando têm mais tranquilidade financeira que lhes permite a permanência na universidade, conseqüentemente dispõem de melhores condições para focar em seus estudos,

não necessitando “[...] buscar alternativas para obter os subsídios para a sua sobrevivência diária.

Nesse sentido, ter o apoio da gestão imediata durante o ensino superior foi relatado por vários alunos dos grupos como um fator para conseguir dar continuidade à graduação. Esse apoio pode ocorrer por meio de uma flexibilização de horários no trabalho em momentos críticos durante o semestre ou mesmo na reorganização no horário de trabalho para encaixar as disciplinas ofertadas pela universidade em cada semestre. (KARNAL *et al*, 2017, p. 443)

A permanência como fator desafiador do ProUni pode ser subdividido em 2 tipos: a permanência material e a permanência simbólica, tópicos tratados a seguir. Podemos destacar sobre esta questão a partir de Marques (2016), o qual define os elementos da permanência material e simbólica, considerando a permanência material como todas as atividades relacionadas aos programas de assistência estudantil que se materializam financeiramente para os acadêmicos. A permanência simbólica são todas as situações que podem gerar conflitos e resultar em inadaptação e exclusão, bem como os aspectos que não podem ser mensuráveis, mas contribuem para a afiliação ou o fracasso do acadêmico.

3.4.1.1 A Permanência - Material

Em primeira análise, o recurso financeiro é o grande entrave para o acesso, bem como a permanência aos estudantes das camadas populares no ensino superior, sendo estes os mais mencionados nos trabalhos desenvolvidos entre os autores e prounistas que participaram de entrevistas em seus trabalhos quando o assunto é permanência estudantil.

Conforme dados do MEC, o ProUni concede uma bolsa permanência no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para custear despesas com transporte, alimentação e material didático aos alunos bolsistas que estiverem matriculados e frequentando curso presencial, com carga horária média igual ou superior a seis horas de aula e que tenha ao menos seis semestres, e cursando o ensino superior de forma integral.

Thiry-Cherques (2006) traz sob a luz de Bourdieu, que capital econômico é constituído “[...] sob a forma dos diferentes fatores de produção (terras, fábricas, trabalho) e do conjunto de bens econômicos (dinheiro, patrimônio, bens materiais) é acumulado”. Tal capital é a base formação de outros capitais, que pode ser transformado a partir de procedimentos utilizados pelos agentes sociais.

Felicetti (2014), em pesquisa desenvolvida junto à prounistas de uma instituição de educação superior comunitária do Rio Grande do Sul os quais já estavam graduados em 2010, frente aos resultados encontrados, ficaram evidentes a ampliação do acesso à universidade a alunos oriundos de grupos minoritários. O comprometimento dos prounistas serviram como fator de superação das dificuldades permeados no percurso acadêmico, resultaram positivamente na empregabilidade, trabalho e satisfação, além de indicar “[...] a influência positiva às pessoas do núcleo familiar”. Porém a dificuldade em se manter no curso, leva o prounista a dupla jornada de trabalho, como foi o caso do prounista entrevistado pela autora:

A jornada dupla de trabalho para os Prounistas, mesmo com bolsa integral de estudos, foi essencial para a permanência no curso. Isso é evidente em muitas falas dos respondentes, entre elas: “Eu ganhei a bolsa integral e mesmo assim trabalhava o dia inteiro para ajudar com os gastos em casa, pagar o transporte e poder realizar um lanche na universidade, pois saía do trabalho direto para estudar”. (FELICETTI, 2014, p.534).³³

Ribeiro e Guzzo (2017), em uma análise final de seus trabalhos, concluíram que o ProUni mudou significativamente o acesso de jovens no ensino superior, mas quando se trata de estudantes de baixa renda, o acesso “[...] não é a melhor forma de assegurar o direito à educação superior”, por não garantir a permanência do estudante na IES, pois lhes faltam “[...] alimentação a baixo custo, restaurante universitário, auxílio financeiro, como bolsas trabalho, entre outras formas de assistência estudantil”.

Indo além da maioria dos estudantes que contemplam a idade de 18 a 24 anos, Ristoff (2014) traz em seu artigo o estudo feito por Clarissa Tagliari Santos (2015), no qual analisa a permanência dos bolsistas do ProUni tomando como base a literatura existente sobre o tema, através do qual a autora identifica:

Um conjunto de trabalhos que salienta a importância desse programa no que se refere ao incentivo para a volta dos estudos de pessoas com mais de 25 anos, às dificuldades compartilhadas por alunos socioeconomicamente desfavorecidos quando ingressam no ensino superior: os mais velhos precisam lidar com outros obstáculos que pressupõem doses suplementares de empenho e esforço, isso porque “o pertencimento a faixas etárias mais velhas tende a ser acompanhado de maiores responsabilidades econômicas e familiares no domicílio e, logo, menor disponibilidade para os estudos”. (SANTOS, 2015, p. 168).

³³ Fala da entrevista “(E1F)”, presente na pesquisa de Felicetti (2014).

Concordamos com o autor neste sentido, pois a experiência vivida por este pesquisador é a mesma enfrentada pelos alunos com mais de 25 anos. Os obstáculos são grandes, muitas vezes necessitando de esforços hercúleos para se manter no ensino superior, devido à necessidade de assegurar os estudos financeiramente. Atrelado a isso estão as dificuldades de manutenção do lar, as responsabilidades profissionais, ficando em segundo plano a disponibilidade de tempo para os estudos. Do mesmo modo, a pressão psicológica para “dar conta” de todos esses afazeres diminui o foco nos estudos.

O fator psicológico vivido por muitos alunos no ProUni pode ser atribuído à permanência simbólica, que será tratado no próximo tópico.

3.4.1.2 A Permanência - Simbólica

A permanência simbólica não se refere às condições palpáveis, como é o caso da permanência material como recursos financeiros destinados ao custeio de transporte, moradia, materiais didáticos.

Trata-se de questões intangíveis, que vão além do material, como tratamos anteriormente. No sentido simbólico, o conceito se refere à presença do aluno cotista, grupo historicamente excluído, em um espaço antes ocupado majoritariamente por brancos. Nesse sentido, Santos (2009) destaca que:

A permanência simbólica tem uma ligação com a permanência material - já que para fazer história o homem e a mulher precisam comer, beber e vestir, enfim garantir as condições materiais de existência - mas a transcende. Permanecer simbolicamente significa para nós a constância do indivíduo no ensino superior, que permita a sua transformação, a partilha com seus pares e o pertencimento ao ambiente universitário. (SANTOS, 2009, p.160)

Desta forma, o pertencimento ao ambiente universitário pelos grupos historicamente excluídos depende de políticas voltadas para situações de não adaptação e de discriminação. Conforme destaca Felicetti (2014), ações que tratam de maneira diferente os diferentes, de forma a minimizar as formas de “[...] discriminação que impeçam o acesso a oportunidades e benefícios, de forma a se atingir a igualdade real”, pois são esses elementos que podem facilitar ou mesmo solidificar a permanência desses universitários no ensino superior, dando a eles um sentido de pertencimento.

Casali e Mattos (2015) destacam que o ProUni “[...] vem apresentando resultados positivos no conjunto de políticas públicas educacionais desde 2005, pois é uma política que

propicia o acesso ao ensino superior”, porém, a permanência é um dos grandes desafios vividos pelos bolsistas, e que é necessário “[...] adequações imprescindíveis e urgentes”, percebidas em seus estudos como “[...] necessidade de medidas de acompanhamento dos estudantes bolsistas com vistas a incluí-los socialmente no meio acadêmico”.

Andriola e Barrozo Filho (2020) chamam a atenção sobre a importância que o ensino superior representa para os estudantes carentes econômica e educacionalmente, sendo sua efetiva formação universitária “[...] para ampliar suas chances no mercado de trabalho cada vez mais competitivo”.

Oliveira e Bock (2016) destacam que a busca pelos bolsistas por curso em faculdade com maior reconhecimento demonstra a preocupação de alguns bolsistas com seu futuro profissional, todavia, a questão do pertencimento é algo ainda a ser vencido, conforme a fala do bolsista Pedro ressaltando esta situação “[...] onde a vivência inicial foi difícil”, diante da condição social mais privilegiada de seus colegas de classe.

No começo isso me envergonhava, me sentia humilhado com alguns comentários deles. Eu tinha vergonha de assumir que minha mãe é professora e que sou bolsista ProUni. Pela primeira vez me senti humilhado, sentia vergonha de me expor, de perguntar... Então, a convivência inicial foi delicada, me sentia muito inferiorizado e sentia que o tempo todo era lembrado da minha condição de filho de assalariado. O curso de direito é muito elitizado... Enfim, eles têm uma condição de vida muito distante da minha (OLIVEIRA; BOCK, 2016, p. 307)³⁴.

O trabalho de Caregnato e Oliven (2017) esclarece que o capital social é importante para os alunos que adentram o ensino superior:

Entretanto, sabe-se que oportunidades formalmente idênticas entre pessoas e grupos sociais que não possuem capital cultural semelhante àquele exigido pelo sistema escolar impõem limites nas possibilidades de acesso e de sucesso para parcela deles. (CAREGNATO; OLIVEN, 2017, p. 185)

A Permanência, conforme aqui explanado, demonstra ser um dos fatores primordiais para o sucesso dos prounistas, como bem trouxe os autores, ressaltando que o acesso em si, apesar de ser difícil, não é determinante para a conclusão do curso superior.

Fatores como capital econômico e social são essenciais para os alunos historicamente excluídos do ensino superior superarem suas dificuldades, pois, mesmo com a bolsa oferecida pelo programa não é suficiente para que muitos alunos possam se dedicar

³⁴ Fala de trecho de entrevistada no trabalho de pesquisa de Oliveira e Bock (2016).

exclusivamente aos estudos, que precisam trabalhar para ajudar nas despesas familiares, deixando os estudos em segundo plano.

Para aqueles que são casados as condições são ainda mais difíceis, pois, além dos estudos, há várias preocupações e ocupações familiares, fazendo com que o desempenho nos estudos muitas vezes fique abaixo da média dos alunos que não estão nessas condições, devido à menor disponibilidade para os estudos (SANTOS, 2015).

A falta de incentivos à permanência no ensino superior, seja material ou simbólica, é fator que leva grande parte do alunado a abandonar o ensino superior, podendo ser considerada também um motivo para a exclusão, tema este tratado a seguir.

3.4.2 A Exclusão no ProUni

Neste tópico, podemos considerar que a exclusão decorre antes mesmo do ProUni, pois o ensino médio cursado pelos pretendentes para conseguir uma bolsa do programa, seja ela integral ou parcial, deve passar pelo crivo do Enem, que de certa forma já exclui os menos preparados, uma vez que o mínimo para concorrer a uma bolsa deve ser de 450 pontos e muitos são os alunos que não atingem esta pontuação.

Desse modo, o programa se mostra excludente, a inclusão ocorre àqueles alunos que tiveram uma melhor qualidade no ensino médio, ou pela questão meritocrática dos alunos que por alguma razão tiveram um melhor desempenho nos seus estudos e resultados no Enem.

Entretanto, são muitos os que atingem a pontuação mínima ou ainda conseguem uma pontuação mais elevada, porém são impossibilitados de cursar o ensino superior devido à falta de condições financeiras, ao menos para se manterem durante o curso por não terem recursos para arcar com o transporte, à alimentação e moradia.

Rossetto e Gonçalves (2017) enfatizam que programas como o ProUni, o FIES e as ações políticas estudantis são avanços para tornarem o sistema educacional superior mais equitativo, contudo insuficientes para resolverem a grande demanda de alunos que concluem o ensino médio.

No entanto, estas políticas atendem a um universo reduzido dos alunos matriculados no ensino superior, cerca de 17% em 2012 (Inep, 2014a), e põem em dúvida o quanto possam impactar na redução da desigualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior. (ROSSETTO; GONÇALVES, 2017, p. 815)

Nota-se a partir dos autores acima, que a grande demanda pelo ensino superior, associada ao pequeno número de ofertas da IES públicas, apesar de existirem políticas inclusivas no ensino superior privado como o ProUni ou mesmo o FIES, são insuficientes ou mesmo inacessíveis a muitos jovens que desejam acessar o ensino superior, tornando-se um dos motivos da exclusão.

Casali e Mattos (2015) fazem um contraponto com a questão da exclusão e salientam que o ProUni contribui sobremaneira com a democratização ao acesso ao ensino superior, que permitiu e continua permitindo o acesso aos “[...] grupos socialmente desfavorecidos à universidade”, porém necessita de correções e ajustes ao aprimoramento do programa.

Há adequações imprescindíveis e urgentes, apontadas nesses estudos, como, por exemplo, a necessidade de medidas de acompanhamento dos estudantes bolsistas com vistas a incluí-los socialmente no meio acadêmico e formas de oferecer transporte e alimentação aos universitários. (CASALI; MATTOS, 2015, p. 697)

Estando o ProUni beneficiado pela renúncia fiscal do Governo Federal, é possível que o entendimento de políticos, associada às elites simpatizantes com o atual governo, possam interferir no desenho do Programa prejudicando a inclusão étnico-racial, que prioriza negros e indígenas.

Este programa social oferece renúncias fiscais às instituições de ensino superior privadas e, em contrapartida, exige que a isenção seja revertida em bolsas totais ou parciais para estudantes com renda per capita entre 1 e 3 salários mínimos, oriundos do ensino médio público, priorizando negros e indígenas. (SARAIVA; NUNES, 2011, p. 947)

A educação tem se mostrado como fator importante para o desenvolvimento da sociedade, e concordamos com Saraiva e Nunes (2011) que o ensino superior apesar dos seus avanços, “[...] sua trajetória tem sido marcada por situações que necessitam de reformulações, já que muitos cidadãos são excluídos, o que impele à discussão da ampliação do acesso à educação superior via programas sociais.”

Concluimos que as exclusões estão além dos campos universitários, e que algumas classes sofrem com a integração não somente à educação, mas também ao campo laboral, à cultura, à moradia, à saúde e à segurança. Partimos a partir de então para o próximo tópico quanto à evasão dos alunos prounistas.

3.4.3 Evasão dos alunos prounistas

Os prounistas de forma geral, oriundos de baixa renda, negros, pardos, indígenas, deficientes físicos, professores da rede pública para curso de licenciatura, veem no ProUni a oportunidade de acessar o ensino superior e nele se formar.

No entanto, algumas dificuldades enfrentadas no decorrer do curso, fazem com que o bolsista não atinja o final do curso, abandonando seu sonho, a sua tão sonhada formação no ensino superior, a chance talvez de mudar de classe social e de um novo emprego ou de uma melhor colocação no mercado de trabalho. Afinal, como destacamos anteriormente, a diferença salarial no Brasil é grande.

Conforme comparação feita pelo IBGE de dados brasileiros com os das nações que integram a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), demonstra-se que uma pessoa com o diploma de ensino superior ganha 2,5 vezes mais comparado com alguém somente com o ensino médio, bem maior do que a média na OCDE, dado “[...]um conjunto de 46 países (36 membros + 10 afiliados), é de 1,6 vezes mais. Estes dados são do relatório Um Olhar sobre a Educação, do organismo internacional, e integram a Síntese de Indicadores Sociais 2018 (IBGE, 2018).

Desta forma, é nítida a importância do diploma do ensino superior no Brasil como forma de “sucesso” no mercado de trabalho, porém, nem todos são capazes de atingir esse patamar, isto porque algumas condições impedem que a grande maioria dos jovens brasileiros consigam alcançar este “pódio”. Severino (2008) expressa essa situação, com suas palavras:

Por isso, é tendência mundial, que vai impondo a todos os países a minimização do Estado, a total priorização da lógica do mercado na condução da vida social, o incentivo à privatização generalizada, a defesa do individualismo, do consumismo, da competitividade, da iniciativa privada. No concernente à educação, prevalece a teoria do capital humano, ou seja, a da preparação de mão-de-obra para o mercado de trabalho. Por sua vez, a ideologia neoliberal encontra apoio teórico nas teses filosóficas que consideram que vivemos uma nova era, aquela de uma pós-modernidade, caracterizada pela superação das grandes teses que lastreavam a modernidade. (SEVERINO, 2008, p. 76-77)

Primeiramente devemos destacar que o aluno deve comparecer às aulas com um número mínimo de 75% de presença; caso não atinja este percentual, será considerado como evasão escolar. Mas, para além disto, veremos quais são os outros motivos que levam os bolsistas a abandonarem o curso superior.

Uma parte dos alunos que abandona a graduação é proveniente da deficiência na educação básica. Conforme INEP (BRASIL, 2019), são alunos que têm dificuldade de

acompanhar o ensino por apresentarem déficits elementares que deveriam ser sanados nos ensinos fundamental e médio. Desta forma, os números de evasão do Prouni, em parte, derivam deste problema.

No entanto, alunos do ensino superior, tem o revés aumentado quando no decorrer de sua jornada estudantil sofrem com algum tipo de preconceito ou discriminação.

Felicetti e Fossatti (2014) chamam a atenção para a evasão dos cursos de licenciaturas, de alunos ingressados nos anos de 2007 a 2009, em uma instituição de Ensino Superior privada sem fins lucrativos (filantrópica), no Rio Grande do Sul, sendo ressaltado pelos autores que essas instituições “[...] apresentam grande importância na formação de professores através do ProUni”. Porém, mesmo diante desta importância, a evasão se evidencia talvez pelo baixo prestígio social da docência, que em números representaram 30% dos bolsistas, perante 41,2% dos não bolsistas, considerado preocupante aos autores, uma vez que “[...] o percentual de evadidos corresponde ao maior (40,7%) entre os percentuais das diferentes situações apresentadas”, quando comparado com outros cursos.

Santos (2012) aponta as dificuldades de relacionamento vivenciadas por prounistas principalmente dentro dos cursos de Psicologia e Direito. Ao comparar o quesito “dificuldade de relacionamento” com a variável “cor do estudante”, notou-se que os bolsistas autodeclarados pardos sentiram “[...] maior dificuldade de interação em comparação aos outros grupos de cores”.

Considerando que, no grupo de pardos, 26,6% (n = 17) disseram possuir alguma dificuldade de relacionamento no ambiente universitário, sendo esta proporção de 16,4% (n = 11) entre os bolsistas brancos e 14,8% (n = 4) entre os pretos. (SANTOS, 2012, p. 785)

Ainda conforme Santos (2012), os resultados das entrevistas “[...] indicam que as dificuldades de relacionamento são percebidas mais em termos sociais do que raciais”. A autora destaca ainda que houve algumas situações relatadas por alguns bolsistas, não haver a prática tanto de preconceito racial quanto social por parte dos alunos pagantes. Conforme demonstrado na fala de uma entrevistada, através da qual a autora diz ser a perspectiva da maioria dos bolsistas entrevistados:

[...] a gente chega aqui e é um ambiente hostil. Porque eu acho que se não fosse essas pessoas da sala [outros bolsistas], que fomos falando da mesma realidade, eu não sei como seria. Não é que role preconceito, não é isso, ao menos comigo nunca teve, mas é realmente a diferença social. Eu não vejo acontecer preconceito. O que eu vejo, às vezes, é (sic) as pessoas não terem noção que tem gente que não

é da mesma classe social deles aqui. (Bolsista de Psicologia, 9º período). (SANTOS, 2012, p. 785)

Saraiva e Nunes (2011) ressaltam a importância de haver uma tendência social favorável para redução das discrepâncias sociais através dos programas sociais, e que a educação como um dos setores mais necessitados de desenvolvimento de programas sociais, incrementos e aplicação de recursos.

Embora a educação superior no Brasil seja importante para o desenvolvimento da sociedade, sua trajetória tem sido marcada por situações que necessitam de reformulações, já que muitos cidadãos são excluídos, o que impede a discussão da ampliação do acesso à educação superior via programas sociais. (SARAIVA; NUNES, 2011 p. 946)

Ribeiro e Guzzo (2017), ao analisarem a consciência de bolsistas do ProUni, através da compreensão vivida por eles sobre a sua inserção e vivência na graduação, notaram que o acesso à universidade não foi tão difícil, quanto à necessidade de condições de permanência, como “Houve casos de irmãos que entraram em alguma universidade, mas evadiram por causa do trabalho”. Isso também se evidencia pela necessidade de incentivos à permanência, conforme relatado por um grupo analisado pelos autores:

Educação é um direito seu, não é uma caridade da faculdade pois como discutido no grupo ela é isenta de 80% do imposto ou até 100% se for filantrópica no caso da IES. Não é também uma caridade do governo, pois isso é uma tentativa de corrigir uma falha por não ter uma vaga em uma universidade pública que também seria GRATUITO. Considero correto o estudarmos de graça e ainda receber um auxílio-moradia, pois é muito alto o número de estudantes que desistem do curso ou acabam arrumando um emprego para se manter na faculdade e com isso prejudicam seu desempenho acadêmico, ainda mais em cursos integrais como os da IES (Grupo Virtual – P43). (RIBEIRO; GUZZO, 2017, p. 425)

Felicetti e Fossatti (2014), falam através de estudos de Reid (2009) realizados em cursos de licenciatura em Biologia, Física, Matemática e Química, acerca da evasão. Tais estudos apontam para fatores econômicos “[...] associado à ausência de serviços institucionais de apoio ao estudante como aspectos influenciadores na decisão de evadirem, além da falta de tempo para estudar, vista a necessidade de conciliar estudo e trabalho”. Mesmo assim, algo soa talvez contraditório, porém os autores ressaltam que “[...] os alunos do ProUni contribuem com melhores índices no que concerne à permanência na instituição, à diminuição da evasão e ao aumento dos graduados”.

Na mesma direção, Fontele e Crisóstomo (2016) asseveram que os resultados do Prouni se efetivam “[...] como instrumento de inclusão de grupos sociais historicamente excluídos da universidade, apesar de alertar para a necessidade de mecanismos de prevenção da evasão”, indicando “[...] a bolsa do ProUni como um fator que contribui para a propensão do aluno a concluir o curso”.

Conclui-se, que o Brasil um país que valoriza sobremaneira o ensino superior em comparação ao ensino médio, faz com que aqueles que não atingem esse patamar sofram as consequências dos baixos salários. Considerando que o país vive uma inconstância econômica frequente, atrelado às questões políticas, faz com que, ter uma formação acadêmica contribui na empregabilidade, principalmente em períodos de crise.

Desta forma, evitar ou contribuir para que a evasão no ensino superior seja cada vez menor, deve ser o objetivo de governantes e dirigentes do ensino superior, a começar pela melhoria da qualidade do ensino básico, preparando melhor o alunado para o ensino superior, diminuindo assim a desmotivação dos alunos que não conseguem acompanhar as disciplinas ministradas em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o problema da dissertação, isto é, como a inclusão e a permanência de estudantes pelos critérios étnico-raciais têm sido tratadas na literatura especializada sobre o ProUni de 2005 a 2020, especificamente por meio da base Scientific Electronic Library Online - SciELO, organizamos a dissertação em três capítulos. No primeiro, intitulado A desigualdade no Ensino Superior e o Programa Universidade para Todos, buscou-se trazer uma perspectiva histórica do ensino superior brasileiro, marcado pelo acesso e exclusão de determinados grupos, com isso beneficiou-se apenas a elite brasileira no ensino superior. Desta forma, permitiu entender melhor o avanço das políticas públicas ocorridas no final da década de 90 e início dos anos 2000, por meio de lutas por grupos e políticos que se empenharam para que essas transformações ocorressem, até o surgimento do ProUni, que possibilitou a realização de reflexões sobre a criação e vivência de 16 anos do Programa, compreendido de 2005 até o ano 2020.

Já no segundo capítulo, intitulado Metodologia: revisão de literatura na plataforma SciELO: Prouni, ações afirmativas e a desigualdade - tendo como o método utilizado, à pesquisa bibliográfica, documental, exploratória, foram selecionados os artigos da plataforma SciELO. Sendo selecionados 20 artigos, dos quais serviram como base de análise e coleta de dados para uso no terceiro capítulo.

Finalmente no terceiro capítulo, intitulado O caso ProUni: resultados da investigação, apresentaram-se os resultados obtidos pela investigação que confirmaram que o ProUni trouxe consideráveis oportunidades e avanços para os bolsistas. Além de beneficiar indígenas, pretos, pardos, a população de baixa renda e deficientes, professores do ensino público, instituições privadas também se beneficiaram com isenções fiscais e na ocupação das vagas ociosas.

As redes de apoio, como as instituições e as famílias dos bolsistas foram meios importantes para o enfrentamento da exclusão, evasão e a permanência, já que o Programa se preocupa mais com o acesso, sendo a família os maiores apoiadores, que apesar das dificuldades, incentivam os filhos a continuarem nos estudos. Em algumas falas de bolsistas, houve o relato de serem o primeiro da família a cursar o ensino superior, sendo motivo de orgulho para os pais e incentivo para outros integrantes da família.

Constatamos que ProUni é a porta de entrada para milhões de estudantes no ensino superior e sem este, as classes menos assistidas financeiramente e socialmente não teriam

condições de atingirem o ensino superior. Oportunizou aos beneficiários o acesso ao conhecimento, à titularidade de um curso superior, resultando em maior chance de ingresso ao mercado de trabalho, amenizando assim as diferenças sociais.

As políticas públicas educacionais com viés de ações afirmativas que visam ao acesso à educação, vão além do ensino, trazendo a possibilidade de dignidade, de empoderamento, de inclusão, de equidade, não apenas no meio acadêmico, mas também social e profissional. É fato que os jovens teriam mais dificuldades sem um programa como o ProUni, então, mesmo com os seus problemas, é fundamental a sua continuidade como política educacional, merecendo ser aperfeiçoado.

Apesar da renúncia fiscal do governo frente aos tributos federais deixados de serem recolhidos pelas instituições privadas, reconhecemos que o ProUni não beneficia apenas as instituições privadas, mas também jovens e adultos que, sem o Programa talvez não atingiriam ou teriam muita dificuldade para atingir o ensino superior

A dissertação assumiu como hipótese, que foi confirmada, de que o ProUni avança na diminuição da desigualdade social na criação de oportunidades para segmentos desconsiderados de políticas sociais, mas sem conseguir efetivar plenamente a promoção de direitos de indígenas, pardos ou pretos, na consideração de que não bastam vagas em universidades, bem como sua permanência.

Como conclusão e resposta à pergunta da dissertação, a inclusão e a permanência de estudantes pelos critérios étnico-raciais sobre o Prouni se apresentam: (i) a desigualdade social, econômica e racial está presente no Brasil, especificamente na educação superior; (ii) as ações afirmativas demonstraram ser fundamentais no campo da educação superior como estratégia de superação da desigualdade e (iii) a desigualdade educacional atinge as camadas mais pobres dos estudantes universitários, principalmente pretos, pardos e indígenas e mesmo que se possa reconhecer os avanços ao enfrentamento da desigualdade por meio do ProUni, retrocessos têm sido recorrentes nos últimos anos, sobretudo com a supressão de financiamento e a descontinuidade de diferentes programas educacionais do ensino superior, como por exemplo, o Pibid e o Residência Pedagógica (APUFPR, 2021).

Por fim, acreditamos que essa pesquisa possa contribuir para o campo das políticas públicas em educação reconhecendo os limites do trabalho e indicando a necessidade de estudos empíricos que possam também confirmar a hipótese aqui desenvolvida. A singularidade do estudo está na delimitação da base SciELO, dado ser comum estudos que se utilizam de teses e dissertações do campo educacional. A base SciELO representa

qualidade das publicações de forma tácita, portanto, os estudos ali capturados simbolizam a produção qualificada do campo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Denise R.; ALMEIDA, Leonardo R.; TEIXEIRA FILHO, Antonio R. C. Massificação do ensino superior brasileiro: um modelo de privatização a partir dos programas FIES e PROUNI. **XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária**. Mar del Plata, 2017.

ALMEIDA, Sérgio Campos. **O avanço da privatização na educação superior brasileira: O ProUni como uma nova estratégia para a transferência de recursos públicos para o setor privado**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói - RJ, 2006.

ALMEIDA, Sílvio Luiz. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Ed. Pólen, 2019.

ALMEIDA, Wilson M. Os herdeiros e os bolsistas do Prouni na cidade de São Paulo. **Educ. Soc., Campinas**, v. 36, nº. 130, p. 85-100, jan.-mar., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PGMmgHkHrwJQSzTd6Tgfm6j/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2021.

ALMEIDA, Wilson Mesquita de. **Ampliação do acesso ao Ensino Superior Privado Lucrativo Brasileiro: um estudo sociológico com bolsistas do PROUNI na cidade de São Paulo**. São Paulo-SP, 2012.

AMARAL, Daniela P. e OLIVEIRA, Fátima B. O ProUni e a conclusão do ensino superior: questões introdutórias sobre os egressos do programa na zona oeste do Rio de Janeiro. **aval.pol públ.Educ.** 19 (70), Mar., 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/yWxFdnp7JsLLjwhsKxxHMdm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 de jul. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362011000100003>

ANDRIOLA, Wagner B. e BARROZO FILHO, José Liberato. Avaliação de Políticas Públicas para a Educação Superior: o caso do Programa Universidade para Todos (Prouni). **Articles • Avaliação (Campinas)** 25 (03) • Sep-Dec, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/yF8fSy9jbSG78hFspPdNkcL/?lang=pt>. Acesso em: 25 de ago. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362015000300007>

ANERSEN, E. S. **Educação e cidadania na Constituição Federal de 1988**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

APUFPR. **Fim do Pibid e Residência Pedagógica: queda com efeito dominó na educação**. Disponível em <https://apufpr.org.br/fim-do-pibid-e-residencia-pedagogica-queda-com-efeito-domino-na-educacao/>, acesso em 04/12/2021.

ARELARO, Lisete R.G. Formulação e implementação das políticas públicas em educação e as parcerias público-privadas: impasse democrático ou mistificação política? **Educ. Soc., Campinas**, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 899-919, out. 2007

BARBOSA, Maria L. Democratização ou massificação do Ensino Superior no Brasil? **Rev. educ. PUC-Camp.**, Campinas, 24(2):240-253, maio/ago., 2019.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; GANDIN, Luís Armando. Sociologia da educação brasileira: diversidade e qualidade. **BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 91, p. 1-26, 2020.

BARBOSA, Rui. **Oração aos Moços**. Edições Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro. 1999.

BARREYRO, Gladys Beatriz. **Mapa do Ensino Superior Privado**, INEP, Brasília, DF, 2008.

BARROS, José C.D. A escolha do tema nas ciências sociais e humanas. **Rev. Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais** – UEG/UnU Iporá, v. 1, n. 2, p. 43-57 – jul/dez. 2012 – ISSN 2238-3565.

BASSUMA, R. M. V. P. **Universidades e escolas públicas: pela interação necessária**. 2014. 121 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

BENATTI, Lucimara P. S e MUSTAFA, Patrícia S.. Privatização e Precarização da Política de Educação Superior no Brasil – Impactos para a Formação Profissional em Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016.

BONAMINO, A; *et al.* Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. **Revista Brasileira de Educação** v. 15 n. 45 set./dez. 2010.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo, SP: Ed. Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1979.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BRASIL. Medida provisória amplia acesso de estudantes de escolas privadas ao Prouni. **Agência Câmara de Notícias**. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/835673-medida-provisoria-amplia-acesso-de-estudantes-de-escolas-privadas-ao-prouni/>, acesso em 07/12/2021.

BRASIL **Lei 13.005/14**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 07 dez. 2021.

BRASIL. **Censo da Educação Superior de 2005**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, 2005. Disponível em:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 07 dez. 2021.

BRASIL. Censo da Educação Superior de 2010. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 07 dez. 2021.

BRASIL. Censo da Educação Superior de 2018. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 07 dez. 2021.

BRASIL. Censo da Educação Superior de 2019. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 07 dez. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 nov. 2021.

BRASIL. Dados Abertos do Ministério da Educação – ProUni. Portal MEC, 2021. Disponível em: <http://dadosabertos.mec.gov.br/prouni>. Acesso em: 07 dez. 2021.

BRASIL. Decreto nº 19.851/31. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 07 dez. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.824/2012. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm. Acesso em: 07 dez. 2021.

BRASIL. Disponíveis os resultados finais do Censo Escolar 2020. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/disponiveis-os-resultados-finais-do-censo-escolar-2020>. Acesso em: 07 dez. 2021.

BRASIL. Lei 4.024/61. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em: 07 dez. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.711/2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 07 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 07 dez. 2021.

BRASIL. **LEI Nº 11.096, DE 13 DE JANEIRO DE 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2005. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm. Acesso em: 21 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.695, de 2012.** Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112695.htm. Acesso em: 07 dez. 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação (MEC).** Brasília: Portal oficial, 2009. Disponível em:
<https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em: 23 nov. 2021.

BRASIL. **Portaria Normativa do Ministério da Educação MEC nº 18/2012.** Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Fcotas%2Fdocs%2Fportaria_18.pdf&clen=55082&chunk=true. Acesso em: 07 dez. 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Recordista em desigualdade, o país estuda alternativas para ajudar os mais pobres.** Disponível em:
<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/03/recordista-em-desigualdade-pais-estuda-alternativas-para-ajudar-os-mais-pobres#:~:text=Nesse%20ranking%20da%20desigualdade%2C%20o,lista%20onde%20figuram%20os%20africanos>. Acesso em: 15 set. 2021.

CALDERÓN, A. I. Universidades mercantis: a institucionalização do mercado universitário em questão. **São Paulo Perspect.**, v.14, n.1, p. 61-72, 2000.

CAREGNATO, Célia E. e OLIVEN, Arabela C. Educação superior e políticas de ação afirmativa no Rio Grande do Sul: desigualdades e equidades. **Educ. rev.** (64) • Apr-Jun., 2017. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/er/a/mtWpFDQppWKCKWdLVhRp39q/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 de ago. 2021 • <https://doi.org/10.1509/0104-4060.47764>

CARVALHO, C. H. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Educação & Sociedade (Impresso)**, v. 27, p. 979-1000, 2006.

CARVALHO, Cristina H. A. Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento. **Rev. Inst. Estud. Bras.** (58) • Jun 2014. Disponível em
<https://www.scielo.br/j/rieb/a/5RdsYXhHB4t6dhhYbBDzHyc/?lang=pt>. Acesso em 27 de abr. 2021. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p209-244>

CASALI, Alípio M. D e MATTOS, Maria J. V. M. Análise de estudos e pesquisas sobre o sentido social do programa Universidade para Todos (PROUNI). Artigos • **Ensaio: aval. pol. públ. educ.** 23 (88) • July-Sept., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/mF9WtyZbYtSyqpJZ6qJzNXQ/?lang=pt>. Acesso: em 23 de ago. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362015000300007>

CASEIRO, Luiz Carlos Zalaf. **Desigualdade de acesso à educação superior no Brasil e o Plano Nacional de Educação**. Brasília: Inep, 2016.

CASTELO, Rodrigo. O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 31, v. 11, 2013.

CATANI, Afrânio M.; HEY, Ana P. e GILIOLI, Renato S. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? Dossiê: Política de Educação Superior no Brasil no Contexto da Reforma Universitária • **Educ. rev.** (28) • Dez., 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/6kD9QTwtmfKbtBqMjYGrVNd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 de jul. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200009>

COLEMAN, James S. e HOFFER, Thomas. Ensino médio público e privado. Basic Books, Inc, Nova York, 1987.

CONSANI, Cristiane Foroni. Justiça como equidade ou justiça focada em realizações? As concepções de justiça de John Rawls e Amartya Sen. Saberes: **Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação**, Natal/RN, v.1, n. 13, 31 mar. 2016, p. 76 - 96. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/8404>. Acesso em: 04 jul. 2021

CUNHA, Luiz A. O Ensino Superior no Octênio FHC. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 37-61, abril 2003. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 26 ago. 2021.

DOMINGUES, P. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/abstract/?lang=pt>. Acesso em :19 jun. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>

DOURADO, L. F. Reforma do Estado e as políticas para educação superior no Brasil nos anos 90. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 234-252, set., 2002.

DUBET, F. **Qual democratização do ensino superior?** Caderno CRH, Salvador, v. 28, n. 74, p. 255-265, maio/ago. 2015.

ENS, Romilda Teodora. **Significados da pesquisa segundo alunos e professores de um curso de pedagogia**. 2006. 139 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

FAMÍLIA NUCLEAR. **Todamateria.com.br**, 2021. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/familia-conceito-tipos/>. Acesso em: 05 de set. 2021

FELICETTI, V. L.; FOSSATTI, P. Alunos ProUni e não ProUni nos cursos de licenciatura: evasão em foco. **Educ. rev.** [online], n. 51, p. 265-282, 2014. ISSN 0104-4060. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602014000100016&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 07 dez. 2021.

FELICETTI, Vera L. Comprometimento do aluno ProUni: acesso, persistência e formação acadêmica. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.** 95 (241) • Dez 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/LfYfB4pX9RrXPXC48Ym9QJz/abstract/?lang=pt>. Acesso em 15 de ago. 2021. <https://doi.org/10.1590/S2176-6681/301911955>

FERREIRA JUNIOR, Amarilio. **História da Educação Brasileira**. São Carlos: Edufscar, 2010.

FONTELE, Tereza L. L. e CRISÓSTOMO, Vicente L.. PROUNI – pontos controversos sob a análise de alunos bolsistas. **Avaliação (Campinas)** 21 (3) • Aug-Nov., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/dhtDbPDG8QqNWYgnh4SBKNj/?lang=pt>. Acesso em: 13 de mai. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772016000300005>.

FRESNEDA, Betina. Evolução das Desigualdades de Oportunidades Educacionais no Ensino Médio Brasileiro. In: **Anais do XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. 2012

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder: introdução à pedagogia do conflito**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1983.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **RBPAAE** – v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

HERINGER, Rosana R. & JOHNSON III, Ollie A. **Race, politics, and Education**. Palgrave Macmillan, New York, USA, 2015.

HERINGER, Rosana Rodrigues. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro-RJ, 2018;

HERINGER, Rosana Rodrigues. **Expectativas de acesso ao ensino superior: um estudo de caso na Cidade de Deus**. UFRJ. Rio de Janeiro, RJ, 2013.

HERINGER, Rosana Rodrigues. Um balanço de 10 anos de políticas de Ação Afirmativa no Brasil. **Revista Tomo**. 2014.

IBGE. **Censo 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 07 dez. 2021.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Coordenação de População e Indicadores Sociais, Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira. Coordenação de População e Indicadores Sociais, Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira. Coordenação de População e Indicadores Sociais, Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa).** 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa>. Acesso em 15 set. 2021.

KARNAL, César L.; *et al.* Fatores de proteção em estudantes bolsistas do Programa Universidade para Todos. **Psicol. Esc. Educ.** 21 (3). Sep-Dec., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/9VS97Z83PhvZKP4RqZrh3zh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 de ago. 2021. <https://doi.org/10.1590/2175-35392017021311169>

KAWAGAMI, E. A.; JODAS, J. Políticas da Ação Afirmativa no Ensino Superior Brasileiro e o Acesso de Povos Indígenas. *Revista Políticas Educativas*, v. 06, n. 02, 2013.

LIMA, T. CUNHA, M. Iniciais. A educação superior no Brasil contemporâneo (1995-2016): uma análise dos Governos de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 14, n. 28. Junho de 2020.

LIMA, T.C.S. MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál.** Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007

LUCIANO, R; SIMAS, H.; GARCIA, F. Políticas públicas para indígenas: da educação básica ao ensino superior. *Interfaces da Educ.*, Paranaíba, v.11, n.32, 2020.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. Acesso de negros e indígenas na educação superior e os desafios para a permanência. **Anais do XXIV Seminário Nacional UNIVERSITAS/BR**, 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MELLO FILHO, J. C. **Constituição Federal anotada**. 2 Ed. São Paulo: Saraiva, 1986.

MINAYO, M. C. Ciência, técnica e arte: o desafio da *Pesquisa Social*. In: _____. (Org.) **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 09-30.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, nov. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2020.

MONGIM, Andrea B. Crescimento pessoal, mediação e sacrifício: itinerários sociais de estudantes beneficiários do Prouni. **Educ. Soc.** 36 (133). Oct-Dec., 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/mn4rnJfpvrQkZbKjRVZdHgc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 de ago. 2021. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015146226>.

NEVES, Clarissa E. B; RAIZER, Leandro e FACHINETTO, Rochele F. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. 2007, **Dossiê Desafios da Educação Superior**, Sociologias (17), Jun. 2007, Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/soc/a/JDyQXmQ5YrWTZV9CQ8tYDcd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 de ago. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222007000100006>.

NUNES, C. P. O conceito de justiça em Aristóteles. Revista do TRT da 13ª Região, 2000.

NUNES, I. C. V.; BRAGA, L. S. A REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: DA HERANÇA NEOLIBERAL DE FHC AO LEGADO DE LULA. Revista Desafios, v.03, n.01, 2016.

OLIVEIRA, Alessandra S. e BOCK, Ana M. B. Escolha do curso por prounistas: estudando a dimensão subjetiva da desigualdade. **Psicol. Esc. Educ.** 20 (2). Mai-ago., 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pee/a/f5DQPrz8VjGHHVXbtMXnCTt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 de ago. 2021.

OLIVEIRA, Edna I. I e MOLINA, Rosane M. K. A ampliação da base social da educação superior no contexto do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais: o caso do ProUni. **Rev. Bras. Estud. Pedag.** 93 (235). Dez. 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbeped/a/yswwsw7dK58ws8zggqnnqzj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 de ago, de 2021.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. In: **Educação Superior no Brasil**. Brasília: CAPES, 2002.

OTRANTO, C.R.U. A Reforma da Educação Superior do governo Lula: da inspiração à implantação. **29ª Reunião da Anped**, 2006.

PIRES, André; ROMÃO, Paulo C. R. e VAROLLO, Victor M. O Programa Bolsa Família e o acesso e permanência no ensino superior pelo Programa Universidade para Todos: a importância do “eu me viro”. **Rev. Bras. Educ.** 24. 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YLHf6rGQFbkrL5Hy3mxSjvz/?lang=pt>. Acesso em: 06 de ago. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240020>.

PIRES, Thula R. O. **Criminalização do Racismo entre política de reconhecimento e meio de legitimação do controle social dos não reconhecidos**. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – RJ, 2013.

RAWLS, John. Uma teoria da justiça. São Paulo: M. Fontes, 2000.

RIBEIRO, Flávia M. e GUZZO, Raquel S. L. Consciência de Estudantes Prounistas sobre sua Inserção no Ensino Superior. **Psicol., Ciênc. Prof. (Impr.)** 37 (2). Abr-Jun. 2017.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação** (Campinas) 19 (3). Nov. 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/aval/a/yQz6tVyGStDkzSMZcVpkTbT/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04 de ago. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772014000300010>

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil: 1930-1973**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

ROMANOWSKI, J. P. Apontamentos em pesquisas sobre formação de professores: contribuições para o debate. **Revista Diálogo Educacional** (PUCPR), v.37, p.905 - 924, 2012.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. AS PESQUISAS DENOMINADAS DO TIPO "ESTADO DA ARTE" EM EDUCAÇÃO. **Revista Diálogo Educacional**, vol. 6, núm. 19, pp. 37-50, 2006.

ROSSETTO, Cristina B. S. e GONÇALVES, Flávio O. **Equidade na Educação Superior no Brasil: Uma Análise Multinomial das Políticas Públicas de Acesso**. Dados 58 (3). Jul-Set. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/dados/a/KRjfSnXV87vpjDcGd8dtPDy/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 03 de ago. 2021. <https://doi.org/10.1590/00115258201559>.

SAMPAIO, H. **Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990)**. Documento de Trabalho 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.

SAMPAIO, H. **O ensino superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: Fapesp/Hucitec, 2000.

SAMPAIO, H. **O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações**. Revista ensino Superior-Unicamp, 2011.

SANTOS, Clarissa T. Ações Afirmativas no ensino superior: análise do perfil socioeconômico e da experiência universitária de bolsistas do ProUni na PUC-Rio.

Estudos • **Rev. Bras. Estud. Pedagog.** 93 (235). Dez. 2012. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/s4zHXBHRqqfyL5KGpL4Ccj/abstract/?lang=pt>. Acesso em 30 de ago. 2021.

SANTOS, D. A. **A questão da permanência de estudante beneficiários do Programa Universidade para Todos – ProUni: Um estudo do Curso de Serviço Social da UNIGRANRIO**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, D. B. R. **Para além das Cotas - a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia-UFBA, Salvador. 2009

SANTOS, N. N. da S. A voz e a palavra do Movimento Negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988): um estudo das demandas por direitos. 2015. 205f. Dissertação (mestrado) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. 2015.

SARAIVA, Alex S. e NUNES, Adriana S. A efetividade de programas sociais de acesso à educação superior: O caso do ProUni. **Rev. Adm. Pública** 45 (4). Ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/FKmZWNr4CnYpfVr6DZqGG9P/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 de ago. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122011000400003>.

SARMENTO, D.; IKAWA, D.; PIOVESAN, F. Igualdade, direitos sociais e direitos humanos. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.

SASSE, C. **Recordista em desigualdade, país estuda alternativas para ajudar os mais pobres**. Agência Senado, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/03/recordista-em-desigualdade-pais-estuda-alternativas-para-ajudar-os-mais-pobres>. Acesso em: 06 dez. 2021.

SAVIANI, Demerval. A expansão do ensino superior no Brasil: Mudanças e Oportunidades. **Póiesis Pedagógica** - V.8, N.2. ago/dez. 2010; pp.4-17.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Rev. Bras. Educ.** 12 (34). Abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt>. Acesso em: 05 de set. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012>.

SEVERINO, Antonio J. O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios. Dossiê: Estado e Educação no Brasil • **Educ. rev.** (31). 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a06.pdf>. Acesso em 18/05/2020. Acesso em: 31 de jul. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602008000100006>.

SciELO. Guia de citação de dados de pesquisa [online]. SciELO, 2021

SGUISSARDI, V. Reforma Universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v.27, n.96, 1021-1056, out. 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 28 ago. 2021.

SILVA, Júlio César Lázaro da. **Resumo Histórico-Econômico do Brasil: A Internacionalização da Economia e o Estado Empresário**. *Brasil Escola*. 2021. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/resumo-historico-economico-brasil-internacionalizacao-economia.htm>. Acesso em 02 de jul. 2021.

SILVEIRA, Éder da Silva. Entrevista com François Dubet Estigmas e discriminações – a experiência individual como objeto. **Revista eletrônica Puc-RS**. 2015. Porto Alegre. v. 38, n. 1, p. 157-161. jan.-abr. 2015.

SOARES, Ingrid. **Bolsonaro volta a negar racismo e diz: “sempre questioneei a questão de cotas”**. Jornal Correio Braziliense, 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/05/4923113-bolsonaro-volta-a-negar-racismo-e-diz-sempre-questionei-a-questao-de-cotas.html>. Acesso em: 07 dez. 2021.

TEIXEIRA A. **O ensino superior no Brasil – análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1969.

THIRY-CHERQUES, H. R. (2006). Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Rev. Adm. Pública** 40 (1). Fev. 2006. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000100003>.

TRAINA-CHACON, J. M e CALDERÓN, A.I. A expansão da educação superior privada no Brasil: do governo de FHC ao governo de Lula. **Revista Iberoamericana de Educación Superior**. Volume 6, Issue 17, Set-Dez. 2015, pp. 78-100 <https://doi.org/10.1016/j.rides.2015.10.004>.

VARGAS, Hustana M e HERINGER, Rosana R. Políticas de permanência no ensino superior público em perspectiva comparada: Argentina, Brasil e Chile. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 25, n. 72, 2017. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/ojs/article/view/2799/1936>. Acesso em 14/06/2020.

VARGAS, Hustana M. Sem perder a majestade: “profissões imperiais” no Brasil. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.15, n.28, p.107-124, 2010.